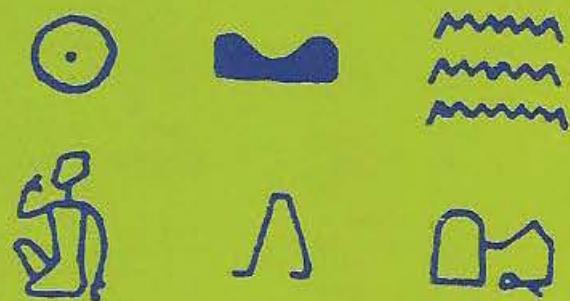


Charles Higounet

história concisa da **ESCRITA**



π
parábola

A história da humanidade se divide em duas imensas eras: antes e desde a escrita: a lei escrita substituiu a lei oral, o contrato escrito substituiu a convenção verbal, a religião escrita se seguiu à tradição legendária.

História concisa da escrita regista em poucas páginas toda a aventura da humanidade no estabelecimento da escrita como procedimento de fixação da linguagem articulada.

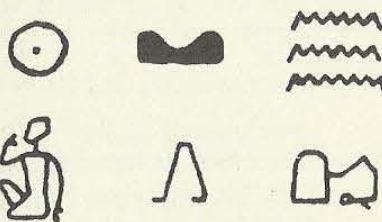
Pode-se dizer que, dentro de seu campo, nada falta a este livro. Esta é a razão de sua permanência num cenário marcado por grande cuidado no resgate da história da escrita.

Fiel a si mesma, a coleção “Ponta na língua” resgata esse clássico, escrito por

NA PONTA DA LÍNGUA 5

Charles Higounet

história concisa da **ESCRITA**



π
Parábola

NA PONTA DA LÍNGUA

1. *Estrangeirismos — guerras em torno da língua*
Carlos Alberto Faraco [org.], 2^a ed.
2. *Língua materna — letramento, variação e ensino*
Marcos Bagno, Michael Stubbs & Gilles Gagné
3. *História concisa da lingüística*
Barbara Weedwood, 2^a ed.
4. *Sociolíngüística — uma introdução crítica*
Louis-Jean Calvet
5. *História concisa da escrita*
Charles Higounet
6. *Para entender a lingüística — epistemologia elementar de uma disciplina*
Robert Martin

Título original

L'Écriture, 10^e édition corrigée: 1997, décembre

© Presses Universitaires de France, Paris, 1955

ISBN: 2-13-045715-0

CIP – BRASIL CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS

H541h

Higounet, Charles, 1911-1988

História concisa da escrita / Charles Higounet; [tradução da 10^a ed. corrigida Marcos Marcionilo] — São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

192pp.; 12x17.3cm, il. — (Na ponta da língua; 5)

Tradução de: *L'écriture* - inclui bibliografia

ISBN: 85-88456-10-9

1. Escrita — História. I. Título . II. Série.

03-0753

CDD: 411.9

CDU 003.3 (09)

DIREITOS RESERVADOS À

PARÁBOLA EDITORIAL

RUA CLEMENTE PEREIRA, 327 | IPIRANGA

04216-060 SÃO PAULO, SP

FONE: [11] 6914-4932

FAX: [11] 6215-2636

HOME PAGE: WWW.PARABOLAEDITORIAL.HPG.COM.BR

E-MAIL: PARABOLAED@UOL.COM.BR

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. NENHUMA PARTE DESTA OBRA PODE SER REPRODUZIDA OU TRANSMITIDA POR QUALQUER FORMA E/OU QUaisquer MEIOS (ELETRÔNICO, OU MECÂNICO, INCLUINDO FOTOCÓPIA E GRAVAÇÃO) OU ARQUIVADA EM QUALQUER SISTEMA OU BANCO DE DADOS SEM PERMISSÃO POR ESCRITO DA PARÁBOLA EDITORIAL LTDA.

ISBN: 85-88456-10-9

© PARÁBOLA EDITORIAL, SÃO PAULO, BRASIL 2003

SUMÁRIO

NOTA DO EDITOR	7
CAPÍTULO I: A ESCRITA, EXPRESSÃO GRÁFICA	
DA LINGUAGEM	9
Escrita e civilização	9
Escrita e linguagem	11
Materiais e caracteres das escritas	15
Decifração e estudo das escritas	22
CAPÍTULO II — AS ESCRITAS NÃO-ALFABÉTICAS 29	
A escrita sumero-acádica	29
A escrita egípcia	37
As escritas "hitita" hieroglífica, proto-indiana e cretense	43
A escrita chinesa	48
As escritas americanas pré-colombianas	54
As escritas silábicas cipriota e persepolitana	56
CAPÍTULO III — AS ESCRITAS ALFABÉTICAS 59	
As origens do alfabeto	59
O alfabeto fenício	66
As escritas aramaicas e o hebraico quadrado	70
A escrita árabe	74
As escritas sul-arábicas e etíopes	79
As escritas indianas	81

As escritas líbia e ibérica	84
O alfabeto grego	85
Os alfabetos surgidos do grego:	
corta, gótico e eslavo	94
As escritas rúnicas	97
 CAPÍTULO IV — A ESCRITA LATINA	
ATÉ O SÉCULO VIII	101
Os alfabetos etruscos e itálicos	101
O alfabeto latino	103
A escrita romana até o século II	106
A metamorfose da escrita romana	109
As escritas pré-carolíngias	115
As origens da escrita carolíngia	120
 CAPÍTULO V — A ESCRITA MEDIEVAL	
A escrita carolíngia	127
A expansão e a evolução da escrita carolíngia ..	132
A escrita gótica	137
A escrita humanística	143
As notas tironianas e as abreviações medievais	145
Os números e os sinais auxiliares da escrita	152
 CAPÍTULO VI — PROBLEMAS DE HOJE E DE AMANHÃ	
As escritas mecânicas	159
As escritas manuscritas modernas	165
As abreviações contemporâneas	
e a estenografia	169
Problemas de pesquisa e de ensino	173
O progresso do alfabeto latino	176
A geografia e o futuro da escrita	179
 BIBLIOGRAFIA	185

NOTA DO EDITOR

Por que publicar um livro originalmente editado na França em 1955?

À primeira vista, se trataria de um livro completamente ultrapassado; mas não é o que se verifica quando lemos o livro de Charles Higounet, aqui publicado sob o título *História concisa da escrita*.

O título brasileiro destaca a qualidade que fez o livro de Higounet sobreviver à avalanche francesa de livros sobre o tema da escrita — a décima edição corrigida que serve de base à tradução é de 1997 — e à recente profusão de obras sobre o assunto no Brasil.

Decidimos publicá-lo por se tratar de uma “história concisa”, rica em dados que normalmente não circulam entre nossos estudantes e rica em capacidade de síntese. A necessidade de síntese não levou Higounet a perder nada do fundamental num percurso que cobre um longo arco de tempo. Em momento algum ele perdeu a riqueza de todos os períodos e sistemas abordados, com um didatismo só encontrável nos profundos conhecedores do assunto. Sua experiência de paleólogo lhe permitiu ser um bom professor de história da escrita.

Para a publicação brasileira se fizeram necessárias pequeníssimas atualizações, especialmente estatísticas, ao passo que as posições teóricas do Autor e aquilo que se pode classificar como limitações de sua circunstância foram mantidas, uma vez que não poderíamos esperar que um texto de 1955, reeditado pela décima vez em 1997, estivesse isento das marcas de seu tempo. Essas próprias limitações podem ser consideradas marcas do tempo na história da escrita. O que importa é que o encadeamento histórico e as questões de base postas por Higounet permanecem rigorosamente válidos para o ensino e para a reflexão e podem alimentar o projeto de difusão do conhecimento que anima todas as nossas iniciativas.

CAPÍTULO I

A ESCRITA, EXPRESSÃO GRÁFICA DA LINGUAGEM**Escruta e civilização**

Segundo a definição de um de nossos mais eruditos mestres, a escrita é, acima de tudo, “um procedimento do qual atualmente nos servimos para imobilizar, para fixar a linguagem articulada, por essência fugidia”. Diante de sua necessidade de um meio de expressão permanente, o homem primitivo recorreu a engenhosos arranjos de objetos simbólicos ou a sinais materiais, nós, entalhes, desenhos. Em nossos dias, a reprodução em disco ou fita magnética, outro procedimento de fixação da linguagem, mais direto que a escrita, começa a correr com ela.

Contudo, a escrita é mais que um instrumento. Mesmo emudecendo a palavra, ela não apenas a guarda, ela realiza o pensamento que até então permanece em estado de possibilidade. Os mais simples traços desenhados pelo homem em pedra

ou papel não são apenas um meio, eles também encerram e ressuscitam a todo momento o pensamento humano. Para além de modo de imobilização da linguagem, a escrita é uma nova linguagem, muda certamente, mas, segundo a expressão de L. Febvre, “centuplicada”, que disciplina o pensamento e, ao transcrevê-lo, o organiza.

A escrita faz de tal modo parte de nossa civilização que poderia servir de definição dela própria. A história da humanidade se divide em duas imensas eras: antes e a partir da escrita. Talvez venha o dia de uma terceira era que será: depois da escrita. Vivemos os séculos da civilização escrita. Todas as nossas sociedades baseiam-se sobre o escrito. A lei escrita substituiu a lei oral, o contrato escrito substituiu a convenção verbal, a religião escrita se seguiu à tradição lendária. E sobretudo não existe história que não se funde sobre textos.

Desse modo, a escrita é não apenas um procedimento destinado a fixar a palavra, um meio de expressão permanente, mas também dá acesso direto ao mundo das idéias, reproduz bem a linguagem articulada, permite ainda apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo. É o fato social que está na própria base de nossa civilização. Por isso a história da escrita se identifica com a história dos avanços do espírito humano.

Não há dúvida de que é preciso chegar a essas definições para dar à ciência das escritas o lugar que ela merece no conjunto das ciências históricas,

mesmo que se queira ver nela apenas, como será nosso propósito, o estudo de uma técnica.

Escrita e linguagem

Para que haja escrita, “é preciso inicialmente um conjunto de sinais que possua um sentido estabelecido de antemão por uma comunidade social e que seja por ela utilizado” e “em seguida é preciso que esses sinais permitam gravar e reproduzir uma frase falada” (J. Février). A aquisição desse simbolismo e desse esquematismo se faz por séries de desenvolvimentos mais ou menos lentos e acabados segundo a mentalidade e a língua das sociedades em que são operados. Conservando apenas as grandes linhas, podemos distinguir, porém, entre as tentativas primitivas e nosso sistema alfabético, três etapas essenciais: escritas sintéticas, analíticas e fonéticas.

A humanidade primitiva utilizou esses meios de expressão momentânea que ainda subsistem entre alguns povos: o tambor utilizado na África Ocidental e na Melanésia para transmitir notícias rapidamente em código sonoro, ou a linguagem dos gestos e das mãos que subsiste entre os índios da América do Norte e os chineses. Esses gestos de mão por vezes forneceram modelos para os sinais ideográficos da escrita. A disposição ou o envio de objetos, grãos, tochas, penas ou flechas também se tornaram meios de expressão simbólica e o são até

hoje na Malásia ou na África central. A utilização de cordinhas com nós e de bastões com entalhes para o cálculo, a cronologia e a transmissão de notícias representa um progresso em relação a esses meios primitivos. Os *quippus* dos incas do Peru eram cordinhas com fios de cores diferentes e nós que serviam para fazer contas. Todas as civilizações primitivas, da Escandinávia antiga até a Austrália, também utilizaram os bastões entalhados como mensagem ou como meio mnemotécnico.

No entanto, mesmo que isso tudo dê testemunho dos esforços para conservar ou comunicar alguns elementos da palavra ou do pensamento, só chegaremos realmente ao estágio embrionário da escrita com as primeiras tentativas de representação gráfica. Os desenhos mágicos das grutas da época aurignaciana e madaleniana que representam animais atingidos por flechas ou marcados por manchas de sangue contêm em germe “algo que se assemelha a rudimentos de escrita; eles exprimem, se não uma idéia, pelo menos um desejo”. As pinturas rupestres de sítios pré-históricos da Península Ibérica mostram de era em era uma estilização que também faz pensar em uma evolução rumo à escrita. Os desenhos incisos em pedra, os chamados *petroglifos*, encontráveis um pouco por toda parte, da Europa às ilhas do Pacífico, também prepararam, por sua simbologia ritual (árvores, animais, rodas, cruzes, sinais geométricos), a eclosão da escrita sintética.

A mentalidade do primitivo não lhe permite desenvolver a decomposição da frase, que postula a reprodução gráfica, para além da sucessão de idéias que ela contém. Por isso o estágio mais elementar da escrita é aquele em que um sinal ou um grupo de sinais serviu para sugerir uma frase inteira ou as idéias contidas numa frase. São esboços desse tipo que são chamados de escritas sintéticas ou ainda, segundo o termo alemão, *Ideenschrift*, escrita de idéias. Como o número desses sinais é limitado, enquanto o das idéias e das frases é infinito, a leitura dessas escritas depende de a maior parte do tempo de rébus*.

Os indígenas da Sibéria oriental e do Alasca, os esquimós e os índios da América do Norte empregaram até muito recentemente esse sistema de notação por imagens. As faixas (*wampuns*) dos iroqueses e dos algonquinos, com suas figuras tecidas e suas conchas coloridas, e os *winter counts* desenhados sobre couro de bisão pelos dacotas também conservam curiosos exemplos desse sistema. As antigas escritas da América Central, maia e asteca, estão muito próximas desse estágio da ideografia.

Um progresso incalculável se deu quando se atingiu a decomposição da frase em seus elementos, as palavras. Doravante cada sinal passou a servir

* Chama-se rébus a tentativa de representação dos sons da língua, sobretudo sílabas, por meio de figuras cujos nomes tenham esses sons e cuja combinação possa representar uma palavra. Por exemplo, o desenho de um *sol* e o desenho de um *dado* para representar a palavra *soldado* [n. do T.].

para notar uma palavra. A passagem da escrita sintética para essa nova notação deve ter sido bastante complicada, pois é bastante difícil isolar a palavra falada da frase; mas foi exatamente nesse estágio que a escrita nasceu. Como saber qual foi a primeira língua na qual essa transformação se deu? Veremos que as escritas suméria, egípcia e chinesa são as mais antigas que conhecemos na categoria das escritas ditas analíticas ou *Wortschrift*, ou seja, escrita de palavras.

Da notação das palavras, o homem enfim passou à notação dos sons. Seja de sinais ou de palavras, isso realmente supõe um considerável estoque de sinais e, consequentemente, uma imensa memória visual para a leitura. Se fizermos a notação apenas dos elementos fonéticos que constituem as palavras, obteremos um material gráfico infinitamente mais restrito. Chegamos então às escritas fonéticas. A escrita fonética é silábica ou alfabetica, de acordo com o grau de trabalho da análise que essa nova evolução implica. Há poucos exemplos de escritas puramente silábicas, mas o silabismo existia entre as populações sírias e mediterrâneas desde o segundo milênio antes de nossa era. A distinção entre consoantes e vogais dentro das sílabas e a notação de cada consoante por um sinal distinto levaram, depois de muitas tentativas, ao alfabeto consonantal fenício de meados do segundo milênio, o ancestral de todos os alfabetos verdadeiros, especialmente do nosso, por meio do alfabeto grego.

Nesta *História concisa da escrita*, distinguiremos apenas os dois grandes sistemas não-alfabéticos e alfabeticos, reservando lugar de destaque, entre os sistemas alfabeticos, à escrita latina, que se tornou o instrumento definitivo do pensamento ocidental e o meio de expressão por excelência do mundo moderno.

Materiais e caracteres das escritas

Do ponto de vista material, toda escrita é traçada sobre um suporte ou, como se diz, sobre um registro “material subjetivo”, com auxílio de um instrumento manejado mais ou menos habilmente por um gravador ou por um escriba, seja fazendo incisões, com um estilete, seja com um produto colorante. Segundo esse ponto de vista, toda escrita apresenta uma série de caracteres que lhe são próprios e que pertencem ao grupo social, à língua e à época da qual ela é expressão, mas também ao registro material subjetivo, à natureza do instrumento, à mão e aos hábitos do escriba. Antes de entrar no estudo das diferentes escritas históricas e atuais, é preciso conhecer esses materiais, esses instrumentos e esses gestos, cuja influência sobre o desenho das letras não se pode negligenciar, e definir as noções relativas aos caracteres dessas escritas.

Outrora, numerosas substâncias serviram de suporte às escritas e são ainda empregadas em situações excepcionais. Matérias duras como a pedra,

a ardósia, os tijolos, os cacos de cerâmica, o mármore, o osso, o vidro, o ferro, o bronze e outros metais trazem as tradicionalmente chamadas inscrições.

A pedra sempre foi o suporte por excelência das escritas monumentais. Os hieróglifos egípcios, as inscrições hititas, os fragmentos de Biblos, os caracteres monumentais gregos e latinos são gravados na pedra dura ou, vez por outra, incisos em relevo. A escrita dita cuneiforme da Suméria e da Ásia anterior^{*} era, por outro lado, preferentemente traçada em tabuletas de argila fresca, depois cozidas ao forno. Os mais antigos caracteres chineses são gravados no bronze ou no casco de tartaruga. No tempo de Maomé, os árabes usavam muito ossos de camelo.

O uso de materiais menos duros e perecíveis tem, em geral, dado às escritas formas mais livres e mais cursivas. Foram utilizadas madeira, casca de árvores, folhas de palmeira, tela, seda, peles de animais e tabuletas de cera.

A folha de palmeira teve um grande sucesso no mundo indiano. Antes do papel, os chineses utilizaram lâminas de bambu e seda crua. O couro foi também um dos primeiros suportes das escritas arábicas. A Rússia medieval empregava a casca de bétula (descoberta de Novgorod). O uso de tabuletas

^{*} Antigo Oriente Médio, que abrangia o Egito, a Arábia, a Síria, a Palestina, a Mesopotâmia, a Armênia, o Irã e a Ásia Menor. Foi nessa região que as primeiras civilizações começaram a se formar por volta de 7.000 anos atrás [n. do T.].

cobertas com cera, reunidas aos pares, por três ou em número maior (dípticos, trípticos e polípticos), era comum em Roma. Foram recentemente descobertas na África do Norte tabuletas — chamadas *tabuletas Albertini*, nome do estudioso que por primeiro as estudou — que usavam a própria madeira como suporte para a escrita. Elas datam da época vândala (fim do século V). O uso dessas tabuletas de madeira se mantém até hoje no Marrocos.

O papiro, o pergaminho e o papel são os registros materiais subjetivos da escrita mais comuns desde o princípio de nossa era. O papiro foi utilizado sobretudo na Antiguidade, o pergaminho na Idade Média, o papel, de origem chinesa, foi introduzido no Ocidente através do mundo árabe, a partir do século XI.

A fabricação do papiro foi monopólio do Egito até o século VII. A técnica de fabricação do papiro é descrita por Plínio em sua *História natural*: a matéria-prima era o caule de um juncos cultivado no vale do Nilo. As lâminas longitudinais e transversais, coladas com a água do rio, formavam as folhas que eram mandadas ao comércio cortadas em forma de rolo. Era um material bem pouco resistente. Seu uso só foi abandonado completamente no século XI. Atualmente as descobertas cada vez mais numerosas de escritos antigos em papilos renovam nosso conhecimento do mundo greco-romano e de sua escrita.

A invenção do pergaminho é atribuída pela lenda aos habitantes de Pérgamo, na Ásia Menor

(*pergamenun*). A matéria-prima do pergaminho é a pele de cordeiro, de bode ou de veado novo (pergaminho). Trata-se de um suporte tão resistente e liso que a Idade Média o conservou durante muito tempo para os livros e as atas importantes, apesar da concorrência do papel. O mais remoto exemplo de pergaminho escrito é um fragmento, talvez do fim do século I. Seu uso se torna comum no século IV; do século IX ao século XIII foi o material exclusivo para livros e quase o único para legislações. Em épocas de escassez de pergaminho, raspavam-se os livros antigos para transcrever novos textos (palimpsestos).

Veio da China a idéia de fabricar papel a partir de trapos. Os mais antigos documentos conhecidos escritos sobre papel são textos budistas do século II. Samarkanda foi um dos grandes centros da fabricação de papel durante a alta Idade Média. Foram os árabes que introduziram esse material na Europa. O missal de Silos (perto de Burgos) é o mais antigo manuscrito europeu em papel conhecido até o presente (início do século XI). Aliás, a Espanha foi o primeiro país ocidental a ter fábricas de papel. Todos os papéis da Idade Média eram fabricados com trapos de cânhamo e de linho. Seu defeito era a fragilidade, a falta de flexibilidade e, até o século XIV, o preço de custo relativamente alto. Até o início do século XIX, o papel foi fabricado unicamente à mão sobre uma fôrma. Hoje nossos papéis são tecidos de fibras vegetais das mais diversas proveniências e são fabricados em larga escala.

O suporte da escrita evidentemente reage aos caracteres da escrita; mas, no caso das três últimas substâncias, a forma desses suportes talvez tenha desempenhado um papel na evolução da letra.

O uso do papiro (e do pincel) modificou profundamente o traçado das letras nos antigos alfabetos semíticos. Na China, a descoberta do papel (e do pincel) teve como consequência a transformação dos caracteres, cujo desenho se afastou dos objetos que eles representavam. Discute-se na história da escrita romana se a passagem do rolo (*rotulus*) de papiro ao caderno ou ao livro (*codex*) de pergaminho provocou ou não a grande metamorfose do século III.

O material que serve para escrever teve igualmente, acabamos de perceber, uma importante influência na variação das formas gráficas. Entre as antigas escritas monumentais e os caracteres cuneiformes, de um lado, e as escritas chinesas e ocidentais da Idade Média, de outro, há a diferença de flexibilidade entre o cinzel, o juncos cortado obliquamente, o pincel e a pena.

Para falar a verdade, os monumentos epigráficos representam a última etapa, gravada a cinzel e a martelo, de um traçado anteriormente feito a giz, carvão ou estilete. Desde a Antiguidade romana, para escrever, as pessoas se serviram, excluído o pincel dos chineses, de três instrumentos: o estilo (*stilus* ou *graphium*), haste de ferro ou de mármore com ponta para traçar os caracteres nas tabuletas

de cera, o cálamo (*calamus*), juncos cortados como nossas penas, que permaneceu em uso até o século XII, e a pena de pássaro (ganso e cisne, sobretudo), afilada e fendida, mencionada desde o século VII por Isidoro de Sevilha. O uso de penas metálicas só se generalizou no século XIX.

A invenção da imprensa, no século XV, e a construção desde então de diversas “máquinas de escrever” substituíram esses instrumentos manuais por meios mecânicos de escrita. Essa revolução, cujos efeitos foram imensos no campo da cultura, teve como resultado, no campo da técnica da escrita, de algum modo, a fixação das formas. No caso da escrita latina, os sinais tipográficos, a despeito da variedade dos caracteres e das pesquisas que eles provocam, reproduzem mais ou menos a “minúscula” carolíngia do século IX.

Por fim, bem mais que os produtos minerais, giz, carvão, grafite, mina de chumbo, a tinta se tornou, desde a Antiguidade, o material comumente empregado para fixar a escrita sobre seu suporte.

Os chineses desde cedo fabricaram a tinta de fuligem, de cola e de substâncias aromáticas. Os romanos talvez tenham conhecido tintas à base de sais metálicos. As receitas da Idade Média indicam, em todo caso, composições à base de sulfato ferroso, de noz-de-galha, dissolvida em vinho, e de goma.

Os caracteres das escritas dependem, portanto, desses materiais e instrumentos. Mas para compreendê-los é preciso atentar também para a

psicologia dos povos e para os costumes e gestos dos escribas. A esse respeito, temos poucas informações sobre as grandes escritas antigas. As escritas indianas parecem indiferentes ao registro material subjetivo. O exemplo da escrita latina pode dar a entender o que deve ter provavelmente ocorrido em outros casos. Veremos adiante que ocorreu no século III o que Jean Mallon chamou de “a inclinação do papel”: mudança da posição, respectivamente, da “folha” e do instrumento do escriba, mudança de hábito — inexplicável, aliás —, determinantes para a transformação essencial da escrita romana.

Chegamos assim a buscar as noções que é preciso levar em conta para poder conhecer, do ponto de vista gráfico, determinada escrita. Foi o próprio Jean Mallon quem as enunciou, a propósito da escrita latina. São elas, além do registro material subjetivo e das características internas do texto: as formas, o ângulo de escrita, o ducto, o módulo, o peso.

O aspecto exterior da letras são as formas. Em uma mesma escrita, a mesma letra pode tomar ou pode ter formas diferentes. O ângulo de escrita é a posição em que estava posto o instrumento do escriba em relação à direção da linha. Ele pode ser agudo ou, ao contrário, quase reto, e a densidade dos traços variar até a quase inversão. O ducto é a ordem em que os traços foram executados e o sentido em que cada um deles foi feito. Deve-se estabelecer como regra geral que essa ordem permanece inmutável, mesmo que um traço venha a desaparecer,

visto que o movimento da mão é sempre semelhante a si mesmo. O módulo indica as dimensões das formas, largura e altura, ordem de grandeza por vezes simplesmente relativa. O peso depende do instrumento. Um instrumento leve faz o forte e o fraco se contrastarem, resultando numa escrita que se pode chamar pesada; um instrumento duro não marca quase nenhuma diferença entre os cheios e os soltos e tem como resultado uma escrita suave.

São todos esses elementos que permitem descrever graficamente uma escrita e é mediante seu estudo combinado que os paleógrafos, diz Jean Mallon, “podem esperar distinguir categorias e estabelecer filiações válidas”.

Decifração e estudo das escritas

Essas preliminares sobre as grandes fases do desenvolvimento da escrita, por um lado e, por outro, sobre sua técnica e seus caracteres gráficos levam-nos a perceber de imediato que o estudo histórico das escritas pode ser feito, e de fato o é, segundo dois pontos de vista: o do lingüista e o do paleógrafo. Meio de fixação da linguagem, a escrita está evidentemente ligada aos fenômenos que regem a linguagem. O grande lingüista Antoine Meillet faz da escrita o último capítulo de seu programa. As principais histórias da escrita, como a de James Février, são obra de lingüistas; os conceitos de

escritas sintéticas, analíticas, silábicas, consonantais estão em relação com fenômenos lingüísticos. Contudo, uma vez “inventada”, a escrita se torna um desenho que pode ter vida própria, fora da língua da qual é veículo. É quando sua história pode ser um estudo apenas das formas que evoluem em um contexto político, social e econômico. É a concepção da paleografia, não mais no sentido de ciência da decifração das escritas antigas, mas ampliada para a prática hoje desenvolvida pelos manuais e pelos trabalhos mais recentes. Esses dois pontos de vista são, na verdade, necessariamente complementares. O instrumento escrita que parece hoje tão simples entre nossas mãos não pode ser explicado nem perfeitamente compreendido se não for desmontado nesses dois tempos.

Diante de uma escrita desconhecida, o primeiro problema que se depara é o da decifração, que pode se apresentar de várias maneiras.

O caso teoricamente mais simples é o de uma escrita alfabetica aplicada a uma língua próxima de um tipo conhecido. Foi assim que H. Bauer, E. Dhorme e Ch. Virolleaud decifraram rapidamente há alguns anos a escrita ugarítica, escrita consonantal, de aspecto cuneiforme, notação de uma língua semítica.

O ponto de partida dessa decifração foi o isolamento da letra *L*, que exprime, como em hebraico e em árabe, a preposição possessiva. Um grupo de três letras terminado por *L* e muito freqüen-

te nas inscrições, identificado com o nome do deus Bel, permitiu em seguida ganhar dois outros valores. E assim por diante, por hipóteses e fragmentos progressivos, foram descobertos os trinta sinais desse alfabeto.

Se a língua e a escrita forem igualmente desconhecidas, os esforços de decifração podem se tornar muito árduos, salvo na eventualidade de textos bilíngües ou de fragmentos ideográficos que possam servir de chave. Esse último caso é o da escrita cretense.

No caso de uma escrita analítica, a leitura é sempre conjectural, mesmo que as representações ideográficas permitam compreender o texto.

O caso mais comum, talvez o mais fácil, é por fim o de uma escrita que contém uma mistura de caracteres ideográficos e de sinais fonéticos. É o caso das escritas do antigo Oriente Médio, egípcia, sumero-acádica, hitita, e que deu origem aos trabalhos fundamentais de Champollion e dos cientistas decifradores dos caracteres cuneiformes.

O francês Champollion desvendou o segredo dos hieróglifos egípcios em 1822, fundou uma nova ciência, a egiptologia, e estabeleceu um método de decifração das escritas desconhecidas que possibilitou os progressos desde então alcançados.

Antes de Champollion, acreditava-se que a escrita hieroglífica era sintética, isto é, que cada um de seus caracteres correspondia a uma idéia. A descoberta, em 1799, durante uma expedição de

Bonaparte ao Egito, da pedra da Roseta, contendo três versões de um mesmo texto, hieroglífico, demótico (escrita corrente a partir do século VII a.C.) e grego, em honra de Ptolomeu Epífanés (205-181 a.C.), forneceu a chave do sistema. O inglês Young conseguiu ler o conteúdo do “cartucho” que continha o nome de Ptolomeu. Mas a genialidade de Champollion (1790-1832) foi demonstrar pelo raciocínio que os hieróglifos tinham em parte um valor fonético. Convencido, por outro lado, de que a língua copta era o prolongamento da antiga língua egípcia, ele procurou palavras coptas escritas alfabeticamente. As transcrições gregas o levaram enfim à via dos nomes das divindades e dos nomes próprios. Suas transcrições e traduções, feitas com segurança e elegância com base nessas premissas, abriram à história séculos inteiros de civilização até então ignorados.

As escritas chamadas cuneiformes, persas e sumero-acádicas foram decifradas mais tarde, graças aos constantes esforços dos cientistas Münter, Grotefend, Rawlinson, de Saulcy, Longpier e Oppert. Sua leitura estava mais ou menos assegurada por volta de 1855.

Faltou aqui um texto bilíngüe como a pedra de Roseta. O ponto de partida foi fornecido pelas inscrições de Persépolis, de época recente, que notava por meio de um alfabeto de cerca de quarenta sinais uma língua indo-europeia. A escrita sumero-acádica foi de decifração muito mais difícil, pois notavam, para começar, uma língua mal conhecida, com ideogramas,

determinativos e sinais silábicos e depois, emprestada, como veremos, por uma língua semítica.

Mesmo depois de feita a decifração, por meio da utilização de recursos da lingüística e de um espírito de observação e de engenhosidade, a leitura das escritas antigas é sempre difícil porque apresenta outros problemas de evolução gráfica. É quando intervêm a epigrafia e a paleografia.

A epigrafia é etimologicamente a ciência do que está escrito sobre. De fato, ela só se ocupa do que está escrito sobre materiais duráveis; e se ela se interessa pela escrita enquanto tal e estabelece regras que regem a leitura e a interpretação das inscrições é apenas para ir ao texto, propósito essencial de seu estudo, que penetra para além dos mais diversos campos da história.

A paleografia, segundo a etimologia, ciência das escritas antigas, restringiu seu campo durante muito tempo às escritas traçadas sobre materiais perecíveis. Mas, na realidade, ela não pode se desinteressar dos outros monumentos da escrita, o que provoca uma aproximação entre a paleografia e a epigrafia. Ela **visa a um duplo objetivo: a leitura prática das escritas hoje fora de uso corrente e o estudo da evolução dessas escritas através dos séculos.** Há uma paleografia das escritas orientais. Pudemos recentemente escrever um ensaio de paleografia cuneiforme. Mas o grande campo da paleografia é, pela abundância de materiais, pelo interesse imediato pelos estudos históricos, filológicos e

literários e pela amplidão das questões debatidas, o das escritas gregas e latinas; e, nesse campo, ela se liga estreitamente a disciplinas como a papirologia, a diplomática e a codicologia.

Um método da epigrafia começou a se esboçar na França nos séculos XVII e XVIII, com o padre Sirmond († 1651) e J.-F. Séguier († 1784), e na Itália, com S. Maffei († 1755). Mas foi B. Borghesi († 1860) quem fixou suas regras essenciais. A Academia de Berlim iniciou a publicação de coletâneas gerais de inscrições no século XIX: inscrições gregas a partir de 1828, inscrições latinas a partir de 1863. Os tratados de epigrafia de S. Reinach (1855) e de R. Cagnat (1886) marcaram época no avanço desses estudos. Infelizmente as transcrições do *Corpus* não foram fac-similadas e, por consequência, não são facilmente utilizáveis pela paleografia.

Os fundadores da paleografia foram dois beneditinos franceses da congregação de Saint-Maur: Jean Mabillon († 1707), para a paleografia latina, em seu *De re diplomatica* (1861); Bernard de Montfaucon († 1741), para a paleografia grega, com seu *Palaeographia graeca* (1708). A doutrina foi estabelecida por dom Tassin e dom Toussaint em seu *Nouveau traité diplomatique* (1760-1765). Mas os estudos paleográficos avançaram sobretudo na segunda metade do século XIX, com a criação em Paris, em 1821, da Escola de Chartres e com o ensino especializado em Viena (1854), em Florença (1857), em Roma, em Heidelberg e nas grandes univer-

sidades e graças à possibilidade de reprodução fotográfica dos documentos. Esses progressos foram balizados pelos trabalhos e pelos manuais, impossível citá-los todos aqui por seus títulos, de N. de Wailly, L. Deslile, W. Wattenbach, L. Traube, C. Paoli, M. Prou, E. M. Thompson e, mais recentemente, de E. A. Lowe, G. Battelli, J. Mallon, Ch. Samaran e R. Marichal. Contudo, podemos lamentar que a paleografia grega e a paleografia latina tenham sido mantidas a grande distância uma da outra desde sua fundação. Veremos, enfim, que os quadros e as noções tradicionais da paleografia latina, estabelecidos pelos beneditinos, são questionados pela escola paleográfica francesa. O ensino da paleografia continua a ser feito na França pela Escola Nacional de Chartres, mas também é dado na École Pratique des Hautes Études e nas universidades.

A história da escrita tem um campo imenso e muito variado. Quem poderia se gabar de conhecê-la ou mesmo de poder percorrê-la toda? Ela se especializa em múltiplos cantões que limitam com outras disciplinas que suas descobertas quase sempre contribuíram para promover: a assiriologia, a egipciologia, a sinologia, o indianismo, o americanismo, os estudos semíticos e árabes, os estudos antigos e medievais. Mas ela também solicita a colaboração da filologia, da etnologia, da psicologia e da história e serve, por sua vez, a cada uma dessas ciências. **A escrita, fundamento da civilização, está no fundamento das ciências humanas.**

CAPÍTULO II

AS ESCRITAS NÃO-ALFABÉTICAS**A escrita sumero-acádica**

A escrita cuneiforme, inventada pelos sumérios, é o mais antigo sistema de escrita que conhecemos atualmente por meio de documentos. O termo “cuneiforme”, que significa em forma de “cunha”, caracteriza seu aspecto exterior anguloso. Seus sinais, impressos, mais que traçados, nas tabuletas de argila com um junco cortado obliquamente segurado com a mão fechada, mais raramente gravados sobre pedra, se apresentam, com efeito, ordinariamente sob a forma de combinações de pregos triangulares. Depois de ter servido de notação à língua dos sumérios que viviam na Mesopotâmia nos milênios IV e III antes de nossa era, essa escrita se propagou em toda a Ásia anterior, onde se tornou o meio de expressão de línguas diversas.

Os sumérios não eram autóctones na Babilônia. Mas o problema de sua origem permanece sem solução: China, Ásia Central, Turquestão, Índia, Cáucaso? Sua língua ainda é mal conhecida também.

Ela nem pertence ao grupo indo-europeu, nem ao grupo semítico. Era uma língua de tipo aglutinante, que compreendia muitos elementos monossilábicos, que podiam se aglomerar ou igualmente servir de sufixo e de afixo. Várias palavras eram homófonas, isto é, pronunciadas da mesma maneira, mesmo tendo sentidos diferentes. Geralmente se pensa que a notação dessa língua coincidiu com a chegada do povo à Mesopotâmia.

Alguns cientistas levantaram a hipótese da origem comum das escritas do mundo antigo: sumério, proto-elamita, egípcio, proto-indiano, chinês. Outros tentaram descobrir num “proto-sumério pictográfico” o ancestral de todas as escritas. Não há dúvida, porém, de que há entre elas algumas semelhanças internas. São todas escritas analíticas, “escritas de palavras”. É possível que elas tenham saído de uma mesma idéia; mas, do ponto de vista da forma, é mais provável que cada centro de civilização tenha realizado a idéia dessa escrita por seus próprios meios: a Suméria inventou o sumério, Elam, sua escrita, o Egito e a China a deles.

A arqueologia distingue no quarto milênio três períodos que correspondem às civilizações dos sítios mais típicos: El’Obeid (a antiga Ur), Warka (Uruk), dividida em quatro níveis, Djemdet Nasr (Kish). Os primeiros documentos escritos pertencem ao nível inferior de Uruk, chamado Warka IV, datável por volta do meio do milênio. Na realidade, a escrita em tabuletas de pedra de argila dessa longínqua e primeira

era suméria não era ainda cuneiforme; ela está no estágio semipictográfico em que quase se reconhece nos sinais o objeto representado. Foi progressivamente, no decorrer de um longo período milenar, que a escrita suméria evoluiu para se tornar verdadeiramente cuneiforme por seu aspecto exterior e meio analítico, meio fonética por seu mecanismo interno.

A passagem dos sinais pictográficos de Warka para os caracteres cuneiformes do meio do terceiro milênio, que já não apresenta quase nenhuma relação com seus modelos antigos, explica-se muito bem por razões materiais. Para escrever mais rápido, os escribas inicialmente substituíram os dois instrumentos, cálamo para os traços, cunha arredondada para algumas marcas, cujo emprego é demonstrado pelas tabuletas arcaicas, apenas pelo junco cortado obliquamente que deu desenhos de traços mais pronunciados. Quanto ao mais, para obter, na argila, com um instrumento de borda oblíqua, sinais bem profundamente desenhados e de bordas nítidas resistentes ao cozimento, foi necessário, pela experiência, evitar as curvas e, consequentemente, reduzir a grafia a um conjunto de linhas quebradas. Por fim, uma mudança de orientação na posição das tabuletas impulsionou decisivamente essa transformação. **Manter a mão obliquamente nas primeiras tabuletas de dimensão reduzida permitiu, com efeito, o traçado vertical dos objetos e favoreceu sua disposição em colunas de alto a baixo.** Mas, com as tabuletas maiores que os

esribas tiveram de pôr diante de si, inclinadas em ângulo reto, o desenho dos sinais tornou-se horizontal, e a escrita em linha da esquerda para a direita: mudança que tornou irreconhecíveis os pictógrafos primitivos e disposição mais apta que a precedente à impressão na matéria plástica de caracteres em forma de pregos e de cunhas.

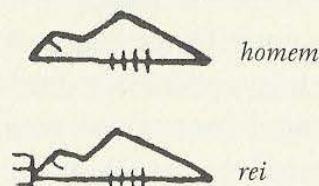


FIG. 1 — USO DO GUNU

A evolução interna da escrita suméria durante o mesmo milênio correspondeu à necessidade de notar a língua sem multiplicar desmesuradamente o número de sinais correspondentes às palavras. A utilização do *gunu* (traços suplementares reforçando a idéia expressa por um sinal: por exemplo, quatro pequenos traços acrescentados ao desenho da palavra *homem* lhe dão o sentido de *rei*) forneceu um meio.



FIG. 2 — AGREGADO LÓGICO

Outro procedimento foi o do agregado lógico (justaposição de dois sinais que exprimiam uma

ideia nova: por exemplo, *mulher* e *montanha*, justapostos, dão o sentido de *escravo*). Os sumérios inventaram também o sistema de determinativos (sinais não pronunciados postos diante das palavras, indicando a categoria a que elas pertencem e, consequentemente, completando sua significação própria: por exemplo, o mesmo sinal do arado, precedido do determinativo *homem*, significa o *lavrador*, e precedido do determinativo *madeira*, o próprio instrumento de arar).

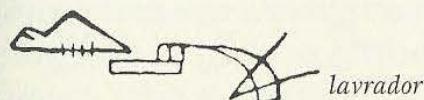


FIG. 3 — DETERMINATIVO

Por fim, a existência de palavras homófonas viabilizou o procedimento do rébus, ou seja, a escrita de palavras novas pela justaposição de sinais dos quais só se conhece o valor fonético.

Se insistimos e demoramos um pouco nessa dupla evolução e nesses procedimentos, é porque eles exemplificam bem o processo geral de fixação da linguagem na fase de transição entre o sistema analítico e o sistema fonético e porque constituem um exemplo concreto, de uma época bem remota, da influência dos materiais, os instrumentos e dos hábitos dos escribas sobre a vida das formas gráficas.

Aliás, veremos que outras escritas analíticas, especialmente a chinesa, empregaram para facilitar sua leitura procedimentos internos análogos.

A escrita suméria, já difícil, foi tomada de empréstimo em meados do terceiro milênio por outro povo que à época vivia na Mesopotâmia, os acádicos, para notar sua própria língua, que era uma língua semítica. Os sinais permaneceram mais ou menos como eram, mas a complicaçāo do sistema tornou-se extrema, pois os mesmos sinais guardaram ao mesmo tempo seu valor ideográfico e seu valor fonético nas duas línguas.

Apesar de suas dificuldades, a escrita sumero-acádica assim constituída teve uma grande difusão em todo o mundo oriental antigo, por ter sido veiculada pela civilização e pelas conquistas das dinastias babilônicas e assírias. Os grandes períodos de sua longa história foram o da primeira dinastia babilônica (séculos XX-XVIII a.C.) e o da dominação assíria (séculos IX-VII a.C.).

A era de Hammurabi, no início do segundo milênio, foi a idade de ouro da literatura em língua acádica e da escrita sumero-acádica cuneiforme. Milhares de tabuletas nos foram transmitidas com textos referentes à vida social, religiosa e econômica, e é sobretudo conhecido o pilar que traz o “código” do grande rei de Babilônia. As ricas bibliotecas dos reis da Assíria, sobretudo a de Nínive, também revelaram quantidades de tabuletas e de inscrições em colunas e prismas. Babilônios e assírios

utilizavam vocabulários que davam a lista de caracteres sumero-acádicos e seus valores. A escrita sumero-acádica tornou-se no segundo milênio a escrita da diplomacia internacional. Por isso encontramos em Tell-el Amarna, no Egito, a correspondência dos faraós com os reis da Babilônia, da Assíria, dos hititas, e até mesmo com funcionários

	Warka	Djemdet Nasr	Cuneiforme primitivo	Cuneiforme clássico
cabeça				
mujer				
astro céu deus	*	*	*	*
sol dia				
puerto				
bar				

FIG. 4 – EVOLUÇÃO DA ESCRITA CUNEIFORME

rios egípcios, traçada em caracteres cuneiformes acádicos (1405-1352). Mas a conquista persa levou essa escrita a perder hegemonia. Apesar disso, seu uso se manteve na Babilônia até o século I de nossa era.

Os modelos de escrita sumero-acádica que encontramos no quadro acima pertencem aos dois momentos mais característicos de sua evolução gráfica: o estágio cuneiforme primitivo da época das dinastias de Lagash em meados do terceiro milênio e o estágio cuneiforme clássico assírio do tempo de Assurbanipal (668-626).

Os caracteres sumero-acádicos, por vezes ligeiramente modificados, também foram adotados por vários povos da Ásia anterior antiga para escrever suas línguas: o elamita, o hurrita, o urarteu, o hitita.

Uma escrita proto-elamita, datada da primeira metade do terceiro milênio, foi revelada por algumas inscrições da região de Susa. Os elamitas, assim como os sumérios, não eram nem indo-europeus nem semitas. Alguns sinais de sua escrita primitiva estão muito próximos da escrita pictográfica suméria; mas é impossível provar seu parentesco. Só na segunda metade do terceiro milênio esse povo abandonou sua escrita indígena para adaptar à sua língua os caracteres sumero-acádicos. Na seqüência, essa escrita cuneiforme neo-elamita se simplificou muito, evoluindo para o silabismo.

A língua hurrita do país de Mitani, na curva do Eufrates, e a língua do país de Urartu, ambas

ainda do tipo aglutinante, foram notadas em caracteres cuneiformes acádicos respectivamente por volta dos séculos XV e IX a.C.

No centro da Ásia Menor, as mais antigas tabuletas do século XV, encontradas em Bogazkeui, trazem também textos em língua não-indo-européia, notada com sinais sumero-acádicos. Mas outras tabuletas posteriores estão escritas em uma língua diferente, o hitita, com os mesmos caracteres. Ora, os hititas eram invasores indo-europeus. Portanto, depois de ter servido para fixar línguas “asiáticas” e semíticas, os caracteres cuneiformes revestiram uma língua próxima ao grego e ao latim.

Veremos adiante que duas outras escritas, a persepolitana e a ugarítica, também eram cuneiformes no aspecto e na técnica, mas com um mecanismo de notação completamente diverso do mecanismo da escrita sumero-acádica.

A escrita egípcia

A escrita egípcia foi também um dos mais importantes sistemas de escrita do mundo antigo. Sob sua forma mais característica e mais antiga, é chamada escrita hieroglífica. Os hieróglifos eram sinais sagrados gravados (do grego *hieros*, “sagrado”, e *glyphein*, “gravar”) que os egípcios consideravam ser a fala dos deuses. Assim como a sumero-acádica, essa era uma escrita de palavras. Porém, mais que a

escrita sumero-acádica, ela conservou o uso de sinais simbólicos falantes e vivos. Contudo, a língua que ela notava, aparentada ao grupo semítico, favoreceu, pelo comprimento relativo de suas palavras, sua decomposição em elementos fonéticos. Seu emprego, em contraste com a difusão dos caracteres cuneiformes, ficou limitado à língua e às regiões egípcias.

Os mais antigos monumentos da escrita egípcia, as tabuletas de Ahâ, o primeiro rei da dinastia tinita, datam do início do terceiro milênio a.C. Inicialmente o sistema apareceu ali completamente constituído por caracteres empregados seja como ideogramas, seja como símbolos fonéticos. A partir da terceira dinastia, a escrita hieroglífica alcançou sua perfeição espetacular e desde então praticamente não variou até o fim de sua utilização no século III d.C.

Essa aparição da escrita coincide com a unificação do Egito por volta de 2900 a.C. Entretanto, observamos em pinturas do período pré-dinástico tentativas rudimentares de notação figurada, comparáveis às escritas sintéticas dos índios e dos esquimós. Mas a passagem desse estágio para o sistema hieroglífico supõe longas etapas que nos escapam por completo. Na questão das origens, duas teses se enfrentam: ou a escrita hieroglífica surgiu por evolução natural dos primeiros esboços pré-históricos locais, ou foi criada em bloco, por imitação de um modelo estrangeiro, importado desde fora. Mas na verdade essas teses não parecem inconciliá-

veis: se o Egito pré-dinástico conheceu rudimentos de escrita simbólica, a evolução desses rudimentos para a escrita propriamente dita pode ter sido "precipitada" por alguma influência externa na era da primeira dinastia.

Os hieróglifos geralmente são gravados em pedra. Mas há caracteres, chamados de hieróglifos lineares, pintados a tinta em sarcófagos de madeira ou em papiro, cujo traçado foi simplificado. Os sinais são dispostos tanto de alto a baixo como horizontalmente, bem como tanto da esquerda para a direita como da direita para a esquerda. As figuras normalmente estão viradas para o começo da linha.

O aspecto exterior da escrita hieroglífica, muito próximo do desenho, lhe dá um caráter basicamente decorativo. As silhuetas humanas e animais e os contornos estilizados de plantas e de objetos de suas inscrições oferecem rica matéria para a história da civilização e são mais evocadores que os símbolos abstratos dos sumérios e dos chineses. Apesar das aparências, o mecanismo interno do sistema era muito complicado, pois os sinais, como na escrita sumero-acádica, exprimiam ora uma palavra, ora um som.

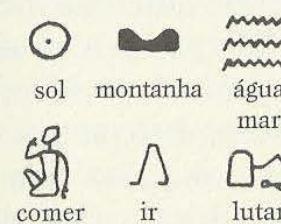


FIG. 5 — HIERÓGLIFOS

Os ideogramas que representam coisas concretas (sol, montanha, água), ações (comer, ir, combater) ou abstrações (o Sul, a velhice) foram vigorosamente defendidos contra a decomposição em elementos fonéticos e permaneceram como a base do sistema.



FIG. 6 — DETERMINATIVO EM EGÍPCIO CLÁSSICO

Os egípcios também fizeram amplo uso de determinativos postos depois das palavras; eles se destinavam a definir o sentido dos ideogramas ou a concretizar o sentido das palavras escritas foneticamente (por exemplo, o “cartucho” oval em torno de um nome indica um nome de rei, ou até mesmo o determinativo *casa* acrescentado à palavra escrita foneticamente *j-s. t* dá o sentido de *palácio*, enquanto o determinativo *homem* acrescido a esta mesma palavra dá o sentido de *grupo de trabalhadores*). Essa notação fonética foi também alcançada pelo procedimento de rébus; mas só conservou das palavras seu “esqueleto” de consoantes. Por intermédio das palavras de uma sílaba, a escrita egípcia chegou também à notação das consoantes isoladas. Ela poderia, desse ponto, ter passado ao sistema alfabetico, mas, contida pela fórmula ideográfica, não soube conceber claramente esse progresso.

	'n	água		h	cordinha
	t, j	folha de junco		h	disco
	'a	braço		h	bastão
	w	codorniz		s	tranca
	b	perna		s'	fio
	p	trança		š	bacia
	f	víbora cornuda		q	triângulo
	m	coruja		k	corte
	n	água		t	assento
	r	boca		t	pão
	h	cercado		d	corda
				d	mão
				d	serpente

FIG. 7 — SINAIS EGÍPCIOS COM O VALOR DE CONSOANTES ISOLADAS

Ao lado dessa escrita monumental, os egípcios empregaram, também desde a primeira dinastia, uma escrita de desenho mais livre e mais rápido para seus usos cotidianos, a escrita chamada de hierática (do grego *hieratikos*, “sagrado”), assim chamada porque ela veio a ser sobretudo a escrita dos sacerdotes em uma época mais recente, na qual acabou por ceder lugar à escrita demótica. Ela era feita em folhas de papiro, com uma haste de junco

flexível, a nanquim, orientada da direita para a esquerda. Os sinais hieráticos derivam diretamente dos hieróglifos, por simplificação do desenho e pela acentuação de alguns detalhes característicos. Seu uso se perpetuou até o século III d.C.

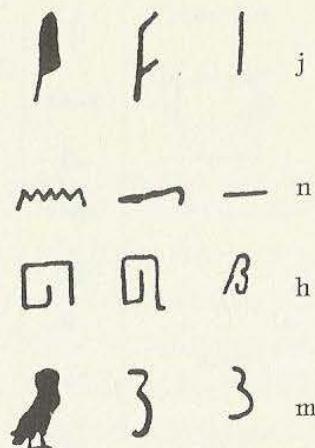


FIG. 8 — SINAIS HIERÁTICOS E DEMÓTICOS

Por sua vez, a escrita demótica (do grego *demos* “o povo”) se constituiu no início do primeiro milênio a.C., a partir da escrita hierática. Seu sistema é o mesmo usado pela escrita hieroglífica, mas sua grafia simplificada para se obter rapidez e suas ligaduras juntando entre si os sinais tornam sua leitura mais difícil. Na época ptolemaica (333-30 a.C.), o demótico tornou-se a escrita da literatura e da administração (a inscrição da Roseta traz, lembremos, uma de suas três versões em demótico). Mesmo que o alfabeto grego também tenha sido usado para notar a língua egípcia, o demótico se manteve até o fim do século V.

As escritas “hitita” hieroglífica, proto-indiana e cretense

Simultaneamente à escrita sumero-acádica, outra escrita foi utilizada no império hitita da Ásia Império e da Síria do Norte do século XVIII ao século VIII a.C utilizada no império hitita da Ásia Menor e da Síria do Norte, do século XVII ao século VIII. O primeiro nome que ela recebeu, hitita hieroglífico, não é absolutamente exato. Com efeito, seus sinais são muito distintos dos hieróglifos egípcios e a língua que eles notam, mesmo que estreitamente aparentada ao hitita e, como ele, ao indo-europeu, não é a mesma das inscrições hititas cuneiformes. Mas o uso consagrou essa denominação.

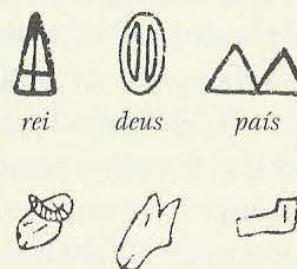


FIG. 9 — HIERÓGLIFOS ‘HITITAS’

A maior parte dessas inscrições “hititas” são entalhadas em relevo ou gravadas na pedra. A direção de sua escrita é geralmente bustrofédica, isto é, alternando da direita para a esquerda e da esquerda para a direita, ao modo de um lavrador traçando sulcos. O sistema era semiideográfico, semifonético, como o das grandes escritas vizinhas sumero-acádica

e egípcia. Os ideogramas “hititas” são, por sinal, muito mais numerosos que os sinais silábicos. Mas, se o aspecto pitoresco dos primeiros às vezes torna seu sentido transparente, o valor do silabar demorou a ser adquirido.

O selo bilíngüe, em prata, de Tarkumuva, rei do país de Mera, com inscrição cuneiforme e hieroglífica, extraviou por muito tempo os decifradores que, equivocadamente, aproximaram durante muito tempo a forma acádica do nome do rei ao grego Tarkondémos. As mais belas inscrições “hititas” hieroglíficas foram atualizadas em Karkemish. Além do tipo monumental, essa escrita tinha também um tipo simplificado, atestado pelas tabuletas de chumbo encontradas em Assur. A descoberta, em Karatepe, na Cilícia, de textos bilíngües fenícios e hititas levou a decifração a sua fase definitiva.

As escavações de Mohanjo-Daro e de Harappe, no vale do Indo, e diversos vestígios na Sindh revelaram a existência de uma civilização proto-indiana que se desenvolveu paralelamente às civilizações babilônicas e egípcias, por volta de meados do terceiro milênio antes de nossa era. A mais importante descoberta foi a de numerosos selos ou amuletos de esteatita ou de cobre, decorados com pequenos relevos artísticos, portando, em sua grande maioria, inscrições.

A forma dos caracteres dessas inscrições indica uma escrita analítica. Os sinais representam, rudemente, personagens, partes do corpo humano,

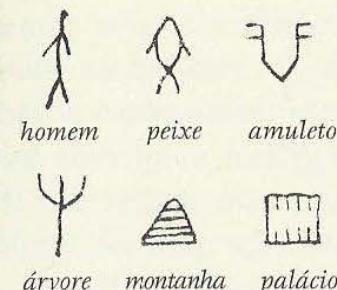


FIG. 10 — SINAIS PROTO-INDIANOS

animais, vegetais e objetos. Parece, contudo, que ela também atingiu o estágio fonético.

O problema da decifração da escrita de Harappâ se apresentou nas mais difíceis condições: um texto bilíngüe, uma língua tão desconhecida quanto os próprios caracteres. Aproximações com a escrita Indiana *brahmi* ou as inscrições da ilha de Páscoa e tentativas de interpretação pelo sânscrito ou pelo dravidiano moderno também resultaram em nada. O estudioso tcheco B. Hrozny, decifrador do hitita, procurou resolver o problema pela comparação com o “hitita” hieroglífico e propôs uma decifração que conclui por uma escrita parcialmente silábica, expressão de um dialeto indo-europeu.

O problema da escrita cretense não é desprovido de analogia com o que precedeu: problema duplamente desconhecido, nos sinais e na língua, cuja solução é tanto mais lancinante quanto se sabe, pelas escavações de Cnossos e de outros sítios da ilha, da originalidade dessa civilização do mar Egeu no terceiro milênio e no segundo milênio e, consequente-

mente de suas estreitas relações com o continente helênico. E de fato A. Evans, o descobridor de Cnossos, fez a distinção entre duas espécies de escrita cretense: uma escrita hieroglífica, empregada no período dito minóico médio (mais ou menos entre 2100 e 1580), e uma escrita linear, empregada sobretudo no minóico recente (1650 a 1200 a.C.).

Os hieróglifos cretenses, arcaicos ou recentes (tipos A e B) só são encontráveis gravados em pequenos sinetes em pedra dura ou entalhados em objetos de argila. Seu desenho é de grande novidade, seja na figuração de seres vivos ou na das coisas. Os sinais lineares, antigos ou recentes (tipos A e B), surgem principalmente em tabuletas ou mesmo em objetos que se encontram não apenas na ilha, mas nas Cícladas e na própria Grécia. Parece até que esses diversos tipos de escrita representam três ou quatro estágios de uma mesma evolução gráfica e igualmente uma evolução interna, visto que o número de sinais foi diminuindo constantemente com o tempo.

Foram feitas várias tentativas de decifração, umas buscando explicar as inscrições em escrita cretense como provenientes da Grécia pelo grego, outras buscando interpretar essa escrita com o auxílio da escrita de Chipre do primeiro milênio, que realmente apresenta semelhanças com ela. Consegiu-se isolar sinais de numeração, reconhecer facilmente determinados ideogramas, mas houve dificuldade para descobrir o valor de outros sinais.

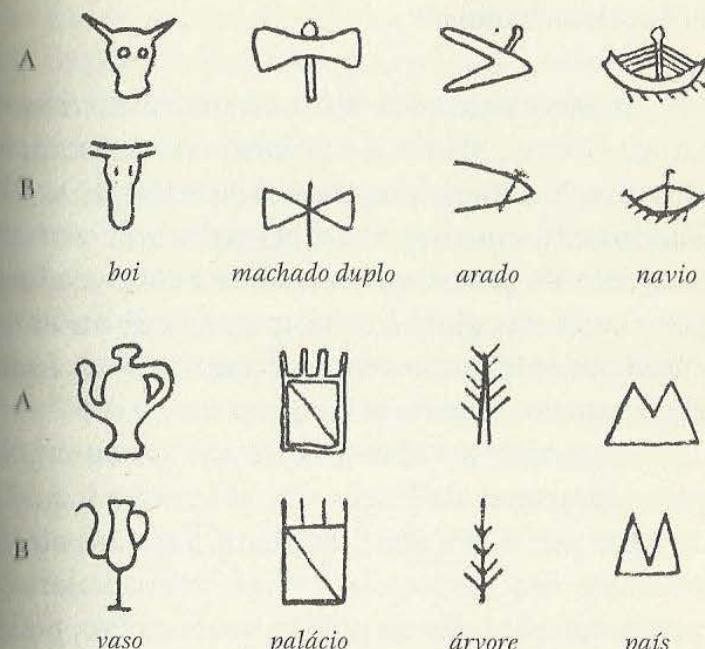


FIG. 11 — HIERÓGLIFOS CRETENSES

Com efeito, que língua se esconde por trás dessa escrita? Há quem diga que ela não é nem indo-europeia nem semítica; outros se inclinam por um falar indo-europeu. B. Hrozny ainda tentou “vencer o desafio do decifrador”. Mas as construções do estudioso tcheco, baseadas em semelhanças gráficas e na suposição gratuita de que sinais semelhantes teriam tido o mesmo valor fonético de um povo a outro, não despertaram adesão. O princípio de decifração das tabuletas em “linear B”, redigidas em grego, foi estabelecido por Ventris e Chadwick.

A escrita chinesa

A escrita chinesa, até mais que as escritas do antigo Oriente Médio, é o próprio tipo de escrita de palavras. É o único dos antigos sistemas de escrita atualmente em uso. É empregado hoje por um conjunto de povos que representa um quinto da população do globo, e há quatro mil anos sua evolução interna e sua evolução gráfica foram praticamente imperceptíveis.

O conservadorismo dessa escrita se explica pelos caracteres da língua que ela nota e à qual se adaptou perfeitamente. Com efeito, todas as palavras chinesas são monossílabas; não estão sujeitas a nenhuma adjunção de prefixo ou de sufixo; podem ser empregadas tanto como substantivos e adjetivos quanto como verbos. A frase chinesa é apenas uma justaposição de palavras cuja função gramatical é determinada pelo lugar que ocupam. A evolução para o silabismo foi impossível, pois as palavras não podem ser decompostas. Por consequência, a ideografia basta para escrever tudo. O único problema foi encontrar um número de representações figuradas suficiente e de procedimentos para notar cada palavra.

A tradição atribui a invenção da escrita a imperadores mais ou menos lendários, ou aos secretários de um deles, no terceiro milênio antes de nossa era. De fato, os mais antigos documentos chineses escritos só vêm a aparecer na segunda

metade do segundo milênio, sob a dinastia dos Yin. São textos divinatórios gravados em ossos ou em cascos de tartaruga, encontrados perto de Ngan-Yang na província de Honan.

O problema da origem dessa escrita é ainda questão aberta, assim como o das escritas antigas da Ásia anterior. Há quem defende a hipótese de uma influência sumero-acádica, autorizada com efeito pelas datas e por certas semelhanças. Mas já vimos que é mais apropriado pensar em uma criação autônoma a partir de uma mesma idéia genérica.

日	jé, sol
山	chān, montanha
木	móu, árvore
中	tchōng, meio
田	t'iēn, campo
匱	kiāng, fronteira
門	mēn, porta

FIG. 12 — CARACTERES CHINESES (GRAFIAS ANTIGA E MODERNA)

Até o século III a.C., a escrita chinesa era essencialmente uma escrita de inscrição em casco, bronze e pedra, e seus caracteres de nomes diversos (*kou wen* antes do século VIII, *tcheou wen* depois) tornaram-se pesados e difíceis de traçar. A generalização do uso de pincel e de nanquim no século II a.C. e a utilização de papel como suporte a partir do século I d.C. provocaram uma simplificação das formas e permitiram a constituição de uma escrita mais ágil, embora sempre clara e ordenada. Trata-se inicialmente do *li*, escrita curial quadrada, depois, durante o século IV, do *k'ai-chou*, escrita normal, ainda hoje a clássica. Simultaneamente o lexicógrafo Hiu-Chen ordenava em seu *Chou wen* símbolos e chaves do sistema. Assim a técnica da caligrafia e o mecanismo da escrita chinesa remontam em suas características atuais à época dos Han e das dinastias do Sul do início da Idade Média.

A escrita chinesa está submetida a regras estritas. Seus caracteres são dispostos em colunas de alto a baixo, começando pela direita. Cada caractere deve se inscrever em um quadrado ideal, com o mesmo módulo, de uma ponta a outra do texto, e os traços devem ser muito exatamente desenhados nele, para evitar confusões.

Os lexicógrafos chineses classificaram os caracteres em seis categorias, que correspondem aos diferentes procedimentos que permitiram a notação da língua com um número de sinais sem dúvida elevado, mas limitado. As duas primeiras categorias

pertencem os caracteres que representam objetos (*iang hing*, morfogramas), idéias abstratas e ações (*iche tche*, datilogramas). Os ideogramas primitivos são facilmente reconhecíveis. O agregado lógico (*houei yi*), combinação de dois ou três caracteres para exprimir uma nova idéia, já encontrável entre os sumérios, constitui outra classe (por exemplo, dois sinais *mulher* justapostos significam *discussão*; ou ainda a combinação de *boca* e de *pássaro* exprime o verbo *cantar*).



boca }
pássaro } cantar

FIG. 13 — AGREGADO LÓGICO

Para aumentar o número de representações figuradas, os chineses usam a inversão de caracteres (*ichouan tchou*) e o empréstimo de sinais homófonos (*lia tsie*). As chaves desempenham ainda um papel semelhante ao dos determinativos sumero-acádicos e egípcios. Hoje, em número de duzentas e catorze, essas chaves não são mais pronunciadas: postas ao lado de outro caracteres, elas definem o sentido

indicando a categoria de objeto ou de idéias que ele representa (por exemplo, o elemento fonético *k'o*, poder, precedido da chave *água* significa ribeirão; com o sinal *palavra*, ele significa *interrogar*).



FIG. 14 — USO DE CHAVES

A antiga língua chinesa se fragmentou em múltiplos e bem diferentes dialetos de norte a sul do imenso país. Se os chineses têm em grande consideração sua antiga e complicada escrita, é porque nessa diversidade ela se manteve compreensível à leitura de todos. Com efeito, seja qual for sua pronúncia nos diversos dialetos regionais, os caracteres conservaram em todos os lugares a mesma significação e constituem um verdadeiro “esperanto visual” (B. Karlgren).

No decorrer da história, vários povos vizinhos da China adotaram a escrita chinesa para notar sua língua: coreanos, japoneses e vietnamitas.

Os caracteres chineses apareceram na Coréia no século IV. No século VI, sinais fonéticos foram acrescentados a eles para exprimir mais correta-

mente as flexões da língua coreana. Eles foram substituídos no início do século XV por uma nova escrita, o *pan tchel*, de estrutura silabar.

Também o Japão recebeu sua escrita da China, no século IV. Mas o japonês é uma língua de desinências, cujas palavras têm extensões variáveis. Por isso foi necessária uma adaptação. Dois sistemas foram empregados a partir do século VIII e do século IX: graficamente, um deles, o *kata-kana*, conservou um lado (*kata*) do desenho de sinais do *k'ai chou*. O outro, o *hira-kana*, surgiu de uma escrita cursiva chinesa. Mas, do ponto de vista interno, os dois só mantiveram dos caracteres chineses seu valor fonético silábico. Os japoneses, contudo, continuaram a adotar freqüentemente ideogramas chineses, aos quais acrescentaram as posposições e as desinências em *kana*. A escrita japonesa tem, por isso, a aparência externa da escrita chinesa e uma estrutura mista, que se aproxima das antigas escritas do Oriente Médio.

Os vietnamitas notaram sua língua em caracteres chineses a partir do século XIII: os sinais foram conservados com seu valor ideográfico, fossem eles utilizados por seu valor fonético, fossem combinados dois a dois, um indicando o sentido, outro, a pronúncia. Essa escrita, o *chû nôm*, deu lugar dois séculos atrás ao *quôc ngû* em caracteres latinos, do qual falaremos adiante.

Todos os sistemas até aqui estudados, desde a escrita suméria à escrita chinesa, repousavam, ou

ainda reposam, na utilização e no conhecimento de um número de sinais relativamente alto, apesar dos procedimentos inventados para restringi-los. A escrita suméria compunha-se de cerca de vinte mil ideogramas simples ou compostos; a escrita chinesa possui cinqüenta mil sinais. Só esses números já dão idéia das dificuldades de manejo desses sistemas analíticos e da necessidade, em todos os casos, de uma caligrafia.

As escritas americanas pré-colombianas

Fora do antigo mundo euro-asiático e mediterrâneo, as civilizações pré-colombianas da América Central também possuíam um sistema de escrita que tendia, parece, quando da chegada dos espanhóis, para a escrita de palavras, sem, contudo, se desfazer completamente da pictografia sintética.

Esse sistema de escrita dos maias e dos astecas representa seguramente um estágio menos evoluído que o das escritas do Antigo Oriente Médio, e deveria ser abordado antes do sistema do Antigo Oriente Médio num estudo da escrita cujo critério fosse apenas lingüístico. Mas na história essas escritas pré-colombianas foram um ramo isolado e de aparição tardia, pois suas manifestações só se dão a partir do século III d.C. A conquista espanhola, no século XVI, deteve seu desenvolvimento. Elas são pouco conhecidas e alguns de seus sinais foram decifrados com grande dificuldade.



FIG. 15 — SINAIS MAIAS E ASTECAS

Os maias da Guatemala, de Yucatán e do Baixo México deixaram inscrições em relevo sobre pedra e três manuscritos anteriores à conquista, pintados sobre fibras de *maguey* (agave) sob uma camada de verniz esbranquiçado. Os caracteres desses textos, chamados de *glifos* pelos americanistas, parecem ser ideogramas. Só se chegou a isolar os sinais dos meses e dos dias do calendário (dezesseis meses de vinte dias).

A escrita dos astecas do planalto mexicano só é conhecida por meio dos manuscritos pintados em fibras de *maguey*, em tecido de algodão ou em pergaminho. Nesses documentos, narrativas desenhadas e lendas em caracteres figurados correm paralelamente e se apóiam mutuamente, mas o sentido das frases é vagamente sugerido. Os astecas, no entanto, sabiam manejar o agregado lógico (*água* e *fogo* justapostos exprimem, por exemplo, a idéia de guerra) e o rébus para fazer a notação dos nomes

próprios (assim, o nome do rei Itzcuatl é escrito com o sinal da faca de obsidiana, *itzli*, e o da serpente, *cuatl*). Os sinais do calendário asteca foram decifrados como os do calendário maia.

As escritas silábicas cipriota e persepolitana

Todas as grandes escritas antigas que acabamos de passar em revista, à exceção do chinês, evoluíram para o silabismo a partir de uma estrutura analítica. Em outras palavras, elas buscaram, ao deixar de notar apenas palavras, mas também o som das sílabas, diminuir consideravelmente, de um ponto de vista externo, seu estoque de sinais desenhados. A escrita egípcia até mesmo se aproximou, mediante a notação das consoantes, da forma alfabetica, e a escrita japonesa se constituiu pelo empréstimo do valor fonético dos ideogramas chineses. Contudo, ao lado desses sistemas mistos, outras escritas do antigo Oriente Médio, mais recentes, atingiram o estágio do silabismo puro.

A escrita da ilha de Chipre, atestada por inscrições pertencentes sobretudo aos séculos V e IV a.C., é o tipo mais acabado desses sistemas silábicos,

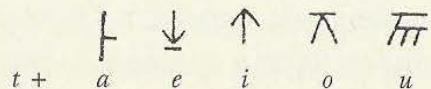


FIG. 16. O SISTEMA SILÁBICO CIPRIOTA.

Essa escrita foi criada para notar a língua cipriota anterior à chegada dos gregos. Seu silabário compreendia apenas cinqüenta e quatro sinais, mais alguns até agora não decifrados. As formas desses sinais são puramente lineares, geralmente angulosas, por vezes ligeiramente arredondadas. A direção da escrita é comumente da direita para a esquerda.

Hoje se admite que a escrita cipriota deriva da escrita cretense linear, cujo estágio intermediário era representado pelas inscrições dos cilindros e dos vasos encontrados na ilha, em Enkomí, e que remontavam ao século XV a.C.

A escrita persepolitana, utilizada do século VI ao século IV a.C. pelos reis aquemênidas para suas inscrições oficiais, era também uma escrita silábica, ainda que tenha conservado, por um lado, quatro ideogramas e que, por outro, seus sinais tenham tido, ao mesmo tempo, um valor silábico e um valor alfabetico.



FIG. 17 — SISTEMA SILÁBICO PERSEPOLITANO

Essa escrita foi revelada sobretudo por inscrições e tabuletas encontradas em Persépolis. Vê-se ali uma criação artificial, ou do tempo de Ciro (c. 550-529), ou do tempo de Dario (521-486). Ela tomou emprestada a forma de seus sinais à antiga escrita cuneiforme babilônia, mas sua estrutura e sua tendência consonantal sugerem uma influência

provável da escrita egípcia e, de todo modo, das novas escritas semíticas ocidentais.

O silabário persepolitano contava apenas trinta e seis sinais, mais os ideogramas para *rei*, *província*, *país* e *Ahura-Mazda* (nome de divindade), e um sinal de separação das palavras. Seus caracteres, em forma de cravos, como os caracteres sumero-acádicos, são muito mais simples que estes. As linhas da escrita são orientadas da esquerda para a direita. Apesar da simplicidade de seu sistema, essa escrita, monumental e estreitamente ligada à sorte de uma dominação política, não teve futuro.

A classificação das escritas nas categorias fundamentais, analíticas, silábicas e alfabeticas, é, na verdade, bem delicada, pois vimos que coexistem em quase todos os sistemas antigos elementos ideográficos e elementos fonéticos. Algum erudito propôs substituir a denominação “escrita de palavras” por outra que ele julga mais adequada: *word-syllabic*, ainda considerando silábicas as escritas semíticas ocidentais que outros já classificam como alfabeticas. De fato, houve uma “época capital em que o silabismo, recém-separado da ideografia, hesitou no limiar do alfabetismo”. Entre as fórmulas que foram então aventadas, algumas fracassaram, um grupo de outras deu no alfabeto.

CAPÍTULO III

AS ESCRITAS ALFABÉTICAS

O alfabeto pode ser definido como um sistema de sinais que exprimem os sons elementares da linguagem. A palavra vem do latim *alphabetum*, formado com os nomes das duas primeiras letras do alfabeto grego, *alpha* e *beta*, por sua vez já emprestadas das línguas semíticas. Esta etimologia reporta-se imediatamente ao ambiente de origem desse meio de notação. Quanto ao problema das origens, ele se apresenta, como todas as outras questões relativas à escrita, sob um duplo aspecto: lineamentos e nascimento da idéia de escrita consonantal e alfabetica, origem do material gráfico empregado para realizar essa idéia.

As origens do alfabeto

A idéia de escrever as consoantes isoladas aparecera, como já vimos, confusamente aos egípcios. Durante o segundo milênio, essa idéia surgiu também, talvez sob influência egípcia, entre

os povos semíticos ocidentais das margens do mar Vermelho e do Mediterrâneo. As línguas dessas populações, em que a base das palavras é essencialmente constituída por consoantes, facilitaram muito a realização de esforços nesse sentido.

As inscrições proto-sínaíticas e o material heterogêneo das escritas proto-palestinenas recentemente exumadas, escritas cuja decifração está pouco assegurada, mas que se pode crer pré-alfabéticas pelo reduzido número de sinais, dão testemunho dos esforços do mundo siro-palestinese para criar um novo instrumento de expressão gráfica, mais simples que os hieróglifos ou que os caracteres cuneiformes.

As inscrições do planalto central do Sinai, atualizadas por Flinders Petrie em 1904, são indubitavelmente obra de mineiros semitas a serviço dos egípcios e provavelmente anteriores ao século XV a.C. Não se deve confundi-las com inscrições mais recentes da mesma região, desenhadas por nômades nabateus. Os fragmentos de texto encontrados no início do século XX notadamente em Biblos, em Bet Shemesh, em Gezer, em Tell ed Duweir (a antiga Lakish), e estudados por M. Dunand, R. P. Vincent, J. Obermann e H. G. Grimme, foram aproximados das inscrições proto-sínaíticas na tentativa de estabelecer uma genealogia do alfabeto fenício.

O elo mais seguro da pré-história do alfabeto é a escrita pseudo-hieroglífica das inscrições de Biblos, descoberta por M. Dunand e decifrada por E. Dhorme.

As inscrições pseudo-hieroglíficas de Biblos, gravadas em pedra ou bronze, são dez ao todo. A primeira foi revelada em 1929. Sua sensacional decifração foi comunicada à Académie des Inscriptions et Belles-Lettres em 1946, depois de sua publicação integral. Elas podem ser datadas do século XV ou do século XIV antes de nossa era.

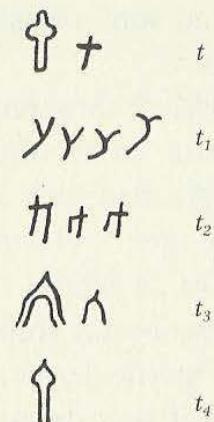


FIG. 18 — SISTEMA SILÁBICO DE BIBLOS

O estudioso decifrador estabeleceu que a língua desses textos é o mais puro fenício. A escrita, apesar do aspecto dos sinais, não recorre a nenhum sistema ideográfico. É certo que o estoque desses sinais é elevado: cento e catorze foram enumerados. Cada escriba tinha a sua disposição mais sinais do que necessário para representar os mesmos sons. Dito de outro modo, seu repertório era um silabário ou "uma espécie de alfabeto pletrônico". Mas esse repertório possui duas notáveis particularidades. Primeiro porque ele oferece o exemplo bastante

singular da passagem de uma escrita silábica para uma escrita alfabetica (com alguns escribas freqüentemente negligenciando o emprego do sinal próprio à sílaba, para utilizar um equivalente consonantal). Segundo porque o valor fonético de seus sinais é independente de sua origem. Os gravadores de Biblos decidiram que tal figura, de onde quer que a tenham empregado, representaria tal som: decisão anunciadora, também ela, do alfabeto.

Os escribas de Ugarit chegaram ao mecanismo do alfabeto por volta do século XIV a.C., por diferentes meios. Os achados de Ras Shamra, na costa síria do Norte, que revelaram seu sistema, junto com os achados de Biblos, figuram entre as mais importantes descobertas arqueológicas para a história da escrita. O mérito dessas descobertas cabe a Cl. Schaeffer e a decifração de sua escrita foi feita por estudiosos de que já falamos, H. Bauer, E. Dhorme e Ch. Virolleaud.

As escavações da missão francesa de Ras Shamra começaram em 1929. O sítio, próximo de Lattaquié, é onde se localizava a antiga Ugarit, grande mercado cosmopolita da primeira metade do segundo milênio. Grande quantidade de tabuletas atualizadas fizeram parte da biblioteca de uma escola de escribas. As escavações e os achados prosseguem, mas a interpretação do alfabeto, agora chamado de ugarítico, está estabelecida desde os trabalhos paralelos de E. Dhorme e Ch. Virolleaud em 1930 e 1931.

	'a		n
	'i' 'e		s
	'u' 'o		s
	b		t
	g		k
	d		g
	h		p
	w		s
	z		s ou 'd'
	h		q
	h		r
	t		?
	y		s
	k		t
	l		t
	m		t

FIG. 19 — ALFABETO UGARÍTICO

A língua de Ugarit se classifica no grupo semítico cananeu. O aspecto de sua escrita é cuneiforme. Mas seus sinais, traçados com o juncos de ponta em tabuletas de argila, só têm em comum com os caracteres sumero-acádicos esse aspecto [ser traçados a juncos]. Seu desenho muito simples foi uma criação artificial e seu número, apenas trinta, os separa de qualquer sistema analítico ou silábico. Cada sinal faz a notação de apenas uma consoante ou de um dos três sons vocálicos, *a*, *e* e *u*, combinado com o util *alef* semítico. Tem-se, então, por conseguinte, uma verdadeiro alfabeto consonantal. É uma intuição genial dos escribas de Ugarit: ao modificar a seu modo o tradicional material cuneiforme e reduzi-lo de uma só vez a trinta caracteres, eles “inventaram” a idéia de alfabeto.

Mas é preciso voltar a Biblos para encontrar a série de textos que contêm os rudimentos gráficos da escrita alfabética de que nos servimos ainda hoje. Os mais antigos documentos suscetíveis de datação, a inscrição do túmulo do rei Ahiram, a epígrafe de Asdrúbal e as inscrições de Abibaal e de Elibaal, são anteriores ao século X.

Geralmente a inscrição do sarcófago de Ahiram, descoberta em 1924 por M. Montet, e a de Asdrúbal são datadas do século XIII a.C. As últimas pertencem ao período de 950-900. M. Dunand propôs para duas outras inscrições, as de Shafatbaal e de Abdo, uma data anterior ao texto de Ahiram, que ele por sinal situa por volta do ano 1000. Mas

essa cronologia não alcançou aceitação geral e nada muda no fato geral de que é durante a segunda metade do segundo milênio a.C. que os fenícios elaboraram seu alfabeto.

O alfabeto fenício arcaico possui apenas vinte e dois sinais puramente lineares. Apenas com o auxílio dos sinais consonantais, ele dava a possibilidade de escrever qualquer palavra. Foi essa simplicidade que, com o concurso das circunstâncias históricas, fez sua fortuna.

As descobertas de Ras Shamra e de Biblos confirmam a atribuição da invenção do alfabeto aos fenícios, que o escritor Luciano cantava desde o século II d.C. Os semitas do Norte sem dúvida se inspiraram em um princípio egípcio e sua língua os favoreceu. Mas o cruzamento das civilizações e as necessidades do comércio na costa da Síria, onde os portos de Biblos e de Ugarit eram os entroncamentos do comércio mundial, certamente os impulsionaram a pesquisar uma nova e prática escrita.

Em vista de descobrir a origem da forma material das letras fenícias, todas as hipóteses foram aventadas. Inicialmente tentou-se ligar diretamente essas formas às dos hieróglifos egípcios simples ou às dos sinais hieráticos. Outros estudiosos viram nelas uma deformação dos caracteres cuneiformes, e as descobertas de Ras Shamra deram novo vigor a sua teoria. O antecedente cretense linear também foi invocado, apesar do desconhecimento do lugar de onde provinha essa escrita insular. As aproxima-

ções com a escrita proto-sinaítica e com as escritas arábicas, de que trataremos adiante, não fazem avançar o problema, pois parece tratar-se de sistemas paralelos ou derivados e não antecedentes. M. Dunand considera que os protótipos das letras fenícias se encontram nos sinais pseudo-hieroglíficos de Biblos e resultam, por intermédio deles, de uma forte influência egípcia. Suas aproximações são contestadas por uns, parcialmente admitidas por outros. Não seria mais simples, diz um último grupo, ver nesses caracteres fenícios uma criação inédita, operação fácil uma vez realizado o esforço essencial de invenção da notação alfabetica? É possível pensar que, para criar seu sistema gráfico, os fenícios inspiraram-se no acervo comum das escritas do mundo oriental e egeu, sem levar em conta o valor fonético dos sinais mais ou menos imitados.

O alfabeto fenício

Desde o século X a.C., a escrita arcaica de Biblos se difundiu amplamente. A escrita paleo-hebraica, que foi a escrita dos reinos de Israel e de Judá até o exílio dos judeus na Babilônia no século VI e que ainda se pode encontrar esporadicamente até o século II d.C., só se destaca da escrita arcaica de Biblos por algumas particularidades gráficas. Mas foi sobretudo Tiro que assegurou, pela atividade de seus navegadores e de seus negociantes e pela

Valeur	Abiram	Mesa	Classique
(a)	K	K	K
b	g	g	g
c	l	h	l
d	D	o	د
e (e)	ف	z	ز
w	Y	Y	ي
i	I	I	I
h	III	و	ه
t	Θ	Θ	ث
y	ذ	z	ڙ
k	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p (ph)	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v (ph)	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g	ـ	ـ	ـ
h	ـ	ـ	ـ
l	ـ	ـ	ـ
m	ـ	ـ	ـ
n	ـ	ـ	ـ
s	ـ	ـ	ـ
p	ـ	ـ	ـ
r	ـ	ـ	ـ
v	ـ	ـ	ـ
f	ـ	ـ	ـ
g			

fundação de suas colônias, a propagação do alfabeto fenício. As inscrições fenícias de Chipre (séculos IX-II) e a escrita da colônia tária de Cartago na África, chamada de escrita púnica (século IX-146 a.C.), nos transmitiram as formas desse alfabeto assim como os documentos da Fenícia propriamente dita, por sinal muito raros durante a primeira metade do primeiro milênio (estela de Mesa, c. 842).

O alfabeto fenício clássico manteve as vinte e duas letras do alfabeto arcaico. As formas dessas letras gravadas são apenas um pouco mais angulosas e mais delgadas que antes. Além disso, uma escrita cursiva, traçada a tinta em argila ou papiro, aparece no século V a.C., ao lado da escrita das inscrições, com caracteres mais flexíveis, mais alongados e traçados continuamente. **A escrita fenícia se apresenta, enfim, sempre em linhas horizontais orientadas da direita para a esquerda.**

A ordem e os nomes do abecedário fenício foram conservados pelo alfabeto hebraico. A opinião longamente admitida é que esses nomes derivam da forma dos objetos representados originariamente pelos sinais. Em alguns casos, por exemplo o do *alef*, que parece reproduzir uma cabeça de boi, ou o do *'ain*, cuja forma lembra a de um olho, o desenho corresponde ao nome da letra. Mas se, como geralmente se pensa agora, os fenícios criaram arbitrariamente seu sistema gráfico ou o elaboraram inspirando-se livremente em todas as fontes, essas denominações são provavelmente apenas designa-

ções ulteriores, vinculando-se mais ou menos vagamente às formas inventadas.

Feita essa restrição, indicamos os nomes com sua significação ou a interpretação tradicional das letras norte-semíticas:

<i>alef</i>	cabeça de boi
<i>bet</i>	casa ou tenda
<i>gaml</i>	camelo
<i>delt</i>	porta
<i>hé</i>	(desconhecido)
<i>wau</i>	prego
<i>zai</i>	arma ou azeitona
<i>het</i>	cerca
<i>tet</i>	talvez fardo
<i>yod</i>	mão
<i>kaf</i>	palma
<i>lamd</i>	aguiilhão
<i>mem</i>	água
<i>nu</i>	peixe
<i>semk</i>	peixe também
<i>'ain</i>	olho
<i>pe</i>	talvez boca
<i>sade</i>	várias interpretações duvidosas: anca, foice, nariz
<i>qif</i>	macaco
<i>resh</i>	cabeça
<i>shin</i>	dente ou costas
<i>tau</i>	sinal [?]

Os alfabetos reproduzidos na figura 21 correspondem um ao período arcaico do túmulo de Ahiram em

Biblos, por volta do século XIII a.C., o outro, ao período “clássico” do primeiro milênio (século IX-V).

As escritas aramaicas e o hebraico quadrado

A escrita fenícia foi também adotada desde o século IX a.C. pelos arameus, para notar sua língua de tipo semítico, mas diferente do cananeu. As tribos aramaicas, de início nômades no deserto da Síria, depois fixadas em pequenos estados ao redor de Damasco, Hamat e Alepo, continuaram enfim sob as dominações assíria e persa a fornecer mercenários e auxiliares aos grandes impérios orientais e a assegurar os intercâmbios comerciais ao longo dos itinerários continentais. A difusão do alfabeto fenício, que Tiro assegurou por seus navios, os arameus a realizaram por seu domínio das rotas do Oriente Médio e por meio de suas caravanas.

As monumentais inscrições aramaicas copiam as inscrições fenícias. A escrita cursiva deriva também da cursiva fenícia, mas, traçada sobre folhas de papiro com um cálamo largo e curto, ela se tornou mais pesada e mais rígida que seu modelo. Os mais preciosos documentos dessa escrita são os papéis encontrados em Elephantina, perto de Assuan no Egito, onde um rei estabelecerá um colônia militar de sírios e de judeus (século V a.C.).

Depois da conquista de Alexandre, a escrita aramaica, suplantada pelo grego como escrita

administrativa e comercial, se manteve contudo à margem dos reinos ptolemaicos do Egito e dos selêucidas da Síria, fracionando-se em escritas “nacionais”. Citemos aqui também as escritas nabateias e palmirenses, ainda escritas de povos caravaqueiros, e a escrita siríaca, que se apresenta a partir do século I d.C. sob várias formas ligadas à história das Igrejas orientais. A cursiva aramaica penetrou, igualmente pela via das caravanas e das missões, na Ásia Central, onde serviu para notar as línguas iranianas dos reinos arsácidas e sassânidas, até o século VII, e o uigur, língua do império mongol, do século XIII ao século XV.

Os nabateus de Petra e de Bostra foram os mestres do comércio entre a Arábia e o Ocidente desde o século II a.C. Eles modificaram a escrita aramaica reunindo as letras umas às outras por ligaduras. O período florescente de Palmira durou do século I ao século III. Sua escrita, sobretudo monumental, muito provavelmente serviu de intermediária entre o aramaico e o siríaco.

A mais antiga forma de escrita siríaca, regular mas também de numerosas ligaduras, leva o nome inexplicado de *estranghelo* (séculos I-V). Em seguida ela se dividiu em *serto* (escrita em forma de “linha”) entre os jacobitas, depois entre os maronitas, e em cursiva nestoriane entre os nestorianos, que a propagaram na Pérsia, e até na China (inscrição bilíngüe de Si-Ngan-Fu, 781).

Na Pérsia, depois do silabário aquemênida e do alfabeto aramaico, se desenvolveu, a partir do século II a.C., a escrita chamada de *pehlevi*, que conservou palavras aramaicas como ideogramas e adaptou as vinte e duas letras semíticas à língua iraniana. Sob os sassânidias (226-651), criou-se para a transcrição do Avesta, o livro sagrado, um novo alfabeto; a grafia permaneceu semítica, mas o procedimento de notação das vogais se inspirou no grego e a ordem das letras, nos sistemas indianos.

	fen.	aram.	heb.	nab.	palm.	estr.	árabe
'(a)	ፊ	ܐ	ܵ	ܲ	ܶ	ܴ	ا
k	܍	ܸ	ܹ	ܻ	ܼ	ܺ	ك
m	ܤ	ܲ	ܷ	ܻ	ܼ	ܻ	م
š	ܶ	ܰ	ܵ	ܻ	ܼ	ܻ	ش

FIG. 21 — CARACTERES DO GRUPO ARAMAICO

O alfabeto hebraico também proveio da escrita aramaica. Contudo, não se deve eliminar totalmente de sua formação a escrita píleo-hebraica. De todo modo, ele se vincula, por um e outro desses canais, ao alfabeto fenício. Aliás, o fenício e o hebraico são dois dialetos da mesma língua cananéia. Os primeiros documentos onde essa escrita aparece provavelmente remontam ao século II a.C.

	sécs. I-VIII	tipos gráficos		sécs. I-VIII	tipos gráficos
(a)	א א	x	1	ל ל	ל
b	ב ב	ב	m	ב ב	ם מ
ג	ג ג	ג	n	ר ר	ג נ
ד	ד ד	ד	s	צ צ	ס צ
ה	ה ה	ה	.	ע ע	ע
ו	ו ו	ו	p	פ פ	פ
ז	ז ז	ז	s	צ צ	צ
ח	ח ח	ח	k	ךך	ך
ט	ט ט	ט	r	ךך	ך
י	י י	י	š	ש ש	ש
ל	ל ל	ל	t	ת ת	ת

FIG. 22 — ALFABETO HEBRAICO

A inscrição em caracteres quadrados de 'Araq el Emir na Transjordânia é datada, segundo os autores, entre o século IV, o mais cedo, e 177 a.C., o mais tardar. No início dos manuscritos, é preciso situar hoje os livros bíblicos em rolo de couro, descobertos em 1947 na gruta Ain-Feshka, junto ao mar Morto. O mais antigo, com exclusão de um fragmento escrito em caracteres píleo-hebraicos, dataria do princípio do século I a.C. O papiro Nash, encontrado há mais ou menos cem anos, seria também do século I. Mas os outros manuscritos judeus são muito mais recentes.

Essa escrita hebraica chamada hebraico quadrado, utilizada durante os primeiros séculos da nossa era para copiar os textos sagrados, é a que fez reviver o sionismo moderno. Ela possui, como seu protótipo fenício, vinte e duas letras, apenas consoantes. As formas dessas letras são, no conjunto, bem-equilibradas, mas há entre elas semelhanças por vezes embaracosas (*b* e *k*, *g* e *n*, *e* e *z*); algumas letras têm a particularidade de ser dilatáveis para evitar cortar palavras no fim das linhas, outras têm formas finais diferentes das formas iniciais ou médias. As letras também são utilizadas como sinais numéricos (as nove primeiras representam as unidades; as nove seguintes, as dezenas; as últimas, 100, 200, 300 e 400). A escrita hebraica se lê, naturalmente, da direita para a esquerda. A tabela que demos indica as formas manuscritas primitivas (séc. I a.C.-século VIII) e os tipos gráficos oficiais do judaísmo contemporâneo.

O hebraico é uma língua matizada e delicada. Para que não houvesse confusão na leitura do Antigo Testamento, foi necessário notar com sinais (pontos ou acentos) as vogais, a pronúncia das consoantes e o lugar do acento tônico. O sistema de notação atualmente utilizado (sistema de Tiberíades) remonta ao século VIII.

A escrita árabe

A escrita árabe é, com o hebraico quadrado, a única escrita consonântica ainda em uso. Ela se

difundiu sobre uma importante fração de três continentes antigos e é hoje, depois da escrita latina, uma das grandes escritas internacionais.

É preciso esclarecer que língua árabe, escrita árabe e religião islâmica são fenômenos distintos, cujos domínios nem sempre coincidem. Os dialetos norte-árabicos, bastante próximos do árabe clássico, foram inicialmente notados com alfabetos derivados das inscrições sul-árabicas, ou seja, em escrita aramaica. A própria escrita árabe surgiu antes do Islã. Mas foram os avanços do islamismo que evidentemente favoreceram sua difusão.

A origem do alfabeto árabe é obscura. Parece que ele seria derivado do alfabeto nabateu e, por ele, da escrita aramaica. Mas o que não está claro é como, onde e quando se deu a transformação de um para outro desses alfabetos. A primeira inscrição atestada em caracteres árabes é a inscrição trilíngüe (grego, aramaico e árabe) de Zabad, perto de Alepo, datada de 513; a segunda é uma inscrição bilíngüe (grego e árabe), descoberta em Harran, no Hauran, datada de 568.

Lembramos que há uma tradição que atribui a invenção desse alfabeto a um membro da família de Maomé. Grafites encontrados em Iram, perto de Aqaba, a nordeste do mar Vermelho, anunciam a escrita árabe desde os séculos III-IV, se é que eles não dessa época. Alguns autores situariam, de acordo com a região e a data dos achados epigráficos, a elaboração da escrita árabe entre os gassânidas da

Síria. Outros se inclinam sobretudo pelos laquimidas da Mesopotâmia, cuja capital, Al-Hira, era a morada de poetas e letrados. Mas não se pode negligenciar sem mais, o papel das rotas comerciais do Hedjaz por onde penetraram as influências nabatéias e depois, siriácas.

Desde o século I da Hégira (622), quando os documentos se tornam mais numerosos, a escrita árabe evoluiu para dois tipos, o cúbico e o nashki, cuja diferença decorre, sobretudo na origem, do material utilizado.

O cúfico, que vem do nome da cidade de Kufa do Eufrates, se liga às primeiras inscrições pré-islâmicas. É uma caligrafia monumental ou de manuscritos em couro ou pergaminho e se caracteriza por uma linha de base horizontal sobre a qual sinais angulosos e rígidos se implantam verticalmente. Durante a Idade Média ela foi quase unicamente uma escrita ornamental. É também a escrita das cópias do Corão. Ela deu nascimento à escrita da África do Norte, isto é, ocidental, cujo domínio se estendeu, a partir do século X, à África do Norte à Espanha e ao Sudão.

O *nashki*, escrita de “copista”, traçada com um cálamo (*qalam*) sobre papiro ou outros suportes lisos, era a escrita corrente, de formas flexíveis e arredondadas. Ela se opõe ao cúbico também pelo aspecto que lhe dá sua decomposição em miúdos elementos encurvados. É do *nashki* que provêm as diversas grafias árabes adaptadas a outras línguas.

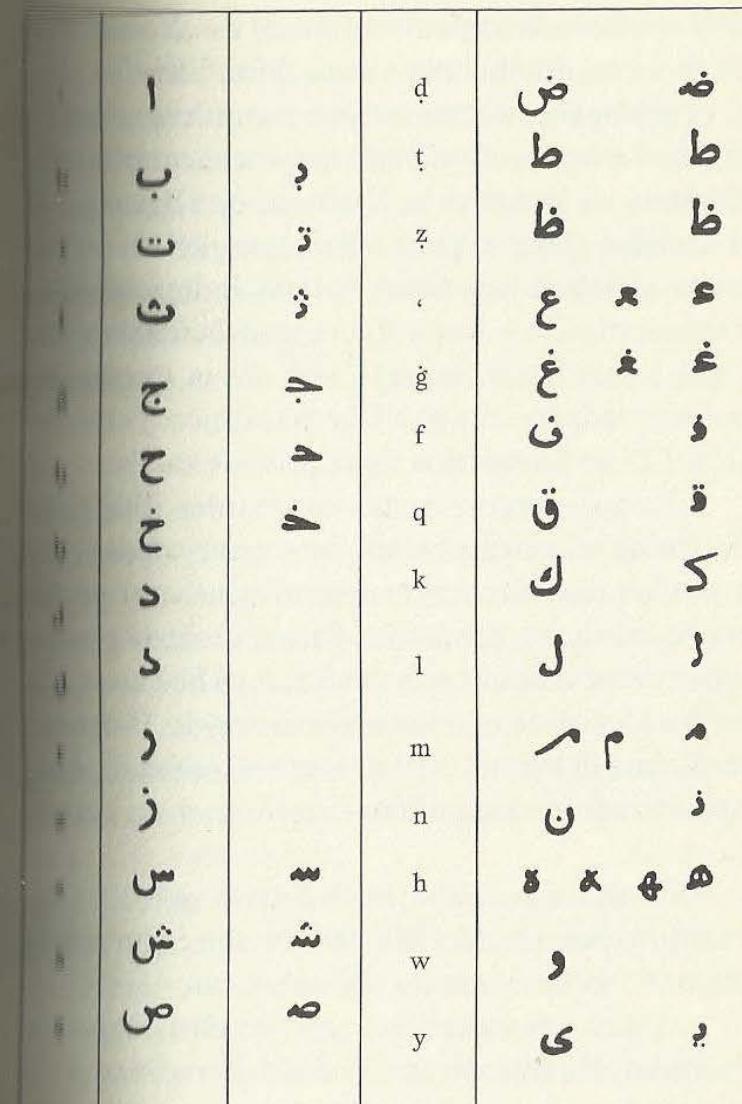


FIG. 23 — ALFABETO ÁRABE

nesta liq da Pérsia e da Índia, *sulus* do antigo império otomano e *diwami*, especialmente criada para

a chancelaria do império otomano) e o alfabeto dito de Avicena, atualmente o mais difundido.

Assim como outras escritas semíticas, a escrita árabe é traçada da direita para a esquerda. De nabateu, ela preserva as ligaduras que ligam entre si a maior parte de suas letras, que podem tomar, como as letras hebraicas, formas independentes, iniciais, médias e finais diferentes. O alfabeto tem vinte e oito letras, ou seja, seis novas consoantes acrescentadas ao antigo alfabeto semítico. Temos na figura 23 as formas dos tipos gráficos atuais.

Para distinguir certas consoantes diferentes figuradas pelo mesmo sinal, recorreu-se desde cedo a pontos diacríticos (ou seja, distintivos) postos acima ou abaixo das letras. Para indicar, por outro lado, a vocalização exata necessária à boa recitação do Corão, acrescentaram-se sinais-vogais. O sistema atual data do século VIII. O uso desses sinais, aliás considerado pouco polido, é negligenciado no uso corrente.

O alfabeto árabe foi adotado pelos povos muçulmanos que não falavam o árabe e sim outras línguas, freqüentemente não-semíticas.

Assim, na Ásia, o persa, o afegão, o sindhi e parcialmente o malê; na África, falares bantos e o malgaxe, em certos casos, são escritos em caracteres árabes. O mesmo se deu também, na Espanha reconquistada, com a literatura *aljamiado* de língua espanhola e, na Europa oriental, com dialetos eslavos. Só recentemente, como veremos, o turco e o bérbere

deixaram de ser escritos em caracteres árabes, tendo sido substituídos pelo alfabeto latino.

A escrita árabe é, no mundo muçulmano de hoje, como a escrita chinesa em seu vasto domínio, elemento de unidade, visto que é o veículo da cultura clássica compreendida por todos os letRADOS, passo que a língua falada se fragmentou em múltiplos dialetos.

As escritas sul-arábicas e etíopes

A Arábia meridional (Iêmen, Qataban, Hadramaut) nos forneceu numerosas inscrições que conservam as línguas sul-semíticas dos antigos reinos de Ma'in e de Sabá. Geralmente se considera que esses textos mineus e sabeus datam do primeiro milênio antes de nossa era. Sua escrita consiste em vinte e nove sinais consonantais de formas lineares elegantes e simétricas.

Várias letras desse alfabeto sul-arábico parecem-se com as letras fenícias arcaicas. Mas o problema das relações entre os dois sistemas permanece irresoluto: a escrita sabéia deriva do alfabeto fenício, ou as duas escritas são ramos de um tronco comum?

Para R. Dussaud, os escribas que compuseram o alfabeto sabeu se inspiraram no alfabeto fenício no final do período arcaico; eles tomaram emprestado do alfabeto fenício seu consonantismo, enriquecendo-

o com as letras necessárias para a notação de sua língua; mas, do ponto de vista gráfico, eles teriam criado uma escrita quase independente. J. Février prefere supor, levando em conta as semelhanças e as discordâncias das duas escritas, sua derivação de um tipo comum. Hoje a tendência é trazer para mais tarde a datação das inscrições sul-arábicas.

Os alfabetos das inscrições lihianitas, tamu déias e safaiticas, encontradas no oásis do Hedjaz e do Nedjem, que registravam desde o século VI a.C. os falares norte-arábicos, possivelmente originaram-se da escrita sabéia.

As línguas semíticas da Etiópia também foram transcritas com escritas surgidas do alfabeto arábico. O etíope clássico, chamado de *ge'ez*, que pertence ao grupo semítico meridional, foi notada com o sistema até hoje usado, a partir do reinado do rei 'Ezana, da dinastia de Axum, do século IV. Essa escrita compreende vinte e seis sinais consonantais; mas esses sinais podem tomar sete formas diferentes, segundo a vogal que venha depois deles. Dito de outro modo, com algumas notações especiais e os números representados por letras, trata-se na realidade de um sistema de duzentos e vinte e um caracteres, que constitui assim um curioso retorno ao silabismo por via do alfabeto. Esse silabário etíope serviu para escrever, quando o *ge'ez* deixou de ser falado, a nova língua oficial, o amárico (século XIII), bem como diversos outros dialetos abissínios.

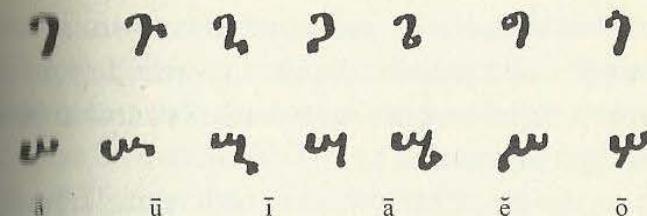


FIG. 24 — SISTEMA SILÁBICO ETÍOPE

As escritas indianas

As escritas indianas só aparecem, depois de um longo vazio desde a época da civilização Mohanjodaro, no século III a.C., no tempo do imperador Açoka. Elas se apresentam sob dois tipos: a escrita chamada *kharosti*, ou *kharostri*, e a escrita *brahmi*.

A escrita *kharosti*, atestada na bacia do Indo e na Bactriana, entre 251 a.C. e o século VI de nossa era, por inscrições e por numerosos manuscritos em madeira, pele ou papel, deriva em suas formas gráficas da escrita aramaica transmitida a esses países pelos sacerdotes do império persa. Mas o princípio de sua elaboração é, como veremos no caso de outras escritas indianas, absolutamente diferente. Essa escrita, por sinal, desapareceu sem deixar descendência.

A escrita *brahmi* das inscrições de Açoka (274 a.C.) tornou-se, por outro lado, a base de todas as escritas do imenso grupo de países de cultura Indiana. Sua elaboração, seguramente bem anterior ao século III, levanta questões muito delicadas: seu mecanismo interno, com efeito, faz penetrar num

mundo de notação radicalmente oposto ao mundo semítico, enquanto a origem gráfica de seus sinais provoca, pelo menos, aproximações com o ocidental fenício e aramaico.

As escritas semíticas notaram, sabemos, o esqueleto consonantal das palavras. Já os indianos, ao contrário, dedicaram-se a reproduzir os sons reais da linguagem. A escrita *brahmi* não tem sinal para representar uma consoante isolada, mas sinais que notam as consoantes acompanhadas do som *a*, o mais comum nas línguas indianas. Disso deriva para ela um caráter silábico, mas de um silabismo diferente do silabismo derivado da escrita de palavras. Quando o som vocálico a notar é diferente do *a*, acrescentam-se pequenos apêndices ao sinal de base.

A escrita *brahmi* comprehende quatro sinais para as vogais iniciais *a, i, u, o* e trinta e dois sinais silábicos. Ela é traçada da esquerda para a direita. Seus caracteres têm uma forma linear muito simples:



FIG. 25 — SISTEMA SILÁBICO BRAHMI

Um grupo de estudiosos busca a origem dessa escrita na própria Índia, olhando, como é natural, para as velhas escritas de Mohanjo-Daro e de Harappâ. Contudo, a maioria dos historiadores da escrita se inclina, se não por uma derivação direta

nos alfabetos semíticos, ao menos por uma influência deles e por empréstimos de formas. Esse autor adota em grande parte a tese de que os inventores do sistema *brahmi* se inspiraram na fonte fenícia. Filliozat aproxima o silabário etíope do silabário indiano e sugere uma influência inversa da Índia sobre a constituição tardia do silabário etíope.

O sistema *brahmi* se diferenciou, desde o início da nossa era, nas diversas regiões da Índia e deu origem a numerosíssimas escritas regionais.

Contamos apenas, na Índia setentrional e na Índia central, as escritas de Caxemira, do Nepal, de Bengala, de Orissa, da região marata e, sobretudo, a escrita *nagari* (ou *devanagari*); na Índia do sul, as escritas *malinagari* do Decão, tâmil, canarã e singalesa.



FIG. 26 — SISTEMA SILÁBICO NAGARI

A escrita *nagari*, que significa “cidadana”, depois de ter sido a escrita do sânscrito, a língua religiosa e de estudos, é agora a do *hinduísmo*, a língua corrente da Índia central, cujo uso não cessa de se ampliar. Silábica como seu protótipo *brahmi*, suas características gráficas essenciais são a abundância de ligaduras e a “potência”, grande barra horizontal que reúne as sílabas e freqüentemente as palavras acima da linha.

As escritas indianas também foram tomadas em empréstimo para a notação de várias línguas da Ásia central e da Ásia das monções. Podemos aqui enumerar: a antiga escrita tibetana (século XII), as escritas do Turquestão chinês (agneu, kutcheu, khotanês), as escritas do grupo *páli*, língua do budismo, valdizer, as escritas birmanesa, siamesa, laociana, khmer ou cambojana, e por fim as escritas de Java, de Bali e outras no arquipélago malaio, indo até as Filipinas.

As escritas líbia e ibérica

Acabamos de seguir a aventura do alfabeto fenício no mundo semítico e a penetração ou influência de suas formas gráficas até os extremos cantões do Oriente. Retornemos agora ao Ocidente mediterrâneo onde as colônias tírias também tinham aclimatado, desde o primeiro quarto do primeiro milênio, a escrita fenícia.

Na África do Norte, as inscrições revelam, a partir do século II a.C., uma escrita para a notação dos dialetos dos indígenas, ancestrais dos berberes. Essa escrita, chamada de líbia, comporta apenas vinte e quatro sinais consonantais e é traçada tanto verticalmente como horizontalmente, da direita para a esquerda. Mas suas relações com as escritas semíticas não foram ainda esclarecidas.

Os líbios tomaram emprestada dos cartagineses apenas a idéia do alfabeto consonantal. Para a forma

dos sinais, eles recorreram tanto ao alfabeto fenício quanto aos alfabetos sul-arábicos como a um fundo local de sinais simbólicos, ou seja, um antigo silabário.

A escrita *tifinagh*, ainda hoje utilizada pelos berberes, deriva diretamente dessa antiga escrita líbia.

Na Península Ibérica, durante os cinco ou seis séculos que precederam a era cristã, foram utilizados, para notar diversas línguas, o alfabeto fenício, o alfabeto grego jônico e, principalmente, uma escrita chamada tartesso-ibérica. As inscrições em caracteres iberos provavelmente não remontam a antes do século III e só se encontram na costa oriental, no vale do Ebro e em uma parte da Meseta. Pode-se ler da esquerda para a direita e a maioria de seus sinais tem formas geométricas. Mas esses sinais, em número de vinte e sete apenas, constituem um conjunto misto, meio silábico, meio alfabetico, cujas origens ainda são um problema.

A leitura da inscrições ibéricas, para não dizer sua interpretação, teve progressos notáveis a partir dos trabalhos de M. Gomez-Moreno e de A. Tovar. Segundo Tovar, a maioria dos sinais tartesso-iberos vem dos alfabetos fenícios e gregos, e o sistema silábico seria a sobrevivência de uma escrita anterior, completamente silábica, de tradição creto-cipriota.

O alfabeto grego

A importância do alfabeto grego é capital na história de nossa escrita e da civilização. Além de

	Fenício	grego arcaico	Mileto	Beócia	grego clássico	
,	𐤀	Δ	Α	Δ	Α	a
b	𐤁	Β	Β	Β	Β	b
g	𐤂	Γ	Γ	Γ	Γ	g
d	𐤃	Δ	Δ	Δ	Δ	d
h	𐤄	Ἔ	Ἔ	Ἔ	Ἔ	ć
w	𐤅	Ϝ	Ϝ	Ϝ	Ϝ	z
z	𐤆	Ϛ	Ϛ	Ϛ	Ϛ	e
h̄	𐤇	Ϛ	Ϛ	Ϛ	Ϛ	th
t̄	𐤈	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	i
y	𐤉	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	k
k̄	𐤊	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	l
l̄	𐤋	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	m
m̄	𐤌	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	n
n̄	𐤍	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	x
s̄	𐤏	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	o
k̄	𐤑	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	p
r̄	𐤒	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	r
š̄	߱	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	s
k̄	߲	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	t
t̄	߳	Ϙ	Ϙ	Ϙ	Ϙ	u

FIG. 27 — ALFABETOS GREGOS COMPARADOS

ter servido para notar a mais rica língua de cultura do mundo antigo e de ter transmitido a mensagem de um pensamento incomparável, ele foi também o intermediário ocidental entre o alfabeto semítico e o alfabeto latino, intermediário não apenas histórico, geográfico e gráfico, mas estrutural, pois foram os gregos os primeiros a ter a idéia da notação integral e rigorosa das vogais.

Já não há dúvida da origem fenícia do alfabeto grego. A forma primitiva de quase todas as letras gregas, sua ordem e seu nome dão testemunho dessa origem e estão de acordo com a tradição.

Heródoto chamava as letras de *phoinikéia grammata*, ou seja, escrita fenícia. Os gregos atribuíam a introdução do alfabeto a Cadmo, o legendário fundador de Tebas, que teria trazido da Fenícia dezesseis letras; depois, Palamedes teria acrescentado a elas quatro letras durante a guerra de Tróia, e o poeta Simônides de Céos, quatro outras, mais tarde.

As mais antigas inscrições, as do cálice do Dípilo de Atenas, dos vasos do monte Himeto, das cerâmicas de Corinto e talvez as da ilha de Tera, são do século VIII a.C. Conseqüentemente é provável que o empréstimo do alfabeto que os gregos teriam feito dos fenícios e sua adaptação a sua língua tenham se dado por volta do fim do segundo milênio ou bem no início do primeiro milênio.

Alguns autores rechaçaram o empréstimo que os gregos teriam feito dos fenícios até o século XV

a.C.; outros, ao contrário, baixaram sua data para o fim do século VIII. B. L. Ullman afirma que ele teria ocorrido no fim do período miceno, ou no das invasões dóricas, isto é, nos últimos séculos do segundo milênio. R. Dussaud preferia uma época mais próxima dos documentos conhecidos.

Em todo caso, a adaptação não foi feita de uma só vez, mas por uma série de tentativas regionais. Assim, encontra-se, desde o início, um grande número de alfabetos locais que são classificados, de acordo com o número de seus caracteres e segundo suas particularidades, em alfabetos arcaicos (Tera, Melos), orientais (Ásia Menor e arquipélago costeiro, Cíclades, Ática, Mégara, Corinto, Argos, colônias jônicas da Sicília e da Itália meridional) e ocidentais (Eubéia, Grécia continental, colônias não-jônicas). A unificação, no século IV, só foi ocorrendo aos poucos com o alfabeto oriental de Mileto, chamado de jônico, estabelecido como alfabeto típico depois que Atenas decidiu oficialmente, em 403, adotá-lo em lugar de sua escrita local.

As primeiras inscrições geralmente são escritas da direita para a esquerda, às vezes bustrofédon; mas por volta de 500 a orientação é invariavelmente da esquerda para a direita. Para comparar a forma dos caracteres semíticos com a das letras gregas, é preciso levar em conta essa mudança de orientação, pois as letras normalmente estão viradas no sentido da escrita. Encontramos na figura 27 a comparação

entre os sinais fenícios e os dos principais ramos das escritas gregas.

Os nomes das letras gregas são

alfa	eta	xi
beta	teta	ômicron
gama	iota	pi
delta	kapa	san
épsilon	lamba	koppa
digama	mi	rô
zeta	ni	sigma
		tau.

O *digama* desapareceu logo, e o *san* e o *koppa* também foram abandonados. Por outro lado, uma outra forma do *wau* semítico originou o *yspsilon*, três sinais complementares, *phi*, *khi* e *psi* foram acrescentados para fazer a notação dos sons não expressos pelas letras semíticas, e o *ômega* foi criado para distinguir do *ômicron* o som longo do *o*.

O alfabeto grego clássico do século IV finalmente ficou composto com vinte e quatro letras, vogais e consoantes. O modo com que se fez a notação das vogais merece um pouco mais de atenção, pois foi com essa inovação que o alfabeto grego se tornou o ancestral de todos os alfabetos europeus modernos.

Em grego, a notação da frase não pode dispensar as vogais como nas línguas semíticas. Com efeito, nessas línguas semíticas, a posição da palavra indica sua categoria e sua função e, portanto, sua vocalização. Em grego, são as desinências que desempenham essa função; por isso era preciso fixá-las

com precisão. Ora, a língua fenícia tinha, por outro lado, consoantes guturais que o grego não possui. O grego, ao contrário, tem consoantes aspiradas desconhecidas nas línguas semíticas. Por isso os gregos transformaram os sinais das guturais semíticas, inúteis para eles, em sinais necessários à notação das vogais. O 'alef foi transformado na vogal alfa (*a*); o *hē* se transformou em *epsilon* (*e*); o *wau*, inicialmente *digama*, em seguida veio a dar o *upsilon* (*y*), o *yod* foi transformado em *iota* (*i*) e o 'ain em ômicron (*o*). Para as aspiradas foram criados os sinais *phi*, *khi*, *psi*. Em suma, os gregos adaptaram o sistema de notação semítica às particularidades da sua língua. Mas se observamos bem os resultados dessa adaptação, a real origem da concepção de notação vocálica continua a nos escapar.

Apenas constituída, a escrita grega começou a se diversificar em categorias, segundo o material utilizado e talvez a destinação do texto. A escrita monumental das inscrições gravadas em pedra conservou por muito tempo as formas clássicas, ao passo que o uso do papiro e a multiplicação das necessidades da vida intelectual, administrativa e cotidiana fizeram a escrita corrente evoluir rapidamente para tipos mais ou menos diferenciados.

A escrita dos papéis mais antigos, datados do século IV a.C. (papiro de Elephantina, 311-310, e papiro de Timóteo), permanece fiel às formas da escrita lapidar. Mas, a partir da era helenística, é possível distinguir até três tipos principais: a escrita

dos "livros" (*libraria*); a escrita da chancelaria; a escrita dos documentos privados.

A escrita dos manuscritos é uma caligrafia: suas formas não se distanciam dos modelos clássicos; ela evita as ligaduras; o módulo e a distância de seus caracteres são calculados de modo a produzir um efeito ornamental. Uma belíssima variedade dela nos é mostrada por três célebres manuscritos bíblicos em pergaminho, o manuscrito do Vaticano, o de Santa Catarina do Sinai e o de Alexandria (dos séculos IV-V). O nome *uncial* dado pelos helenistas a todas essas escritas de livros, quaisquer que sejam elas, é uma permanente fonte de confusão com os latínistas, porque o termo *uncial* designa convencionalmente, como veremos, um tipo bem definido.

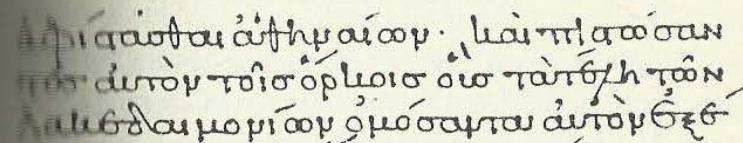


FIG. 28 — UNCIAL GREGA DO SÉCULO IV

A escrita de chancelaria é atestada sobretudo pelos papéis emanados dos escritórios gregos das administrações dos Ptolomeus e dos romanos no Egito. Suas letras, ligeiras e de módulo bem grande, tendem a ultrapassar em cima e embaixo as duas linhas horizontais da escrita.

A escrita dos documentos privados é igualmente ligeira e cursiva. Seus caracteres, simplificados para obter rapidez, são geralmente

ligados uns aos outros, o que levou a supor a influência dos escribas arameus no Egito helenístico sobre ela. A partir da época bizantina, a irregularidade da grafia se fez acompanhar também de um estiramento de algumas formas, o que anuncia a nova escrita medieval.

Não nos deixemos, contudo, enganar por essas categorias estabelecidas segundo a destinação dos documentos: de uma a outra, as passagens são tais que, se houvesse necessidade, seria preciso encontrar algum outro critério de classificação.

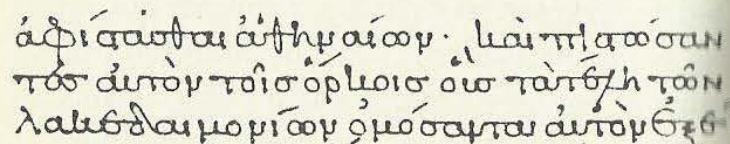


FIG. 29 — MINÚSCULA GREGA DO SÉCULO X

Uma nova escrita, chamada minúscula, aparece nos séculos VIII e IX, primeiro nos documentos privados egípcios (papiro de Afroditópolis, 705), depois nos livros em que ela substitui a escrita antiga (evangeliário Uspensky de 835).

A utilização do pergaminho a partir do século IV parece não ter relação com essa mudança de tipo de escrita mais tardia. Mas talvez seja um pouco aleatório ver nessa mudança apenas uma evolução “progressiva” da antiga escrita corrente, que chega às novas formas. As circunstâncias históricas são interrogadas: penúria de matéria subjetiva? Episódio de uma querela teológica? Papel desse ou daquele

centro monástico de cópia? O problema da criação dessa nova escrita ainda está para ser resolvido.

Essa “minúscula” de biblioteca é quase a mesma escrita grega usada hoje. Sua característica essencial, em relação aos tipos anteriores, reside no fato de algumas letras, ditas longas, ultrapassarem o nível das outras em cima ou embaixo. Escrita de livros que se tornou escrita corrente, ela foi fixada em tipos gráficos.

Os tipos gráficos minúsculos reproduzem, portanto, as letras dos belos manuscritos, geralmente litúrgicos, dos séculos IX e X. As maiúsculas conservam as formas da escrita lapidar clássica. Os sinais adicionais, espíritos fortes e fracos, acentos, só passaram a ser regulamente empregados a partir da época bizantina.

A brevidade deste livro não nos permite avançar no domínio da paleografia grega e o separa artificialmente da paleografia latina, que será objeto de amplos desenvolvimentos. De fato, veremos que “alfabeto latino é um alfabeto grego” (R. Marichal). As duas escritas devem ser estudadas simultaneamente para se poder perceber suas influências mútuas, as analogias e as diferenças de sua evolução e o papel da contingência em sua história.

R. Marichal constatou um parentesco de “estilo” entre as escritas gregas e latinas de chancelaria nos primeiros séculos e buscou sem grandes resultados as relações recíprocas entre as antigas escritas de biblioteca. Mas ele ao menos traçou o caminho para aquilo que J. Mallon chama de

“paleografia greco-latina”. Não apenas os mesmos problemas técnicos se encontram nos dois domínios, como também aí estranhamente coincide a formação histórica das duas “minúsculas” medievais.

Os alfabetos surgidos do grego: corta, gótico e eslavo

O alfabeto grego, por sua vez, deu origem, desde a Antiguidade, a numerosas outras escritas: inicialmente e em parte, às escritas das populações de língua não-helênica, cárrios, lícios, lídios, da Ásia Menor; em seguida, às escritas itálicas derivadas de alfabetos de tipo ocidental; e por fim à escrita copta do Egito e da Núbia. Uma segunda onda de ramos foi constituída durante os primeiros séculos da Idade Média pelo alfabeto gótico e pelos alfabetos eslavos. O caso dos alfabetos armênios e georgianos permanece incerto.

Copta é o nome dado à população e à língua indígena do Egito depois da conquista árabe (641). Desde o século II d.C., contudo, a língua egípcia era notada com esse novo alfabeto: vinte e quatro letras diretamente adaptadas do grego, sete outras provenientes do demótico. O alfabeto gótico, que não deve ser confundido com o tipo de escrita latina da Idade Média, também chamada gótica, foi inventado no século IV pelo bispo Wulfila para notar a língua germânica dos godos, então acampados às margens

orientrais do mar Negro, e para difundir entre elas o Evangelho. O alfabeto gótico consiste em vinte e seis letras, vinte inspiradas no grego, as outras no latim ou na escrita rúnica. O próprio Wulfila traduziu a Bíblia para o gótico. Entre os manuscritos que contêm fragmentos dessa tradução, o mais conhecido é o *codex argenteus* do século VI, conservado em Uppsala (Suécia). Esses manuscritos foram feitos em escrita de biblioteca; mas havia também uma escrita gótica corrente. Os *scriptoria* góticos da Itália do Norte mantiveram-se ativos até o século VI. O alfabeto armênio surgiu no século V e sua formação parece ter tido estreita relação com a constituição da Igreja nacional monofisita da Armênia. Ao fim das controvérsias sobre suas origens, sua concepção se anexaria ao sistema grego, mas sua grafia se inspiraria na grafia da escrita pehlevi do império persa. Ele contém trinta e seis caracteres, consoantes e vogais.

É ainda a razões religiosas que se atribui a invenção dos alfabetos eslavos. O mais antigo deles, chamado de *glagolítico* (do eslavo *glagol*, “palavra”), formado por quarenta caracteres parcialmente silábicos, de formas geométricas bizarras, é provavelmente o que foi inventado por Cirilo para converter os búlgaros por volta de 863-864. Mas não há acordo quanto a seu protótipo. As relações entre as formas glagolíticas e gregas, entrevistas por alguns, são discutidas. Dede então, se pesquisou em todas as direções: hebraico, armênio, etíope.

А	а
Б	б
В	в
Г	г
Д	д
Е	иé, é
Ж	ж
З	з
И	и
І	і
К	к
Л	л
М	м
Н	н
О	о
П	п
Р	р
С	с
Т	т
У	ou
Ф	у
Х	f
Ц	k
Ч	ts
ІІІ	tch
ІІІ	ch
ІІІ	chtch
Ђ	e mudo
Ѡ	y (i dur.)
Ѡ	“(’)
Ѡ	iè. è
Ѡ	é
Ѡ	iou
Ѡ	ia
Ѡ	f
Ѡ	v

FIG. 30 — ALFABETO RUSSO

Levantou-se ainda a hipótese de uma escrita eslava anterior, da qual a caligrafia de Cirilo teria sido apenas uma adaptação. Resta, por fim, a possibilidade de uma origem ístriâ em relação com a escrita latina.

O alfabeto chamado cirílico seria uma elaboração um pouco mais recente. A tradição o atribui ao discípulo de Metódio, São Clemente, bispo de Vélica no tempo de grande czar búlgaro Simeão (início do século X). De seus quarenta e três caracteres, vinte e quatro reproduzem as letras gregas de biblioteca; as outras, destinadas a notar os sons especiais das línguas eslavas, derivam ou dos caracteres glagolíticos ou da simples combinação de sinais.

O alfabeto russo moderno é o resultado de duas simplificações do cirílico: uma ordenada por Pedro, o Grande no fim do século XVIII, a outra com o advento do regime soviético. Na prática, ele só utiliza trinta sinais.

A separação das Igrejas gregas ortodoxa e romana, tornada definitiva em 1054, dividiu o mundo eslavo em dois domínios alfabéticos: os russos, os ucranianos, os búlgaros e os sérvios adotaram o alfabeto cirílico com a ortodoxia grega; os poloneses, os tchecos, os eslovacos, os eslovenos e os croatas optaram, com o catolicismo romano, pelo alfabeto latino. O romeno também passou a ser notado em cirílico até meados do século XIX. O alfabeto russo serviu para escrever, na época czarista, várias línguas de povos não-eslavos do Império.

As escritas rúnicas

A escrita rúnica era a antiga escrita comum dos povos germânicos. Seu alfabeto, chamado de *futhark*, termo derivado do nome de suas seis primeiras letras, possuía primitivamente vinte e quatro sinais de formas lineares e angulosas muito simples. Sua utilização desenvolveu-se sobretudo nos países escandinavos, onde o número de sinais foi reduzido a partir do século VIII a vinte e um, depois a dezesseis. É o alfabeto curto reproduzido na figura 31 abaixo.

A escrita rúnica é sobretudo uma escrita de inscrições geralmente curtas. Seus primeiros textos

conhecidos, no continente e na Escandinávia, são dos séculos III e IV d.C. Ela desapareceu na Germânia no final do século VIII, após a conversão dos saxões ao cristianismo. Nos países do norte, podem-se distinguir variedades anglo-frisãs, dinamarquesas e sueco-norueguesas. É a Suécia, particularmente a província de Uppland, a mais rica em inscrições do tempo dos vikings (séculos VIII e IX). O uso de runas, abandonado na época da entrada do mundo escandinavo na cristandade, se manteve de modo episódico, notadamente em Gotland, até o século XVIII. O nome das runas (em nórdico antigo *runar*) significa “segredo” e, com efeito, se atribuía um papel mágico a cada caractere, a seu arranjo e à reprodução total do alfabeto. Mas a que tronco vincular esse tipo de escrita? As aproximações com os alfabetos gregos e latinos não nos levam muito longe. A hipótese de uma origem norte-etrusca ou alpina, por intermédio dos cimbres ou dos marcomanos, seduziu vários estudiosos. Ao lado dos empréstimos a esses sistemas clássicos, algumas formas são, conforme toda probabilidade, assim como a ordenação do alfabeto, obra dos próprios germanos.

A curiosíssima escrita ogâmica (do nome de Ogham, seu inventor mítico) das inscrições célticas



FIG. 31 — ALFABETO RÚNICO ESCANDINAVO

da Irlanda e do país de Gales dos séculos VI-VII, em forma de entalhes oblíquos ou perpendiculares de uma aresta, apresenta pontos de contato mágicos e gráficos com o sistema rúnico, mas considera-se mais verossímil que seu sistema fonético provenha do latim. Dessa forma, o alfabeto teria atingido também as terras extremas do Ocidente antigo. As inscrições em turco antigo da Ásia Central, dos séculos VI-VIII, também se apresentam sob a forma de um alfabeto de tipo rúnico. A escrita de entalhes veteromagiar (húngaro arcaico) provavelmente deriva desse modelo.

CAPÍTULO IV

A ESCRITA LATINA ATÉ O SÉCULO VIII

Os alfabetos etruscos e itálicos

Originariamente o alfabeto latino era apenas um entre os numerosos alfabetos locais que os etruscos e os povos da península itálica tomaram emprestado, mais ou menos diretamente, dos tipos gregos ocidentais.

Os etruscos, cuja origem permanece misteriosa e cuja língua não-indo-européia continua desconhecida, dominaram a Itália, do Pó à Campânia, nos séculos VII e VI a.C. Desde essa época, eles possuíam uma escrita alfabética, cujos vínculos com o alfabeto grego são incontestáveis. O abecedário da tabuleta de Marsiliana, que data de cerca de 700 a.C., e os outros documentos etruscos arcaicos contêm as vinte e duas letras do alfabeto fenício, mas também os quatro sinais suplementares gregos *yspsilon*, *khi*, *phi*'*psi*, com seus valores ocidentais.

Mas de que alfabeto grego particular essa escrita etrusca deriva? A opinião clássica e a tradição vão em favor do alfabeto de Cumes, colônia grega da Campânia, cuja metrópole era Cálcis da Eubéia. Outros especialistas buscam, contudo, esse modelo grego na Beócia, e A. Grenier achava mesmo que o helenismo do alfabeto etrusco podia ser anterior à colonização grega na Itália meridional. A descoberta, em Lemnos, de uma escrita etruscóide do século VI a.C. reacendeu o debate: Lejeune se demonstrou inclinado a uma importação etrusca no mundo egeu.

Contudo, esse antigo alfabeto se modificou rapidamente, suprimindo as consoantes gregas *b*, *d*, *k* e o som *o*, que não eram utilizados na língua e criando, para notar o som *f*, um sinal muito curioso, em forma de oito. Mas a escrita etrusca geralmente preservou de seu longínquo protótipo fenício a orientação da direita para a esquerda ou às vezes também bustrofédon.

Um grupo de escritas da Itália do Norte, entre os séculos VI e II, é muito aparentada da escrita etrusca. Citemos as escritas subalpinas (Lugano, Bolzano), felsinía (Felsina, antigo nome de Bolonha) e vêneta (Este).

As escritas que servem para notar os falares das outras populações da península antes da difusão da língua e da escrita latinas parecem ter estado em ligação mais direta com os modelos gregos da Itália meridional, sem que possamos eliminar a intermediação ou a influência etruscas. São os alfabetos

sicula (Sicília) e messapiano (Calábria e Apúlia) que apresentam mais analogias com o alfabeto calcídico utilizado pelas colônias da Sicília e da Magna Grécia. O alfabeto piceniano (região costeira ocidental), o mais rico entre todos, permite aproximações em várias direções. Com as inscrições oscas (Campânia) e umbrias, chega-se a certas semelhanças com a escrita etrusca. O alfabeto falisco (norte de Roma), enfim, diferia muito pouco do alfabeto latino, cuja condição primitiva é, como nos casos precedentes, difícil de compreender entre a Magna Grécia e a Etrúria.

O alfabeto latino

Os mais antigos monumentos da escrita latina que chegaram até nós datam do fim do século VII ou do início do século VI a.C. São as inscrições da pedra negra do antigo fórum romano, descoberta em 1899, e da fibula de ouro de Prenesta, a primeira escrita bustrofédon, a outra, para a esquerda. Vem em seguida uma série de outros textos gravados e mais longos, encontrados em Roma e no Lácio, distribuindo-se do século VI ao século IV a.C. e nos quais a orientação para a direita acaba por prevalecer.

A forma dos caracteres desses primeiros documentos latinos não deixa dúvida sobre a derivação de um alfabeto grego ocidental. Mas essa derivação foi direta ou indireta? Segundo a tese tradicional, que tem seus defensores, o alfabeto

latino, assim como o alfabeto etrusco, teria sido um empréstimo direto tanto da escrita da colônia calcídica de Cumas como, de modo mais geral, das escritas gregas da Itália. Mas, segundo a tese que recebe mais crédito, Roma teria recebido indiretamente sua escrita por meio dos etruscos. As diferenças de forma entre o alfabeto grego e o alfabeto latino provêm, em todo caso, da origem oriental daquele e ocidental deste.

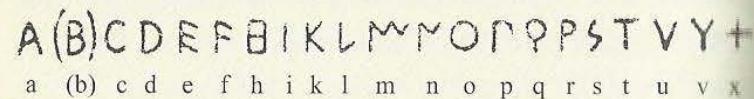


FIG. 32 — ALFABETO LATINO ARCAICO

Contudo, só no século I a.C. o alfabeto latino surge completamente constituído, com suas vinte e três letras.

Das consoantes gregas aspiradas, j, y, q, que não eram mais empregadas, o latim fez, como se verá, sinais de numeração. Por outro lado, uma variante do c, o g, apareceu no século III para notar a diferença entre essas duas guturais surda e sonora, e a obrigação de transcrever palavras gregas levou a adotar, por volta da época de Cícero, diretamente do alfabeto jônico dessa vez, os sinais y e z, que foram acrescentados ao fim do alfabeto. Na escrita, por fim, não se distinguiam i e u vogais de i e u consoantes.

Subseqüentemente algumas tentativas de introduzir novas grafias fracassaram: a do gramáti-

Valério Flaco que, nas proximidades de nossa era, queria notar o m mal percebido no fim da palavra com a metade anterior da letra apenas; assim como as do imperador Cláudio (41-54), que imaginou o digamma invertido Ȑ para diferenciar o u vogal do u consoante, o antissigma Ȣ para o som ps, e um sinal Ȕ para o som intermediário entre u e i. Os escribas da Idade Média, tanto quanto os latinos, não distinguiram i e j, e u e v. As letras j e v são chamadas de *ramistas*, do nome do humanista francês do século XVI, Petrus Ramus (Pierre de la Ramée).

Os nomes das letras latinas, os nomes das nossas, *grosso modo*, diferem dos nomes gregos: mesmo aqui o empréstimo aos etruscos parece ser uma explicação bem possível.

O alfabeto latino é, definitivamente, um alfabeto grego ocidental transformado, por uma forte influência etrusca, em um dos alfabetos itálicos. Se foi o único a sobreviver entre eles, é porque se tornou o alfabeto do povo vencedor, que o impôs inicialmente à Península Itálica, depois a todo o Ocidente antigo, com sua língua e sua escrita.

Com esse alfabeto do século I, termina a primeira e longuíssima fase da história de nossa escrita: sua gênese e sua constituição. Doravante será à sua evolução gráfica que se deverá pedir a explicação de suas formas atuais.

A escrita romana até o século II

A escrita romana da época clássica é conhecida por dois grandes tipos de monumentos, as “inscrições” e os papiros.

As inscrições são fornecidas por um material tão heteróclito quanto numeroso: inscrições em pedra, em metais, em argila, em paredes, em tabuletas de cera, feitas com cinzel, estilete ou pincel. O instrumento utilizado importa mais para o estudo de uma escrita do que o registro material subjetivo. Por isso é preciso considerar, por um lado, as inscrições gravadas com cinzel e, de outro, as inscrições executadas com estilete. Os papiros latinos metodicamente recolhidos no Egito a partir de 1887 dão, às centenas, uma documentação em monumentos inscritos a tinta que remonta ao final do século I a.C.

As inscrições gravadas com cinzel carregam uma escrita monumental, mas suas *ordinationes*, quer dizer, seus traçados prévios, às vezes também derivam de formas da escrita comum. A escrita das inscrições feitas a estilete deve ser estudada na classe dos documentos escritos a tinta. Os primeiros papiros latinos foram encontrados em Herculano, no século XVIII. A documentação egípcia vem sobretudo do Fayum e de Oxirrinco (Behnesah) e está hoje em grande parte conservada no British Museum. Esses papiros dos primeiros séculos são um verdadeiro tesouro para a paleografia latina, que até fins do século XIX tivera a sua disposição apenas

manuscritos dos séculos IV e V como os mais antigos documentos escritos a tinta: graças a eles nosso conhecimento da escrita romana e de suas transformações está em vias de se renovar.

O testemunho dos papiros e das inscrições mostra que os romanos praticavam no século I duas escritas não-especializadas: uma, a “escrita comum clássica”, pequena, ágil, cursiva, com diferenças gráficas de um documento para outro, utilizada tanto para livros como para atas; a outra, a “maiúscula”, geralmente de módulo maior, pesada, utilizada para as edições de luxo, os editais, as reproduções das atas. Provinham as duas de uma “escrita original” de que não se possui monumento escrito a tinta: a escrita comum com formas transfiguradas pela prática corrente, a maiúscula ampliada para se tornar uma caligrafia monumental excepcional.

Esse esquema novo, estabelecido por Jean Mallon em seu penetrante estudo da paleografia romana, leva a uma primeira revisão dos conceitos e da terminologia da paleografia tradicional. A maiúscula não pode mais ser considerada ancestral de todas as escritas latinas. Além disso, a divisão e a sucessão em maiúscula “elegante” e maiúscula “rústica” é de uma época em que não se conheciam manuscritos anteriores ao século IV; há uma só maiúscula regular, clássica, e, a partir do século II, variações devidas ao gosto dos calígrafos, comparáveis às variações de nossos tipos de impressão. O termo escrita “cursiva” não deveria se opor a escrita

“maiúscula”, pois a cursividade é uma qualidade gráfica que essas categorias bem distintas de escrita podem possuir. Enfim, a grande distinção entre escrita de bibliotecas (*libraria*) e escrita de documentos (*actuaria*) não é facilmente válida aqui, porque os dois tipos de escrita clássica se encontram tanto num caso como noutro.

Reproduzimos na fig. 33 tipos de letras tirados de papiros do século I que dão bons exemplos das escritas romanas clássicas.

Se limitarmos o corpo da escrita por duas linhas horizontais, no alto e embaixo, constataremos que, no caso da maiúscula, nenhuma letra, exceto o *I*, ultrapassa-as deliberadamente; no caso da escrita comum, o corpo é, ao contrário, ultrapassado por numerosos ataques ou numerosas fugas. Na maiúscula, a dimensão dos traços é fortemente diferenciada: os traços mais densos são os que descem obliquamente da esquerda para direita, os mais finos são os que sobem obliquamente na mesma direção; menos densos que estes últimos são os traços verticais, traçados de alto a baixo. Assim se comprehende que a ponta do cálamo fazia com a linha da escrita um ângulo bem agudo. As letras são feitas em um ou mais tempos, cada tempo comportando um ou vários traços, seguidos de ductos particulares. Na escrita comum, traçada com um instrumento muito duro, o contraste da espessura é o mais das vezes imperceptível. Mas o ângulo de escrita e o ducto são os mesmos que os da escrita maiúscula. É, aliás,

comunidade desses últimos elementos que permite vincular as duas escritas a um mesmo ramo original que podemos supor bastante anterior à era cristã.

▲ metamorfose da escrita romana

Nos séculos II e III, se manifesta, na escrita romana, uma metamorfose que deu origem a duas novas grafias, a “nova escrita comum” e a “uncial”.

Para situar essa transformação nos séculos II e III, Jean Mallon se apoiou em dois documentos: um pequeno fragmento de livro de pergaminho intitulado *De Bellis Macedonicis* (EL, 54) e um rolo de papiro que registra uma epítome das “Histórias” de Tito Lívio (EL, 46). O primeiro apresenta os caracteres gráficos do sistema clássico do século I e, pelas alusões dos epigramas de Marcial sobre o início do uso do *codex*, poderia ser dos últimos anos desse século. O segundo, que apresenta o tipo novo, é anterior ao século IV.

Essa metamorfose reside essencialmente no deslocamento da ordem dos “cheios” e se explica pela mudança do ângulo de escrita, ou seja, pela mudança da posição da “folha” e do instrumento do escriba, respectivamente.

O tipo do *De Bellis*, uma combinação de elementos emprestados da escrita comum e da escrita maiúscula clássicas, corresponde a um ângulo de escrita agudo. O tipo da *Epitome Livii* é traçado, ao

contrário, com um ângulo de escrita quase reto. Seus traços tendem a abandonar a posição oblíqua, sendo doravante mais densos os verticais, menos densos, os horizontais.

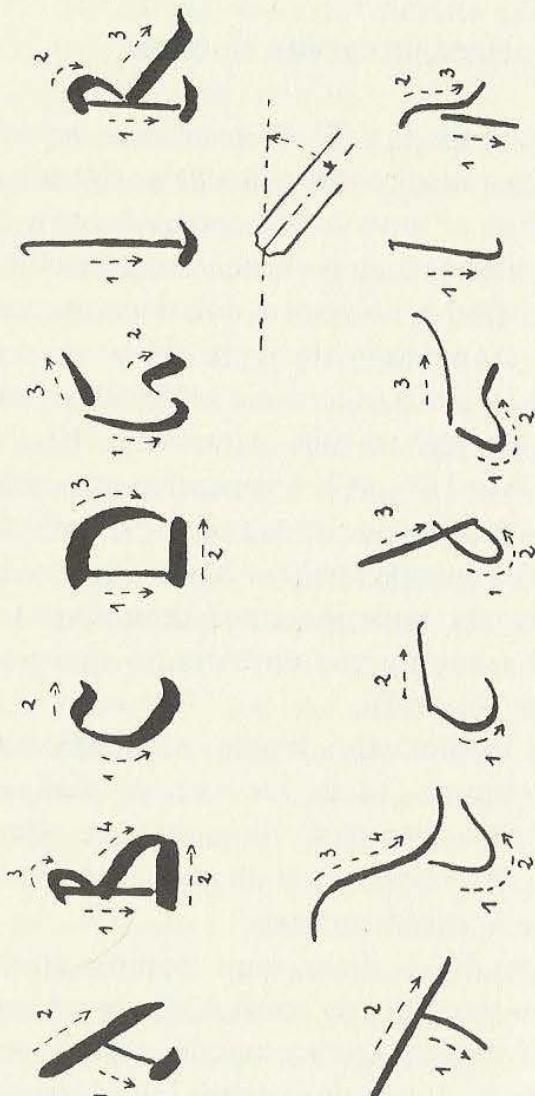


FIG. 33 — MAIÚSCULA E ESCRITA COMUM CLÁSSICA
DUCITOS E ÂNGULOS DE ESCRITAS, SEGUNDO J. MALLON

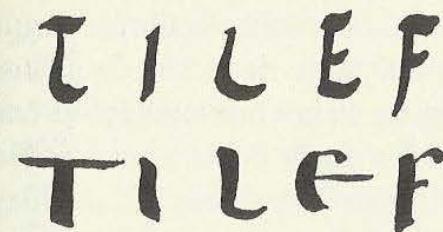


FIG. 34 — TIPOS DE *DE BELLIS* (SÉC. I)
E DA *EPITOME* (SÉC. III), SEGUNDO J. MALLON

Mas a causa propriamente dita desse deslocamento do registro material, dessa “inclinação do papel”, permanece incerta. A hipótese desenvolvida por Marichal, que consiste em localizá-la na mudança da forma do “livro”, ou seja, na passagem do rolo para o caderno, parece bem frágil, sem que se possa, contudo, propor outra mais satisfatória.

Quando, em lugar de escrever sobre um rolo de papiro desenrolado sobre os joelhos ou sobre uma mesa, paralelamente à linha dos ombros, foi possível ter uma folha móvel de pergaminho sob a mão, tornou-se cômodo incliná-la, como fazemos hoje para escrever: este é o argumento. Mas contra ele J. Mallon fez justamente notar que o fragmento *De Bellis*, que provém de um caderno, é escrito sob um ângulo agudo, enquanto a *Epitome*, que é um rolo, é escrita sob um ângulo bem aberto.

É portanto do sistema da *Epitome* que saíram as duas novas escritas romanas dos séculos III e IV. A “nova escrita comum” saiu diretamente dele: inicialmente vertical, depois inclinada para a direita, ligeira, cursiva, em que predominam as curvas e em

que, sobretudo, aparecem ligaduras freqüentes. A “uncial” é um arranjo da escrita da *Epitome* com o auxílio de alguns elementos tomados de empréstimo da antiga escrita do *De Bellis*; é uma grafia de luxo, imóvel e artificial. No século III, as duas escritas comuns, a antiga e a nova, ainda coexistem. Nos séculos IV e V, a escrita nova substituiu em toda parte a antiga. Só a chancelaria imperial conservava no século V a antiga escrita comum alongada em altura. Um texto de 367 opõe as *litterae celestes* imperiais anacrônicas às *litterae communes*.

Uma segunda revisão das noções da paleografia tradicional se impõe em consequência das conclusões precedentes. **A evolução da escrita latina não se deu gradualmente “da maiúscula à minúscula”**. Houve uma solução de continuidade entre as duas escritas dos séculos I e III. A história gráfica do latim, por outro lado, não teve lugar na etapa da maiúscula ou da uncial, caligrafias solenes, mas, o que é perfeitamente normal, na etapa das escritas comuns. Maiúscula e uncial, que eram os pilares do esquema tradicional, na realidade levam a impasses.

Se houve, entre o sistema novo e o sistema antigo de escrita, o fosso que separa os tipos do *De Bellis* e os da *Epitome*, pareceu necessário que o novo sistema tenha nascido em um lugar e em um momento dados: diversos indícios tirados de inscrições da Mauritânia em particular, e a classificação letras “africanas”, encontrada em um glossário do século XIII, levou J. Mallon a pensar que

ABCDEFCHILMNOPQRSTUVWXYZ
a b c d e f g h i l m n o p q r s t u v x

FIG. 35 — ALFABETOS “UNCIAIS” (SÉCS. V E VI)

FIG. 36 — NOVA ESCRITA ROMANA (RAVENA, SÉCS. VI E VII)

na parte oriental da África do Norte que poderia ter eclodido por volta do século II o sistema gráfico que comandou a posterior evolução da escrita.

O tipo latino uncial corresponde bem a uma escrita nitidamente determinada, se não à forma das letras. Mas ele não imitou a uncial dos manuscritos bíblicos gregos, e o termo que o designa é puramente convencional. Quanto à subdivisão em “semiuncial” e “quarto de uncial”, não se vê nem sua utilidade nem sua justificativa.

A uncial, escrita sobretudo de livros, é representada por um número importante de manuscritos do século IV ao século VIII. O termo *litterae onciales* só tinha em São Jerônimo e nos autores da Idade Média o sentido de letras de grande módulo; será preciso esperar os beneditinos do século XVIII que darão especialização ao termo; a etimologia que se refere ao tamanho das letras (*uncia, once*) não é certa.

Exceto a “capitular” e a uncial, escritas de luxo que continuaram uma carreira limitada, a nova escrita comum foi a de todo o mundo antigo que findava: as variações de um documento para outro e as variações posteriores se explicam pela utilização de instrumentos mais ou menos duros, por leves mudanças de ângulo ou por diferenças de cursividade, sem que se altere a unidade fundamental desse sistema gráfico surgido do tipo da *Epitome*.

Entre outros exemplos dessa escrita, basta citar a escrita do papiro do Fayum do século IV, da série

de tabuletas Albertini da África do Norte (493-496) e das leis de Ravena dos séculos V e VI.

As escritas pré-carolíngias

Os povos bárbaros que criaram os novos reinos ocidentais nos séculos V e VI adotaram, com o latim, a escrita comum romana, sem que tenham tido a menor influência sobre ela. Por isso também será preciso livrar-se definitivamente do rótulo “nacional” e das classificações “lombarda, visigoda e merovíngia”, que atribuíam, erradamente, a esses povos um papel na formação de grupos gráficos variados dos séculos VI e VIII.

O que mudou nessa época foram as condições econômicas e sociais da arte de escrever.

Com o esfriamento da atividade econômica, provocado pela progressiva diminuição do poder de troca, desapareceu a confecção “comercial” de edições de luxo. A decadência da administração nos reinos bárbaros e a degenerescência da ata em matéria probatória também provocaram uma considerável diminuição do uso da escrita. A rarefação do papiro egípcio e a baixa produção do pergaminho também tiveram influência no mesmo sentido restritivo.

Mas se em geral a escrita cedeu terreno e se a cultura clássica foi golpeada pela esterilidade, o despertar da vida religiosa e o surgimento do monaquismo ocidental nos séculos VI e VII abriram um

campo novo para a atividade escriturística e para a produção de livros. A regra de São Bento supõe a existência de uma biblioteca em cada mosteiro. O desenvolvimento da liturgia aumentou o número de livros sagrados necessários a cada igreja. A escrita e a preparação dos manuscritos se tornaram uma das ocupações cotidianas e o apanágio quase exclusivo de monges e clérigos.

Ao se concentrar nos estúdios monásticos ou episcopais (*scriptoria*), a escrita comum de alguma maneira se “localizou”. Mas as variantes de um grupo ou de um estúdio para outro, estudadas segundo uma ordem geográfica que supõe que reagrupamentos tenham sido efetuados por tipos, não implicam forçosamente a existência de escritas regionais.

O estudo dessas escritas dispõe doravante da grande coleção de fac-símiles de todos os manuscritos anteriores ao século IX, *Codices latini antiquiores*, obra de E. A. Lowe, em dez volumes (Vaticano, Grã-Bretanha, Itália, Paris, França, Suíça, Alemanha, outros países): monumento utilíssimo, desde que não se siga cegamente seu sistema de classificação.

A Irlanda e a Inglaterra, mesmo tendo ficado à parte ou tendo sido logo cedo isoladas do mundo latino, receberam diretamente a cultura de Roma com o cristianismo nos séculos V e VII. Seus centros episcopais (Cantuária) e monásticos (Durrow, Iona, Lindisfarne) foram, desde essa última época, células

atuantes na vida intelectual e de cópia. Eles produziram, além dos luxuosos manuscritos em miniatura, traçados em letras solenes de tipo capital ou uncial, livros e documentos em escrita vulgar de módulo pequeno, de formas agudas e mais altas que largas, de ligaduras e de abreviações freqüentes e características.

A questão da anterioridade na atividade criadora dos estúdios irlandeses e anglo-saxônicos divide os especialistas. O antifonário de Bangor, do fim do século VII, e o martirologio de São Willibrordo, do início do século VIII, exemplos perfeitos do tipo comum, supõem um uso anterior bastante longo. Sua formação, longe de derivar de grafias de exceção, parece dever ser diretamente relacionável à “nova escrita” romana.

É essa escrita insular que os monges irlandeses e os missionários anglo-saxões trouxeram para o continente, onde ela floresceu rapidamente nos *scriptoria* dos mosteiros ocupados por eles: Bobbio, especialmente, onde morreu São Columbano (615), Saint-Gall e, um pouco mais tarde, Echternach.

Na Itália setentrional, enquanto o tipo insular ampliava sua influência em torno de Bobbio, os estúdios capitulares de Verona, Vercelli e Lucca mantinham-se fiéis à uncial ou tratavam desigualmente a escrita comum do século anterior. Na Itália meridional, dominada pelo *scriptorium* da abadia de Monte Cassino, se desenvolveu, ao contrário, com base nessa escrita comum, um tipo bem original,

conhecido pelo nome de escrita beneventina, que se manteve até o século XIII.

A escrita dos notários italianos conservou também as características gerais da escrita de Ravena até o século XI, e em Roma a chancelaria pontifícia continuou a usar uma escrita parecida, chamada de *littera romana*, até o início do século XII. Além da abadia de Monte Cassino, os centros da escrita chamada de Benevento foram La Cava, Cápua e Bari e, à exceção da parte meridional da península, seu uso também se difundiu na Dalmácia. As letras *a* e *t* eram as mais características dessa escrita que, pesada e com formas voluntariamente quebradas, prenunciava em seus últimos tempos a escrita gótica.

Na Espanha, depois da era visigoda, manifestou-se uma escrita que decerto fora trabalhada antes no grande centro intelectual de Sevilha. Mas, não obstante algumas de suas particularidades, ela permaneceu em estreita ligação com a escrita comum romana.

Os mais antigos manuscritos onde se pode encontrar o tipo chamado de “visigodo” se encontram em Autun (fim do século VII) e em Lucca (antes de 731). Muitos desses manuscritos hispânicos, dispersos na Gália e na Itália pelos espanhóis em fuga da invasão árabe, contribuíram para a difusão dessa escrita de ligaduras curiosas na Europa franca. Na península, ela resistiu na Catalunha (Ripoll) até o século X, noutros lugares, até o início do século XII (Silos, Burgos, Toledo).



FIG. 37 — ESCRITA “A”, CHAMADA DE LUXEUIL (SÉCS. VII-VIII)

A *Francia* merovíngia, pela multiplicação de seus estúdios monásticos e episcopais e por sua posição no cruzamento das influências do norte e do sul, foi contudo, de todas as regiões ocidentais, aquela onde as variações sobre o tema da escrita comum romana foram as mais numerosas. As cartas comuns caligrafadas pela administração provincial do século V, de início, foram o protótipo da escrita da chancelaria régia. Depois apareceu, no século VII, sem que possamos determinar sua origem com segurança, um tipo de escrita “alongada, ondulada e pontuda”, de módulo médio e muito pesada, que se desenvolveu em Luxeuil, Córbia e Laon.

O exemplo mais antigo dessa escrita é o lecionário do fim do século VII, atribuído ao mosteiro vosgiano de Luxeuil, fundação de São Columbano. Até aqui não se encontrou nenhuma indicação decisiva acerca de sua origem. Discute-se entre a região lionesa, os escribas da chancelaria régia ou a legislação de Saint-Denis, Luxeuil de novo. Mas como a influência de Luxeuil se estendeu por toda a *Francia* merovíngia, pode-se ver a dificuldade de discernir as produções dos diferentes centros. Essa escrita do século VII geralmente é chamada de tipo *a*, por causa da forma especial da letra *a*, constituída de dois traços angulosos paralelos; a escrita de Laon

é chamada também de *a z* por causa da estranha forma dessa última letra.

Mas, a partir do começo do século VIII, o estúdio de Córbia evoluiu de modo independente e produziu escritas menos “selvagens” que as precedentes, mais regulares, menores e contendo abreviaturas tomadas de empréstimo ao tipo insular.

São as escritas chamadas *b* e *a b* de Córbia, representadas por vários manuscritos executados não apenas em Córbia, mas em Saint-Riquier, Saint-Vaast d'Arras, Soissons, Amiens e Beauvais. O tipo *a b* se manteve, em concorrência com novos tipos que veremos abaixo, até o início do século IX.

Por outro lado, outros *scriptoria*, Fleury-sur-Loire, Lyon, Mainz e Saint-Gall, praticaram escritas de traços próprios e teve início, sobretudo, o trabalho caligráfico de Tours.

À frente da produção de Tours, se situa um manuscrito de trechos de santo Agostinho, feito por Eugípio, saído sem dúvida de Saint-Martin, executado entre 725 e 750 por mais de vinte escribas em diversos tipos de escrita: um deles parece indicar, como a escrita de Córbia, uma busca da perfeição das formas.

As origens da escrita carolíngia

Se a concentração da arte de escrever nos *scriptoria* eclesiásticos nos séculos VI e VII fez eclodir as variedades locais da escrita comum

romana, ela também favoreceu, a longo prazo, o gosto e a disciplina caligráficos, disciplina cujos esforços paralelos nos diversos estúdios finalmente deram como resultado o retorno a um tipo comum no início do século IX. É a formação desse tipo novo com base na escrita anterior que se produziu durante o reinado de Carlos Magno e em seu clima de renovação intelectual e religioso, chamada de “reforma” carolíngia da escrita, e a escrita, a “minúscula” carolíngia.

O estúdio de Córbia, cuja escrita, no início do século VIII, já atestava um esforço de regularização, desempenhou um importante papel nessa criação progressiva: a escrita dos manuscritos da Bíblia executados por ordem do abade Maurdramno (772-780) são de uma escrita que já tem a maior parte dos caracteres da carolíngia.

Depois da escrita chamada *b*, foi possível reconhecer três estágios no progresso dos escribas de Córbia: escrita *e n* inicialmente, escrita do abaciado de Leutcário (c. 751-768) e, por fim, escrita de Maurdramno.

Nos vinte últimos anos do século VIII e bem no início do século IX, outros esforços dispersos se aproximaram singularmente do tipo carolíngio clássico: dedicação do Evangelário de Carlos Magno, obra do escriba Godescalc, cujo estúdio se ignora (781-783); manuscritos dos escribas de Lucca e do arquidiácono Pacífico de Verona; Evangelhos Ada, dedicados à princesa assim chamada, irmã de Carlos

Magno, executados antes de 804, provavelmente na região do rio Mosela; Bíblia de Teodulfo, bispo de Orléans.

A ação dos estúdios de Tours parece ter sido, por fim, essencial para o acabamento da escrita carolíngia. Imigrantes irlandeses ali teriam reforçado as equipes de escribas locais em meados do século VIII. Sobretudo em Saint-Martin, o anglo-saxão Alcuíno, abade de 796 a 804, desenvolveu o *scriptorium* e estimulou o zelo dos copistas. Foi, contudo, durante o abaciado de Fredegiso (806-834) que a escrita de Tours atingiu a uniformidade de estilo e a perfeita regularidade que fizeram dela o próprio tipo da escrita carolíngia. Entre os numerosos manuscritos surgidos então em Tours, citemos, como exemplo dessa caligrafia, a Bíblia oferecida por Rorignon, genro de Carlos Magno, à abadia de Glanfeuil, por volta de 830.

Por vezes se atribuiu à escola do Palácio, dirigida, a partir de 782, por Alcuíno, que ainda não fora para Tours, um papel determinante na formação da escrita carolíngia. De fato, faltam exemplos disso. Igualmente se propôs que a nova caligrafia proviera de Roma por volta do ano 800. Na realidade, não houve um grande *scriptorium* romano; mas a sede da Igreja foi um lugar de concentração, de troca e de difusão de manuscritos de toda espécie. A Idade Média, aliás, ao chamar a escrita carolíngia de *littera gallica* e ao opô-la à *littera romana* dos notários pontifícios, não se enganou quanto à sua origem geográfica.

A busca de uma origem única para a escrita carolíngia, à qual nos apegamos durante muito tempo, parece não mais em voga. Sickel, partidário da origem romana, apoiava sua tese na escrita do manuscrito do *Liber Diurnus*, primeiro formulário da chancelaria pontifícia. A escola caligráfica do Palácio, ou de Aix-la-Chapelle, teve por defensores Menzel, Reusens e Steffens. Foi o estudioso francês Ph. Lauer que chamou a atenção para o papel do *scriptorium* de Córdoba, estudado depois pela Sra. Dobiasch-Rojdestvenskaia e L. W. Jones. Schiaparelli ampliou o debate com o manuscrito 498 da biblioteca capitular de Lucca. Segundo L. Delisle, a caligrafia de Tours foi enfim objeto das publicações monumentais de E. K. Rand e Jones. Hoje parece que o trabalho de criação se fez simultaneamente em vários estúdios e que é a comparação de suas produções pela análise dos livros que conduziu, por volta do primeiro terço do século IX, à escolha definitiva. Mas G. Cencetti pensa que a nova escrita poderia ter tido antecedentes mais longínquos que os pré-carolíngios, ensaios que aparecem nas glosas de pequeno módulo que acompanham textos em qualquer escrita.

Do ponto de vista geográfico e cronológico, a escrita carolíngia se constituiu essencialmente nos *scriptoria* das regiões entre o Reno e o Loire, coração da *Francia carolíngia*, que foram, sob muitos outros aspectos, o cadiño da civilização do Ocidente medieval, e durante o grande reinado de Carlos

Magno (768-814). A vontade do imperador ou a intervenção de Alcuíno nessa “reforma” não foram assim tão diretas quanto se quis crer outrora.

Mas não se pode desconhecer ao menos a coincidência da elaboração do novo tipo de escrita e das reformas escolares e litúrgicas de Carlos Magno e de seu amigo. Foi premido pela preocupação com a formação intelectual do clero que o rei dos franceses lançou sua reforma escolar: o apelo aos mestres estrangeiros, o próprio Alcuíno, o lombardo Paulus Diacono, o godo espanhol Teodulfo, assegurou a direção do movimento; a criação da escola palatina e sobretudo a criação das escolas episcopais e monásticas em todo o reino abriram caminho a um renascimento das letras e do pensamento. A instauração de uma liturgia uniforme, inspirada nos usos romanos, decidida de início por Pepino Breve, correspondeu, do mesmo modo, a uma necessidade de ordem e de clareza na vida religiosa. Ora, ao promover o ensino, ao desenvolver a cultura intelectual, ao substituir o rito romano pelo rito galicano, ao ordenar a revisão dos livros litúrgicos, Carlos Magno provocou uma considerável “demanda” de manuscritos: necessidade que favoreceu o desenvolvimento dos *scriptoria* e, para produzir bem rapidamente e economicamente textos de leitura agradável à visão, a busca de uma escrita “normatizada”, como diríamos hoje.

Do ponto de vista técnico, a formação da escrita carolíngia não foi fruto de uma evolução mais ou

menos espontânea ou inconsciente, mas o resultado de uma busca deliberada, “de uma escolha, por sucessivas eliminações, entre vários tipos” (R. Marichal). O suporte desse trabalho foi a escrita romana dos séculos IV e V. As letras *n* e *g* são o melhor exemplo disso. Mas a influência da escrita uncial se exerceu no sentido da regularidade e pela introdução da forma de sua letra *a*. Na escolha das formas, é evidente que as grafias insulares também guiaram, em muitos casos, as caligrafias carolíngias.

Por fim, a escrita carolíngia, constituída em torno de 820-830, se apresenta com outras letras de forma quase fixa, de módulo pequeno, de altura igual, mas com hastes e caudas que dão a cada sinal uma fisionomia bem característica, com ligaduras claras e uma tendência a arejar as linhas e as frases pelo manejo dos espaços entre as palavras e pela constituição de grupos conformes ao sentido. Desse modo ela forneceu um instrumento de tal perfeição que se tornou impossível, na sequência, mudar nela algo de essencial”.

CAPÍTULO V

A ESCRITA MEDIEVAL

A escrita carolíngia

Com a escrita carolíngia, começa no século IX a história da escrita latina medieval e moderna. As escritas da Idade Média, mesmo a escrita “gótica”, conservaram a forma e o ducto da “minúscula” carolíngia, da qual eram variantes. O caractere que serve hoje para imprimir o texto dos livros, a “caixa baixa”, é a reprodução, por intermédio da escrita humanística do século XV, da minúscula do século IX. A escrita carolíngia é, portanto, de todas as escritas latinas, “aquela que teve o futuro mais longo, o mais estável, o mais universal, e que tem para nós o interesse mais atual”.

A segunda metade do século IX e o início do século X foram a época clássica da escrita carolíngia. Suas características de regularidade e de clareza afirmaram-se nessa época e seu uso se estendeu dos livros para os documentos: ela também se tornou a escrita corrente do mundo franco.

Seu alfabeto merece que demos atenção a suas particularidades, pois nos introduz na história gráfica mais recente de nossa escrita.

A letra *a* ainda é encontrável, nos séculos IX e X, sob duas formas: o *a* tomado de empréstimo à escrita uncial e o *a* aberto da escrita do século VII. A primeira forma é a que subsistirá. A haste das letras *b*, *d*, *h*, *l* apresenta um adensamento em sua parte superior, adensamento proveniente de um redobramento do traço; mas ele só subsistirá na forma de um minúsculo colchete voltado para a esquerda. O *c* e o *e* são nitidamente diferenciados pelo arco do segundo. A letra *f* se distingue nitidamente da letra *s* por um pequeno traço horizontal para a direita. O *n* maiúsculo concorre também até os séculos IX e X com o *n* minúsculo, mas desaparecerá rapidamente, logo depois. O *s carolíngio* é o *s* longo que encontraremos nos textos impressos até o século XVIII; o *s* atual, contudo, só aparece no fim das palavras a partir do século X. O *t*, caracterizado por sua barra horizontal, não ultrapassa, como hoje, o corpo da escrita.

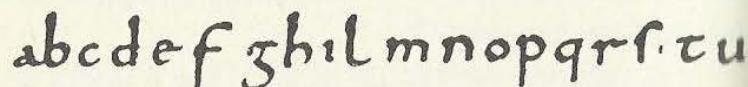


FIG. 38 — ALFABETO DA ESCRITA CAROLÍNGIA

As ligaduras que subsistem no século IX são muito numerosas: *et*, *ct*, *rt*, *st*; por outro lado, as abreviações ainda não estão muito desenvolvidas,

mas veremos sua rápida multiplicação nos séculos X e XI. A capitular antiga e a uncial têm seu uso, a partir de então, restrito aos títulos e às “maiúsculas”, cujo uso começa a se manifestar, com muitas incertezas, aliás, nos casos hoje habituais.

O número de *scriptoria* cresceu no século IX, com o desenvolvimento do Renascimento carolíngio, e é sempre desses estúdios de mosteiros e igrejas que saíram os numerosíssimos manuscritos, nos gêneros agora mais variados e que ilustram a história da escrita. A geografia desses centros de cópia é um capítulo dessa história, assim como a geografia da atividade intelectual e artística da Europa carolíngia.

Os escribas por vezes trabalharam em torno dos soberanos carolíngios, mas não se pode falar propriamente de *scriptoria* de palácio. As duas grandes porções do sul da França, a Aquitânia e a Provença, foram as menos bem divididas; parece que elas foram mantidas como o pano de fundo do movimento de criação da nova escrita e do movimento de renascimento; o desenvolvimento dos estúdios da Aquitânia, de Limoges e de Poitiers só se dará nos séculos X e XI. A Borgonha foi mais ativa, especialmente o centro episcopal de Lião, onde o diácono Floro compôs e redigiu pessoalmente seus tratados e seus poemas. O *scriptorium* do mosteiro de Ferrières jamais parou, a partir do tempo do abade Loup, conhecido como escriba, revisor e comentador. No Loire, a abadia de Fleury se sobrepondo a Orléans e conservou na nova grafia uma dimensão voluntariamente arcaizante.

A produção dos estúdios de Tours, Saint-Martin e, em menor medida, Marmoutier, foi a mais importante do século IX: edições de luxo da Sagrada Escritura, Bíblias e evangeliários, vidas de santo também, livros de doutrina, de direito, de história, cópias de autores clássicos. Nenhum outro *scriptorium* difundiu mais amplamente seus manuscritos em todo o Ocidente franco. O apogeu de sua caligrafia se situa na época do abade Viviano, por volta de 850. As regiões do oeste, ao contrário, agitadas pelas invasões, permaneceram um pouco à parte de toda essa atividade.

Os principais estúdios parisienses foram os de Saint-Germain-des-Prés e de Saint-Denis. Sob a direção do abade Hilduíno, numerosas obras foram compostas em Saint-Denis. Ali Hincmar, jovem monge, empunhou a pena; ali se trabalhou para o rei Carlos, o Calvo, que teria mantido a sede de sua biblioteca na abadia. Córbia e os *scriptoria* das igrejas do Norte continuaram a ter no século IX equipes industriosas. Mas a estrela de Reims as eclipsou, sob a autoridade do grande arcebispo Hincmar (845-882), ele próprio autor fecundo, e, mais tarde, sob o historiador Flodoardo e o futuro papa humanista Gerberto. O grupo moselano, Metz, Trèves, Echternach, defendeu melhor suas posições, assim como Mainz e Colônia. Na Alsácia, o mosteiro de Murbach possuía, em meados do século IX, uma das mais ricas bibliotecas da *Francia*.

Para além do Reno, os estúdios de Constância e de Reichenau mantinham a liderança, mas foram

sobrepujados pelo *scriptorium* de Saint-Gall, cujo funcionamento fora reativado, no fim do século VIII, por Winithar. Sob os abades Grimaldo e Hartmut (831-883), sua produção disputava o primeiro posto com Saint-Martin de Tours. As escolas de Ratisbona e de Salzburgo também mantiveram ativos estúdios de cópia. A Itália setentrional, por fim, foi igualmente logo colonizada pela nova escrita: o *scriptorium* de Verona viu interrompida ali a carreira de sua própria escrita, por volta de 840, quando da invasão carolíngia.

A maior parte dos *scriptoria* da Europa carolíngia foram, ao mesmo tempo, estúdios de cópia, escolas de iluminura, de onde saíram obras decorativas e figurativas prestigiosas. É pena, mas não podemos nos deter aqui no aspecto artístico da história da escrita, representado pela letra ornada, assim como não poderemos escolher, entre os belos manuscritos dessa época, os que oferecem a caligrafia mais característica. Destacamos apenas o Evangeliário do imperador Lotário, as Bíblias de Carlos, o Calvo: o primeiro, obra do estúdio de Tours (c. 845-851), as segundas executadas tanto em Reims como em Saint-Denis (c. 866-870), e o Evangeliário de Metz.

A caligrafia dos livros carolíngios opõe-se à escrita das atas de chancelaria.

Os primeiros diplomas carolíngios ainda são escritos com as mesmas letras alongadas, delgadas, de hastes bem altas e tornadas pesadas por ligaduras empregadas pela chancelaria merovíngia no século VII.

Por volta do fim do reinado de Carlos Magno e sob Luís Piedoso, as ligaduras desaparecem. Sob Carlos, o Calvo, a forma das letras se aproxima das formas carolíngias clássicas, à exceção das hastes elevadas e afiladas. A partir do século X, a escrita diplomática só se distingue por este último arcaísmo, por ela conservado na chancelaria francesa até o século XI.

A expansão e a evolução da escrita carolíngia

A propagação da escrita carolíngia para além dos limites da Europa franca do século X ao século XII é um fenômeno que também ultrapassa o estreito terreno da paleografia para se articular aos grandes movimentos da história política e religiosa.

Na Inglaterra, a introdução da escrita continental se fez seguir pela reforma eclesiástica, defendida pelo rei Edgar (959-975), cujos principais artífices foram Dunstan de Cantuária e Oswaldo, bispo de Worcester e depois arcebispo de York.

Oswaldo e seu contemporâneo, Osgar, abade de Abingdon, depois bispo de Winchester, tinham sido formados para a vida beneditina na abadia de Fleury. Por isso foi aos monges desse grande centro de influência cluniacense do vale do Loire que eles apelaram para reformar a disciplina em seus domínios. Uma escola rapidamente florescente foi estabelecida na abadia de Ramsay, sob a direção de Abbon, o futuro abade de Fleury. Foram esses monges franceses que

levaram consigo a escrita carolíngia. O *scriptorium* de Winchester é o primeiro estúdio anglo-saxão que fez uso dessa escrita no fim do século X.

Inquit agnus accipit et demanum ea ut sint intestino
num mihi quoniam ego fodi puteum istum. Idcirco
vocatus est locus ille bersabae qui sibi interque-
nuntur. & inierunt foedus pro puto iuramenta

FIG. 39 — ESCRITA CAROLÍNGIA. BÍBLIA DE RORIGNON (830-842)

I saluator: Ego annuntiaui et saluau. auditum feci
et non fuit in uobis alienus; Uos testes mei dicit dñs. Et
ego dñs et ab initio ego ipse. et non est quidem nomen
meum: Operabor et quis auerteret illud: haec dicit dñs

FIG. 40 — ESCRITA CAROLÍNGIA. SEGUNDA BÍBLIA DE
CARLOS, O CALVO (C. 870)

Na Catalunha, apesar da constituição da Marca carolíngia, a escrita chamada “visigoda” resistiu bem até o século IX, ante a concorrência da escrita franca. Mas, durante o século X, os dois tipos se encontram nos documentos e, no início do século X, o *scriptorium* de Ripoll, em relação com os estabelecimentos monásticos do sul da França, sob o abade reformador Oliba (1008-1046), escreve em carolíngio. Nos outros estados cristãos do norte da Espanha, é ainda a reforma religiosa, dirigida pelos cluniacenses franceses, que abre caminho à penetração dessa escrita. A abolição, no concílio de

Burgos, por volta da Páscoa de 1080, da antiga liturgia nacional e a instalação, em princípios do século XII, de prelados franceses nas sés episcopais castelhanas favorece a progressiva substituição da escrita antiga pela escrita galicana.

Os cronistas espanhóis do século XIII atribuíram a um segundo concílio de Burgos, em 1090, a proibição da escrita antiga na confecção dos novos livros litúrgicos. O primeiro exemplo datado de escrita carolíngia em Castela é um manuscrito de santo Agostinho, da Igreja de Toledo, de 1105. Mas o cartulário* de Sahagun, compilado por volta de 1120, ainda é inteiramente composto em escrita “visigoda”. Por isso não se pode atribuir diretamente aos cluniacenses o mérito da introdução, no noroeste da península, da escrita francesa. A movimentação geral dos franceses rumo à Espanha, no século XII, fez muito nesse sentido. Inversamente, observam-se alguns “visigodismos” nas escritas da França meridional nos séculos XI e XII, notadamente nas legislações de Moissac.

Em Roma, a chancelaria pontifícia só veio a abandonar definitivamente a antiga escrita “curial” no início do século XII. Durante todo o século XI, houve conflito entre essas duas escritas. Enquanto os

* CARTULÁRIO: espécie de arquivo antigo, onde se registravam os títulos e privilégios de uma pessoa, ou de uma comunidade, convento, igreja, corporação etc., conservado em antigos mosteiros ou igrejas. Designa também o encarregado desses registros, feitos em cártaulas [n. do T.].

papas só tiveram a seu serviço, no *scrinium*, notários romanos, a *littera romana* conservou suas posições. Mas, a partir do século XI, a chegada de clérigos alemães, italianos e franceses ao círculo pontifício, ao *palatium*, introduz a escrita carolíngia na chancelaria.

Há quem tenha querido ver no conflito das duas escritas um aspecto da querela dos papas e dos imperadores, uma chamada pontifícia, a outra, imperial. Mas isso seria levar longe demais a explicação histórica de um fenômeno paleográfico. Contrariamente, se é no século XI que os ofícios romanos abandonaram o papiro pelo pergaminho, não parece que a mudança do registro material subjetivo possa dar a chave da mudança de escrita. A explicação “humana” é a única satisfatória. A escrita carolíngia se encontra pela primeira vez em Roma em um privilégio* de Bento VIII, de 1017, mas de modo isolado e sob a pena de um escriba do *scrinium*. Com Clemente II (1046-1047) e Leão IX (1049-1054), escribas alemães entraram no *palatium*; em seguida, Nicolau II recrutou florentinos. Sob Gregório VII (1073-1085), Rainer, o chefe dos notários, era originário de Lucca. Foi ele quem escreveu o registro original desse papa; mas, apesar de sua mão estar habituada à escrita carolíngia, ele se esforçou por respeitar a tradição, utilizando a *littera romana*.

* PRIVILÉGIO aqui significa um diploma concedido a alguém pelo papa Bento VIII, contendo a concessão de algum privilégio ou patente [n. do T.].

A mudança decisiva se deu sob o pontificado de Urbano II (1088-1099), cluniacense e francês, com o notário Lanfranco, que é considerado na tradição carolíngia o mestre calígrafo criador da bela escrita pontifícia do século XII.

Ainda é possível encontrar sob Pascal II e Calixto II, até 1124, algumas bulas* escritas em “curial”. No século XII, supervivências dela ainda subsistem na nova escrita, particularmente as ligaduras *ti* e *ri*.

Quando a Itália meridional adotou, apenas no fim do século XIII, a escrita utilizada por toda a Europa, é difícil falar, enfim, de uma última conquista da escrita carolíngia, pois ela mesma evoluíra notavelmente a partir dos séculos IX e X.

Até o século XII, a evolução da escrita carolíngia foi pouco sensível: notemos apenas algumas leves mudanças de forma e uma tendência geral à rigidez. É no século XIII que sua transformação se precipita.

No século XI, em geral se abandonou o *a* aberto e o adensamento das hastes. O ditongo *ae* também foi substituído pelo *e* cedilhado, que, por sua vez, cedeu no lugar, no século XII, ao *e*. O século XII foi sobretudo o grande período do emprego das abreviações.

As palavras são doravante bem separadas e já começa o uso de pôr um pequeno traço no fim da

* BULA: escrito solene ou carta aberta, provida de selo ou sinete, expedida em nome do papa pela chancelaria apostólica, com instruções, indulgências, ordens, concessão de benefícios etc. [n. do T.]

linha para indicar um corte de palavra. As formas das letras se tornam, desde o fim do século XI, menos arredondadas, menos “suaves e espontâneas” que na escrita carolíngia primitiva. No século XII, essa rigidez se acentua, anunciando o tratamento “gótico”.

Assim a herança carolíngia foi transmitida, quase inalterada, durante quatro séculos e deu a toda a Europa ocidental por volta do ano 1200 um mesmo tipo de escrita. Cada escriba tinha, certamente, sua “mão”, e cada país, seu “estilo”.

A Itália primava por formas arredondadas e módulos bem grandes; a Alemanha tinha uma escrita mais pesada e mais angulosa que a de outras regiões; a diocese de Liège se distingua pelos entrelaces ou “treliças” no ornamento de certas letras, pela forma especial do *g* e pela exuberância do sinal abreviatório da desinência *us*; a Inglaterra conservava seu gosto pelas formas estreitas e agudas; a Espanha seguia a França, que representava a mais legítima tradição carolíngia.

Contudo, ponderados todos esses particularismos, a letra latina do final do século XII, à qual se dispensava todo cuidado e para a qual se buscava a maior elegância tanto nas regras como nos livros, era um belo instrumento gráfico de uso quase universal no mundo feudal.

A escrita gótica

A escrita tradicionalmente chamada de “gótica” e que substituiu, entre os séculos XII e XIII,

a escrita carolíngia ou “francesa”, não é uma nova escrita, pois guardou da escrita carolíngia as formas e o ducto. Contudo, há entre as duas grafias uma diferença de aspecto bastante clara: as ligaduras e os traços adventícios reaparecem na escrita gótica; os traços verticais e horizontais são mais densos; as curvas são esmagadas em adensamentos rapidamente adelgaçados ou substituídos por ângulos agudos. Essa “quebra” de traços é característica sobretudo da nova escrita, e é ela que virá a lhe valer, no século XVI, o nome de *fractura*.

Os antecedentes das quebras das curvas e, consequentemente, da modificação da escrita carolíngia foram buscados nas escritas quebradas da Itália meridional e, mais recentemente, nas escritas da Inglaterra saxônica e do Estado anglo-angevino no século XII; nas cartas legislativas liegenses, essa “goticização” se deu entre 1145 e 1160 (J. Stiennon). Mas quais foram as razões dessa transformação? Não se pode eliminar completamente a busca de uma nova estética; a coincidência entre a quebra da escrita e a generalização do uso do arco quebrado em arquitetura é muito evidente para ser tida como inteiramente casual. Mas o uso sempre mais difundido, no século XII, da pena em lugar do cálamo ou, mais simplesmente, a mudança do tamanho da pena poderiam ter favorecido a nova grafia e depois provocado sua difusão.

Com efeito, a pena mais flexível que o cálamo de junco cortado favorece o esmagamento das curvas

e o afilamento dos traços oblíquos. Mas a pena de pássaro já era usada bem antes do século XII. Por isso J. Boussard propôs-se a explicar a transformação que se deu nessa época pela mudança de tamanho: **a escrita carolíngia era obtida com penas de bico reto, enquanto a escrita gótica só se obtinha com penas talhadas de modo oblíquo, com bico curto inclinado para a esquerda.** Mas, apesar de essa explicação técnica dar perfeitamente conta do meio de transformação, ela não elimina o mistério de suas razões originais. **Para R. Marichal, o uso da quebra parece ter sido favorecido por um adensamento da base, do mesmo modo que o cruzamento de ogiva surgiu do adensamento da abóbada de aresta.**

Essa transformação também se fez acompanhar de um novo impulso da prática da escrita tal que fez explodir a bela unidade encontrada pela escrita carolíngia.

Nos séculos XII e XIII, a arte de escrever, até então essencialmente monástica, se difundiu amplamente no mundo secular e leigo. A renovação intelectual e a criação das universidades provocou uma necessidade sempre crescente de livros. A produção e a venda de manuscritos são a partir de então organizadas nas corporações, com estatutos e privilégios, sob o controle das autoridades acadêmicas. Por outro lado, o desenvolvimento da administração nos grandes Estados ocidentais, o renascimento do direito romano e a extensão do notariado fizeram crescer consideravelmente a necessidade dos

escritos. Por volta de 1200 se constituem as grandes chancelarias — e, logo depois, a burocracia — pontifícias, francesa e inglesa; no início do século XIII também o notariado ganhou da Itália todo o sul da França. E o impulso da vida econômica, do grande comércio, dos bancos multiplicaram igualmente as razões de escrever.

Ao lado dos livros e das cartas legislativas, surgem ou se tornam mais numerosas no século XIII as diferentes categorias de registros e de coletâneas públicas e privadas: registros de chancelaria, registros de administrações e de jurisdições, registros de deliberações, livros contábeis, registros de notários. E se ainda levarmos em conta o fato de que a partir da metade do século XIII o papel veio possibilitar a ampliação do campo de possibilidades escriturísticas, compreenderemos como tal impulso da prática da escrita pôde causar dano à escrita carolíngia. Não obstante, a extensão da cultura e o ensino da escrita em alguns grandes centros universitários, especialmente Paris, ainda favoreciam certa uniformidade na escrita das chancelarias (I. Hajnal).

No uso corrente, escrita de atas, de cartas, de registros, de livros contábeis e da maioria dos livros, sobretudo em língua vulgar, a escrita gótica se tornou uma escrita cursiva, caracterizada não apenas por seus traços angulosos, mas também pela ligadura das letras entre si e, por vezes, pela disjunção de seus traços.

Nos séculos XIV e XV, cada palavra vai passando a ser traçada sem que se levante a pena: isso favorece o desenvolvimento das hastes arqueadas e das grandes curvas que, partindo do pé ou da cabeça da última letra, as abreviações trazem. A letra *a* tem ampliada a barriga e perde a haste; o *c*, o *e* e o *t* freqüentemente se confundem; o *d* toma uma forma redonda e arqueada; a espinha das letras *f* e *s* passa a ser muito acentuada, e o *s* final redondo se fecha sobre si mesmo; o *u* tem, via de regra, no início das palavras, uma forma aguda que o aproxima da forma do *b*.

A generalização de seu uso fragmentou a escrita gótica corrente em uma grande variedade de tipos, de acordo com os países, as chancelarias, ou com o tratamento mais ou menos cursivo, e favoreceu o “aspecto” pessoal, antes pouco perceptivo.

Entre os tipos do século XIV, destaquemos a escrita das chancelarias pontifícia e italiana, de letras regulares e proporcionais, com hastes longamente dobradas, e a escrita da chancelaria real francesa, de módulo reduzido, mas claro e harmonioso, chamado de *misto*. No século XV, a escrita chamada *bastarda*, nova escrita de livros com elementos cursivos, teve grande sucesso na corte dos duques da Borgonha. Mas a maioria das outras escritas escapa a toda classificação.

*Laudo uog: in hix non laudo
cepit a domino quod et tradidi*

FIG. 41 — ESCRITA GÓTICA (LETRA DE FÔRMA, SÉC. XIV)

Para as edições de luxo e os manuscritos litúrgicos, a caligrafia gótica produziu uma escrita em geral pesada, de módulo muito grande e de uma regularidade quase-geométrica, a chamada letra de fôrma ou formada, que também apresentava variedades nacionais ou universitárias.

No século XIV, os traços verticais acabam na base e no vértice por meio de saliências angulosas, as letras passam a ser juntadas por pequenos traços, certos caracteres são acoplados ou encavalados dois a dois, a aparência do conjunto da escrita solene é massiva e penosamente angulosa.

Foi a Itália que melhor soube reagir contra esse peso gótico, conservando em suas letras proporções elegantes e formas bem arredondadas. O tipo mais característico de sua escrita é fornecido pelos manuscritos universitários de Bolonha (*littera bononiensis*). Na França, as edições de luxo apresentam uma escrita alta, estreita e aguda; a escrita dos manuscritos universitários parisienses apresenta um módulo menor e é de execução menos bem cuidada. Na Inglaterra e na Alemanha, as escritas solenes, espessas e angulosas (*textura*) desfrutaram favor particular. Os exemplos dessas escritas passam doravante de milhares. No caso da França, não se pode deixar de citar os célebres manuscritos da antiga “livraria” do rei Carlos V e as coleções começadas por seus irmãos, Jean de Berry e Philippe le Hardy, e, na Itália, em outra ordem, as escritas “mercantis”.

A escrita humanística

A renovação da tradição carolíngia foi obra dos humanistas italianos do Renascimento. Petrarca já ansiava por um retorno à tradição antiga e dava exemplo com sua semigótica textual (1357-1374). Depois, procurando as obras da Antiguidade clássica nas bibliotecas das igrejas e dos mosteiros, os eruditos italianos do fim do século XIV encontraram a escrita carolíngia dos séculos IX, X e XI. Clasificando-a de escrita “romana”, tomaram a iniciativa de ressuscitá-la. Poggio Bracciolini (1380-1459), Niccolò Niccoli (1364-1437) e Ambrogio Traversari (1386-1439) foram os primeiros a utilizar a *littera antiqua* renovada. Os mais antigos exemplos conhecidos da nova escrita são a cópia de um tratado de Coluccio Salutati, de 1402, e a cópia do Cícero de 1408, por Poggio, notário florentino. Depois de Florença, ela foi rapidamente adotada em outros centros de cultura da península, com tanto mais facilidade porque os escribas italianos tinham tido sempre um gosto declarado pelas formas redondas; pelos monges de Melk e a influência de Enea Sylvio Piccolomini, o futuro Pio II, ela ganhou também as regiões meridionais do Império; mas na França só no fim do século XV, por intermédio, como veremos, dos livros impressos, ela virá a se difundir.

A escrita chamada pelos paleógrafos de humanista é, pois, uma escrita erudita, refeita a partir do modelo da escrita carolíngia. Por sua origem, ela foi, desde o início, uma escrita para livros.

No entanto, seu aspecto geral é um pouco mais delgado que o da escrita carolíngia. Os escribas do século XV, por outro lado, nela introduziram alguns traços tomados de empréstimo da escrita gótica. O ditongo *ae* volta a ser empregado corretamente, como na época clássica; contudo, às vezes, a imitação da escrita dos séculos X e XI levou a conservar o *e* cedi-lhado. As ligaduras *et*, *ct*, *st* também ressurgem. Mas, doravante, a haste do *t* ultrapassa a barra horizontal e um pequeno traço oblíquo ou um ponto é posto acima do *i*. Por fim, as abreviações se tornam raras.

Mas um tratamento cursivo também deu à escrita humanística uma grande utilização documental. Seu criador teria sido Niccolò Niccoli, cujos primeiros manuscritos desse tipo são de 1423.

A humanística é uma escrita suave, traçada com penas pontudas, fortemente inclinada para a direita (escrita “pendente”), com todas as letras de uma mesma palavra unidas. Os breves* da chancelaria pontifícia do fim do século XV e do início do século XVI oferecem o melhor exemplo dessa escrita

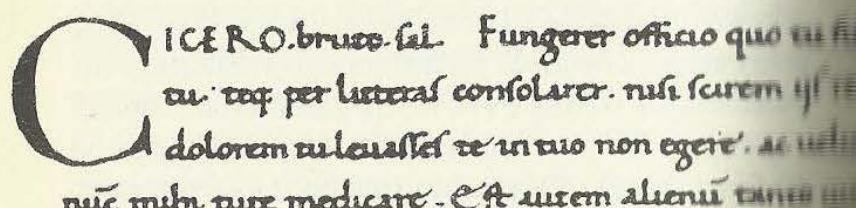


FIG. 42 — ESCRITA HUMANÍSTICA (POGGIO BRACCIOLINI, 1408)

* BREVE PONTIFÍCIO: Carta ou escrito papal que encerra comunicação de alguma decisão, concessão de indulgências, testemunho de apreço ou de aprovação etc. [n. do T.].

A Idade Média se conclui, por consequência, com cinco tipos principais de escrita latina, todos surgidos, aliás, da escrita carolíngia: a escrita corrente gótica, comum e popular; a letra de fôrma, caligrafia de luxo e escolástica; a bastarda, derivada das duas precedentes; a escrita humanística e sua expressão cursiva, escritas eruditas e modernas. Foi entre esses tipos de escrita que os primeiros fundidores de tipos gráficos escolheram seus modelos e deles provêm nossas escritas atuais.

As notas tironianas e as abreviações medievais

Aqui precisamos recuar um pouco para completar a caracterização das escritas medievais. Elas tinham em comum um traço importante na história de nossa escrita: o difundido uso de abreviações, meio de ganhar tempo e de economizar o pergaminho.

O uso de abreviações e de sistemas de notação abreviada, em vista de uma maior rapidez de registro da palavra, remonta à Antiguidade grega e romana. As inscrições latinas, a partir do século II a.C., já utilizam siglas, letras iniciais representando palavras, letras coladas, fazendo sobretudo economia de traços e de espaço.

Conhecemos, por exemplo, as célebres siglas: SPQR para abreviar *senatus populusque Romanus*. Os prenomes eram em geral abreviados por sua inicial

ou por suas primeiras letras: Aug(ustus), A(ulus), C(aius), L(ucius), M(arcus), Ser(vius); também algumas palavras muito recorrentes: f(ilius); a sigla era duplicada para indicar o plural: ff(ili).

A notação abreviada utilizada pelos romanos, ancestral da estenografia, com uma notação grega paralela, é conhecida pelo nome de notas tironianas, nome que vem de Tiro, o alforriado de Cícero, que sistematizou sua utilização.

Um texto pouco claro de Isidoro de Sevilha (século VII) atribui o mérito da descoberta dessas *notae* (abreviações) ao poeta Ênio e sua compilação a Sêneca, o filósofo. O papel de Tiro como praticante da estenografia e a atividade de outros “estenógrafos” da época imperial são, por sinal, bem atestados.

O mais antigo testemunho dessa escrita se encontra conservado em uma inscrição de 362. Depois se passa, sem poder seguir exatamente sua evolução, para os diplomas das chancelarias merovíngia e carolíngia. Trata-se de uma escrita cujos elementos são extraídos do alfabeto latino, e não de um sistema convencional novo. A notação tironiana é realizada por um radical, letra ou sílaba inicial, em lugar da palavra, e por um sinal auxiliar de terminação, que exprime a desinência.

Léxicos de notas, elaborados nos séculos IX e X e que chegaram até nós, permitiram decifrar essa escrita abreviada. Antes de tudo, é preciso reconhecer os radicais, cujas formas tiradas da antiga escrita comum romana foram muito alteradas

pelo uso. O número de sinais reunidos nessas coletâneas é de cerca de treze mil.

Ao lado dessa notação, desenvolveram-se outras entre os séculos VII e X, estabelecidas a partir do mesmo princípio que originou as antigas escritas silábicas: cada sílaba sendo representada por um sinal, seja imitando sinais tironianos anteriores, seja sendo novamente inventado.

As notações tironianas são freqüentemente encontráveis nos manuscritos carolíngios. Particularmente o *scriptorium* de Tours as cultivou muito. Os diplomas merovíngios as registram a partir de 625. Nos diplomas carolíngios, os sinais são mais bem cuidados e derivam, simultaneamente, do sistema antigo e do sistema silábico. É sobretudo pelo conteúdo dessas menções que somos informados do funcionamento das chancelarias francas. Os últimos exemplos dessa estenografia tironiana datam da segunda metade do século XI.

As abreviações medievais encontraram parte de suas fontes nas siglas e abreviações epigráficas romanas e nos sistemas tironianos. Mas elas também se originaram mais diretamente dos dois repertórios abreviativos particulares que se constituíram durante os primeiros séculos nos textos cristãos e nos textos jurídicos. Com efeito, nos manuscritos cristãos, logo se instaurou o uso de abreviar por contração os termos sagrados, os *nomina sacra*, e de substituir nos manuscritos jurídicos os termos técnicos e usuais por abreviações (*notae juris*) de tipos variados.

As primeiras abreviações sagradas abarcavam, no século IV: *ds* = *Deus*, *ihs* = *Jesus*, *xps* = *Christus*, *spis* = *Spiritus*. Mais tarde, nos séculos V e VI, se formaram, da mesma maneira: *dns* = *Dominus*, *scs* = *Sanctus*, *eps* = *episcopus*, *pbr* = *presbiter*.

As *notae juris* são os ancestrais dos sistemas medievais; nelas se encontram, além da contração, a abreviação por suspensão, as letras barradas e as letras sobrescritas. As últimas proibições de sua utilização foram editadas por Justiniano em 530 e 533. Talvez tenha sido através da Irlanda e da Inglaterra que elas foram transmitidas à Idade Média.

O grande período de uso das abreviações foi o das escritas carolíngia e gótica, do século IX ao século XV. Inicialmente utilizadas nos textos latinos, elas foram depois transportadas, quase com o mesmo valor, para os textos em língua vulgar. Para o estudo, podemos distinguir os seguintes sistemas abreviativos: por siglas, por contração, por suspensão, por letras sobrescritas e por sinais especiais.

As siglas foram relativamente pouco utilizadas na Idade Média. Os nomes de pessoa continuaram a ser muito freqüentemente abreviados; depois passaram a sê-lo as fórmulas e os termos correntes que se supunha bem conhecidos pelos leitores, nos registros e nos livros contábeis.

Nos registros pontificais dos séculos XIII e XIV, encontramos, por exemplo: *a. s.* = *apostolica scripta*; *f. n.* = *fratre nostro*; nos “rolos” da chancelaria inglesa: *t. r.* = *teste rege*. As indicações monetárias são

as mais freqüentemente abreviadas por siglas: *l.* = *libra*, *s.* = *solidus*, *d.* = *denarius*, mas às vezes também por suspensão.

O uso da contração, que consiste em suprimir no interior de uma palavra uma ou várias letras, logo se expandiu dos *nomina sacra* para toda espécie de outros casos. Um pequeno traço horizontal, posto acima da palavra ou da sílaba contraída, avisa o leitor da abreviação.

A partir de *Ds* = *Deus*, se formou o tipo *bs* = *beatus*; de *Dns* = *dominus*, o tipo *tps* = *tempus*. Lembremos algumas abreviações de substantivos características dos dois tipos: *pr* = *pater*, *ho* = *homo*, *ca* = *causa*, *aia* = *anima*.

Às vezes, a contração só se aplica no fim das palavras. Assim, nos substantivos terminados em *atio* = *ao*, nos advérbios terminados em *-liter* = *lr* e nas terminações dos verbos *-sunt* = *st*, e *-runt* = *rt*. Nos substantivos e adjetivos declinados, as desinências são sempre conservadas: *scs* = *sanctus*, *sci* = *sancti*, *sco* = *sancto*, *scm* = *sanctum*.

A aplicação dessas abreviações latinas à notação do francês teve curiosas influências sobre a ortografia francesa: *mlt* era lido como *multum* em latim e como *mout* em francês; mas a presença do *l* na abreviação deu nascimento à ortografia *moult*.

A abreviação por suspensão consiste em deixar a palavra inacabada. Ela era também indicada ao leitor por um traço horizontal ou vertical posto sobre a palavra ou em seu fim.

Eis os exemplos mais comuns: *an = ante, ap = apud, aut = autem, in = inde, sic = sicut, un = unde*. Os adjetivos terminados em *-ensis* eram quase sempre abreviados em *-en*. As terminações dos verbos eram, do mesmo modo, freqüentemente cortadas assim: *fuer = fuerunt, amav = amavit*. Evidentemente o contexto era o único que permitia a solução de tais abreviações, que se tinham tornado muito freqüentes nos textos franceses dos séculos XIV e XV.

A letra sobreescrita era uma variedade da contração: uma pequena letra posta acima da palavra ou de sua terminação indicava a supressão de letras e permitia múltiplas combinações abreviatórias. Esse sistema estava em alta nos séculos XI e XII. Em geral, as vogais são mais sobreescritas que as consoantes: *i^a = infra, s^a = supra, mⁱ = mihi, nⁱ = nisi, uⁱ = ubi, m^o = modo, u^o = vero*. Ressaltemos o caso especial de: *g^a = erga, gⁱ = igitur, g^o = ergo*. Uma vogal sobreescrita freqüentemente introduz a letra intercalar *r*: *p^a = pra, t^a = tria, ret^o = retro*. É necessário notar que o *a* sobreescrito tem, quase sempre, a forma aberta.

Os sinais especiais que indicam a própria abreviação ou substituem letras, sílabas ou palavras foram muito freqüentemente utilizados pelos escritores da Idade Média. O sinal abreviatório genérico, já mencionado a propósito da contração e da suspensão, chamado de *titulus* (de *titulare*, “abreviar”), de onde deriva a palavra espanhola *tilde* (o til do

português: ~), tomou formas variadas: pequeno traço horizontal curvo, oblíquo ou em 8 aberto na base em certas atas dos séculos XI-XII.

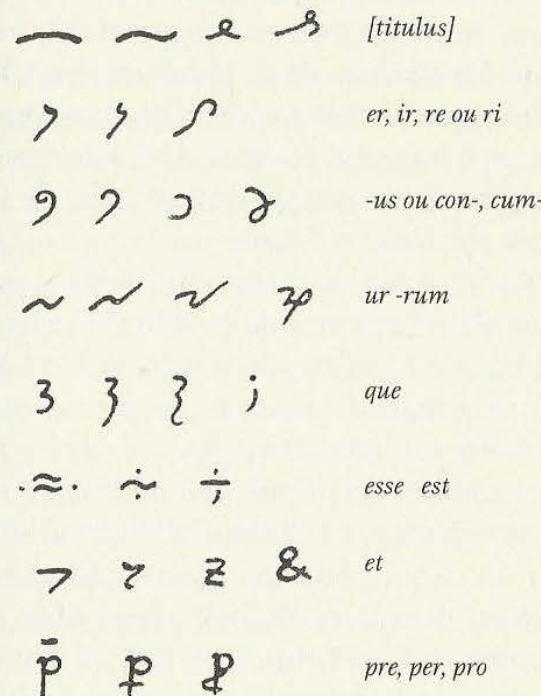


FIG. 43 — PRINCIPAIS SINAIS ABREVIATÓRIOS MEDIEVAIS

Três outros sinais, cujas formas se aproximam dos números 7, 9 (ou C virado) e 2 (ou til ondulado), serviam para exprimir, respectivamente, as sílabas *er* (ou *ir, re, ri*), *us* no fim das palavras, *con* (ou *com, cum, cun*) no início e *ur*. O ponto-e-vírgula, a partir do século XI freqüentemente transformado em uma espécie de *z*, teve diversos valores, mas sobretudo o valor de *que*.

O *titulus*, usado apenas sobre uma vogal, acrescentava logo depois dela as consoantes *m* ou *n*. A sílaba *er* podia ser obtida também quando se barrava obliquamente a haste das letras *b*, *d*, *l*. O uso do *9 = us* era extremamente freqüente. Este sinal, como o [inserir símbolo da p. 104 do or. francês] = *con-*, era de origem tironiana. Mencionemos seu valor particular no *p 9 = post*. O ponto-e-vírgula depois do *b* substituía também *-us*; ele tinha o valor da sílaba *et* em: *sz = sed, habz = habet*.

A escrita tironiana também deixou para o repertório abreviatório medieval sinais especiais para o verbo *esse*, “ser”, e para a conjunção *et*. Mas a ligadura merovíngia & passou a competir com o *et* e permanece em uso até nossos dias.

Veremos diversos tipos de abreviação, assim como os casos bastante recorrentes relativos à letra *p* na figura 43. Aqui podemos apenas esboçar uma teoria, mas, de posse desses elementos, será perfeitamente possível conceber quão vasto era o campo das combinações abreviatórias medievais. Os escribas já possuíam seus léxicos. Coletâneas, como a de Cappelli, podem hoje ajudar a resolver os casos duvidosos, mas todos sabem que não é a golpes de dicionário que se decifra na prática uma escrita antiga.

Os números e os sinais auxiliares da escrita

A história dos sinais de numeração é também tão longa quanto a da escrita. Contudo, aqui só

poderemos considerar o último capítulo, que desemboca, no fim da Idade Média, em nosso sistema atual.

Os romanos utilizavam sete sinais de numeração semelhantes a letras: I. V. X. L. C. D. M.

Se a assimilação da barra vertical ao *i* para representar a unidade é evidente, a origem do sinal *x* para as dezenas permanece obscura. Parece que o *v*, cinco, é a metade de *x*. Para notar os múltiplos de *x*, os latinos se utilizaram das consoantes gregas *F*, *y*, *Q*, cujos sons só eram utilizados em grego. *y* rapidamente confundiu sua forma com *L*, para representar cinqüenta. *Q* tomou o aspecto de *C*, inicial de *centum*, cem. A metade de *F*, *D*, valeu quinhentos. *F* inicialmente notou mil, que se tornou *M* no século I.

Esses números romanos nunca deixaram de ser utilizados na Idade Média, porém, com algumas particularidades.

Desse modo, geralmente se escreve *III* em vez de *IV* e *VIII* em lugar de *IX*. O sistema de multiplicação por vinte, utilizado na França nos últimos séculos medievais, deu também, por exemplo: *III^{xx} = 80*; *XV^{xx} = 300*; e do mesmo modo a multiplicação de cem e de mil: *III^c = 300*; *V^m = 5.000*. Mil, no início da Idade Média, às vezes é expresso pelo sinal. A fim de evitar, nos textos, a confusão entre letras e números, os números eram postos entre dois pontos: *.cc.l.ii. = 252*.

A idéia da numeração de posição, que substituiu o sistema romano pela justaposição, veio da Índia, embora tenha sido entrevista pelos babilônios

e pelos matemáticos gregos. Os números chamados arábicos são, na realidade, originariamente números indianos. Mas, tomados de empréstimo pelos árabes, foi por intermédio deles que esses números penetraram na Espanha e depois no resto da Europa, no século X.

Parece que os indianos já conheciam a numeração decimal de posição desde o século VI. Os números nagari do século IX são praticamente os mesmos números arábicos. Aliás, a tradição árabe atribuía, desde os séculos X e XI, a invenção dos sinais numerais utilizados pelos muçulmanos a sábios hindus. Mas os árabes orientais adotaram formas (*hindi*) ligeiramente diferentes das formas que os árabes ocidentais tomaram de empréstimo (*gubari*): é o que explica que os números atualmente utilizados pelos árabes, derivados dos primeiros, não sejam exatamente os mesmos que nossos números “árabicos”, provindos dos segundos. Quanto à origem gráfica dos próprios números indianos, hesitamos entre as iniciais dos nomes de número sânscritos e os velhos sinais brahmi das inscrições de Açoka.

Os primeiros exemplos de números arábicos nos manuscritos latinos são fornecidos por dois livros espanhóis de 976 e 992. Gerbeto (930-1003), escolarca de Reims que estudara na Espanha, ao mandar construir um ábaco para iniciar seus discípulos, já conhecia a numeração “árabica” de nove números. Mas seu uso permaneceu muito

restrito até o século XIII. O mérito de sua difusão se deve sobretudo ao matemático pisano Leonardo Fibonacci, autor de um *Liber abaci*, escrito em 1202.

Gerbeto e seus alunos não conheciam o zero, enquanto os indianos já o empregavam antes. Seu uso só aparece no Ocidente no século XII, depois da tradução de tratados matemáticos árabes, especialmente o de Ibn-Musa al-Kharizmi (de cujo nome deriva a nossa palavra *algarismo*). A palavra *cifra* vem do árabe *sifr*, “vazio”, que era o nome do zero. A própria palavra *zero* é um duplo de cifra, derivado do original italiano *zefiro*.

Contudo, a atual prática dos números novos só se implantou muito lentamente e era proibida até mesmo nos livros de contabilidade oficial. Só no século XV ela se impôs ante a numeração romana, sendo também nessa época que a forma dos números foi pouco a pouco se fixando até se tornar o que é hoje.

O uso e as formas dos sinais de pontuação e de acentos que completam nosso material gráfico atual só se fixaram no século XVI.

As teorias dos gramáticos gregos e latinos sobre a pontuação, reproduzidas no século VII por Isidoro de Sevilha, não eram facilmente aplicadas nos manuscritos mais antigos: ou esses manuscritos não tinham pontuação alguma, ou um ponto alto marcava as pausas mais acentuadas e um ponto baixo, as pausas breves. Os escribas dos séculos VIII-IX tentaram melhorar esse sistema: o ponto tornou-se então a pontuação fraca, enquanto o ponto

seguido de uma vírgula, ou nosso ponto-e-vírgula, tornou-se a maneira de indicar a pontuação forte. No século XII, o ponto-e-vírgula se transformou em um ponto acima de uma vírgula virada. A partir do século XIII, tanto nos livros como nos documentos, reinou a maior negligência, e foram necessárias a reação dos humanistas italianos e as necessidades de tipografia para especializar o ponto, o ponto-e-vírgula e a vírgula em seu papel atual. A aparente incoerência da pontuação medieval provém do fato de que ela não tinha a mesma função de nossa pontuação. Com efeito, ela servia muito mais para destacar os elementos rítmicos do período do que para distinguir os elementos lógicos e gramaticais.

Por outro lado, a partir do século VIII, a Idade Média empregou regularmente o ponto de interrogação. Os dois pontos são prefigurados pela abreviação latina *.s., scilicet*, “a saber”. O sinal de distinção dos parágrafos (§), inicialmente em forma de gama (G), depois de C (*capitulum*, “capítulo”), tornou-se, com a tipografia, o desenho atual, cujo primeiro exemplo remonta ao século IX.

O único acento conhecido na Idade Média é o acento sobre o *i*, meio de distingui-lo das outras letras verticais simples *m*, *n*, *u*, ou de indicar sua duplicação. Esse acento, surgido no século XI, foi substituído pelo ponto no século XV. Inversamente, o ponto sobre o *y* se transformou, desde a alta Idade Média, em acento no mesmo momento.

Tenhamos o cuidado de não confundir com esses sinais de pontuação e de diferenciação os sinais de correção em uso desde o século V. Para evitar rasuras, que eram proibidas em algumas chancelarias, os escribas medievais recorriam ao sistema de expontuação, que consistia em pôr um ponto abaixo, ou acima, de uma letra escrita por engano e que deveria ser suprimida, e a pôr entre dois pontos, ou a sublinhar com pontos, uma palavra toda a apagar.

Além da maioria desses sinais auxiliares e das abreviações que decorrem de condições materiais particulares a sua época, a Idade Média nos deixou a herança gráfica pela qual nossa civilização ainda hoje se exprime.

CAPÍTULO VI
**PROBLEMAS DE HOJE
E DE AMANHÃ**

Os problemas atuais da escrita são, não se pode duvidar disso depois da exposição que acabamos de ler, de duas ordens: os que derivam, como consequência de nossa história gráfica mais recente, de seus caracteres externos, e os que são mais amplos e derivam fundamentalmente das relações fundamentais da escrita com as línguas do mundo.

As escritas mecânicas

A invenção da imprensa, ou, para ser mais exato, da impressão com “tipos” móveis de metal inicialmente gravados, depois fundidos, foi uma data capital na história da escrita, pois ela fez nascer a grafia mecânica que permitiu a reprodução quase ilimitada de letras sempre idênticas a si mesmas e fixou esses caracteres em categorias de base que não mudaram desde então.

As primeiras tentativas de impressão tipográfica no Ocidente datam de cerca de 1440, talvez na

Holanda, depois em Estrasburgo, e a invenção foi levada a cabo por João Gutenberg, por volta de 1450, em Mainz. É tocante constatar que essa nova técnica nasceu e se desenvolveu em um meio de ourives e de moedeiros. Operários de Mainz levaram o procedimento para outras cidades do Império e da Itália. Conrad de Sweynheim e Arnhold Pannartz introduziram a imprensa na península no mosteiro de Subiaco em 1465, depois, com Ulrich Han, em Roma em 1467. Em Veneza, o gravador campanense Nicolas Jenson, que trabalhou em Mainz, exerceu a nova arte a partir de 1470. Depois de Veneza, foi Paris, onde Michel Friburger, Martin Crantz e Ulrich Gering, chamados por Guillaume Fichet e Jean Heynlin, gravaram e tiraram das prensas da Sorbonne, em 1470, o primeiro livro francês.

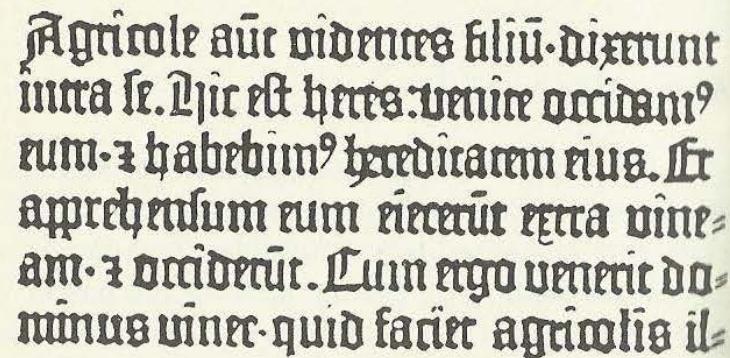


FIG. 44 — GÓTICO (MAINZ, GUTENBERG, 1450-1455)

Os primeiros caracteres tipográficos criados por Gutenberg, Fausto e Schöffer em Mainz reproduziam identicamente as grandes letras de fôrma dos

manuscritos litúrgicos; mas logo foram escolhidos protótipos góticos menos solenes. Em Subiaco e em Roma, os primeiros livros impressos foram compostos, inversamente, em caracteres que imitavam a escrita humanística e, em Veneza, Jenson gravou uma *littera antiqua* de belíssimas feições. O alfabeto parisiense da Sorbonne, por fim, foi igualmente, a partir do modelo de Subiaco e de Roma, um alfabeto “romano”. Ao adotar as formas contemporâneas de sua invenção, a tipografia as perpetuou em duas grandes categorias: *gótico* e *antiqua*, a última com sua variedade cursiva que, gravada em Veneza em 1501, deu o *italico*. A primeira permaneceu como a escrita de fôrma dos países germânicos; a segunda, por sua clareza e pelas idéias que representou, rapidamente triunfou sobre suas rivais e se tornou “o suporte da civilização ocidental”.

O impressor humanista francês, Geoffroy Tory, deu grande contribuição ao aperfeiçoamento das formas. Mas as modificações sofridas pelas escritas tipográficas deixaram de ser, desde o século XVI, algo além de modificações de pormenor. O trabalho de depuração da *antiqua* e as criações de Claude Garamond, no século XVI, e de Baskerville, de Bodoni e dos Didot, no século XVIII, deram a nossa escrita tipográfica seus tipos clássicos. O aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e a influência da invenção do microscópio, no fim do século XVIII, tornaram possível essa depuração dos caracteres. Mas, nessa fase de sua história, as letras deixaram

de ser traçadas para ser desenhadas. O *Garamond* e o *Didot* permanecem como cânones da tipografia contemporânea. Essas criações, elas mesmas derivadas dos modelos dos humanistas, e as necessidades da legibilidade, deram crédito ao uso de dois alfabetos tipográficos: o alfabeto das maiúsculas e o alfabeto das minúsculas. Distinguimos, no primeiro, a grande capitular cujo topo está no mesmo nível das letras longas, *b*, *d*, *h*, e a pequena capitular, que não ultrapassa as letras baixas, *a*, *c*, *e*. O segundo, que serve para imprimir o “texto”, é chamado “caixa baixa”, porque seus caracteres se situam nos alvéolos inferiores das gavetas dos compositores, chamados caixas.

GVILLERMVS Fichetus parisiensis
theologus docttor, Ioanni Lapidano Sor-
bonensis scholæ priori salutem;
Misisti nuper ad me suauissimas Gaspa-
rini pergamentis epistolas, nō a te modo
diligent emēdatas? sed a tuis quoq; ger-

FIG. 45 — ANTIQUA (PARIS, SORBONNE, 1470)

Contudo, o rápido desenvolvimento da tipografia a serviço não apenas do livro, mas também do jornal, da revista e do cartaz, a influência do *design* e as exigências da publicidade levaram, depois de algumas décadas, a pesquisar tipos desligados da tradição, isto é, a buscar uma profunda reforma morfológica do alfabeto latino.

O problema dessa reforma foi posto pela primeira vez em 1913 pela revista inglesa *The Imprint*. Entre as realizações que tentaram libertar a escrita tipográfica do espírito da Renascença, a fonte *futura*, desenhada pelo alemão P. Renner e lançada entre 1920 e 1925, alcançou o maior sucesso: ela foi copiada no mundo todo e é utilizada na França com o nome de *Europe*. Outros pesquisadores acham inúteis as duas formas de letra, maiúscula e minúscula, e preconizam o retorno a uma ou a outra apenas. As maiores liberdades são, enfim, permitidas aos *designers* no campo da publicidade. Mas até hoje nenhuma verdadeira reforma foi realizada. A *futura* e seus sucedâneos, apesar de sua uniformidade de tamanho e de sua precisão linear, entram na família das *antiqua*; o retorno a uma forma única permanece, do mesmo modo, nas tradições mais antigas da escrita latina; e as escritas publicitárias são apenas variação de temas clássicos. Com efeito, parece que a pesquisa tipográfica não pode ultrapassar facilmente o estágio da adaptação do material clássico ao gosto do dia, pois o questionamento das formas latinas de raiz não seria uma simples questão de desenho.

O recente impulso das técnicas da composição, da impressão e da reprodução também não chegou a provocar inovações nesse campo; ao contrário. As máquinas de composição difundem os caracteres mais comuns; as máquinas de escrever de caracteres fixos ou de caracteres intercambiáveis oferecem

uma gama restrita e utilitária; quanto à fotocomposição de desenhos de caracteres, seus limites são, nesse sentido, exatamente os mesmos que os da antiga tipografia.

A fixação das escritas pela tipografia é, aliás, um fenômeno geral. Os tipos quebrados alemães de hoje não diferem em nada dos caracteres góticos gravados do início do século XVI. O alfabeto tipográfico grego tem sua origem nas criações dos impressores italianos da Renascença, sobretudo os Alde de Veneza, depurados na França por Garamond e os Estienne. Foi a tipografia que regularizou e fixou, no século XVII, os caracteres da maior parte das línguas orientais.

A pesquisa de tipos também ocasionou o nascimento, na Alemanha, de numerosas variedades da *Frakturschrift*, escrita “fraturada” impressa pela primeira vez em Ausburg em 1508 e aperfeiçoada por Breitkopf e por Unger no século XVIII. O alfabeto tipográfico alemão conserva dois sinais para o s, o f longo inicial ou para o interior da palavra, e o ſ redondo final, e possui três consoantes duplas: ſſ (ss), ȶ (ts), ȷ (k).

Desde 1465, Schöffer utilizava em Mainz caracteres gregos; mas o livro mais antigo inteiramente impresso em grego saiu de uma oficina de Milão em 1476, e no fim do século foi Florença que tomou a dianteira da tipografia grega. Aldo Manúcio produziu sua primeira obra grega em Veneza, em 1495. Robert Estienne, o impressor humanista francês do século XVI, apelou, para gravar seus tipos

gregos desenhados por Vergécio, ao célebre Garamond: sua coleção de *Grecs du roi* tornou-se mais tarde o fundo de catálogo grego da Imprensa real.

A impressão das escritas orientais se desenvolveu no início do século XVII na Itália, na França e nos Países Baixos: em Roma, com a fundação, em 1614, da *Tipografia Medicea lingarum externarum*, depois com a fundação, em 1626, da *Tipografia poliglotta* da Congregação para a Propagação da Fé que, em pouco tempo, possuía os caracteres de vinte e três línguas; em Paris, com a oficina de Antoine Vitré e as coleções da Imprensa real, criada em 1640; em Amsterdam, com a tipografia hebraica de Josef Athias.

As escritas manuscritas modernas

As escritas mecânicas, por maior que seja sua importância, não mataram as escritas manuscritas. Contudo, fizeram-nas retroceder: a tipografia, de início eliminando-as do domínio do livro e, em parte, dos documentos oficiais; a máquina de escrever, disputando mais e mais com ela o espaço administrativo, econômico e privado*. Para falar francamente, esse recuo qualitativo foi, em certo sentido, compensado pela crescimento constante, desde os tempos modernos, do número de pessoas que sabem escrever e que se servem da escrita.

* O mesmo se pode dizer atualmente, com a difusão cada vez mais ampla do microcomputador pessoal [n. do T.]

As influências que as escritas mecânicas exerceiram sobre as formas gráficas manuscritas desde o século XVI podem ser vistas, por outro lado, em dois ciclos bastante curiosos.

A rápida propagação da tipografia, em substituição das caligrafias góticas e humanistas, acentuou no século XVI a diminuição da escrita dos escribas e dos notários já em germe no fim da Idade Média.

A escrita gótica corrente se deforma mais e mais no século XVI e no início do século XVII, quando as minutas dos notários e as peças das administrações são então de uma leitura freqüentemente difícil. Alguns eruditos, como o basco Oihenart, conservam em pleno século XVII grafias medievais. Mas não se abrevia mais para economizar o papel, menos caro e agora menos raro que o pergaminho, continua-se a abreviar para obter rapidez, cada um segundo sua imaginação. A escrita manuscrita contemporânea dos inícios da impressão tornou-se, pois, irregular, muito rápida e pessoal.

Uma ação regularizadora da tipografia sobre a escrita manuscrita, promovida pela moda do italianismo e, na França, por medidas estatais, começou a se fazer sentir no fim do século XVI e frutificou na segunda metade do século XVII. Apesar de alguns arcaísmos e de algumas singularidades das chancelarias, a escrita do século XVIII encontrou, com a regularidade e a legibilidade, um certo universalismo. O século XIX, por fim, geralmente cuidou da sua, embora possamos julgá-la doravante

por meio da massa de documentos e da diversidade de estilos, enquanto as novas influências perturbadoras não se fizeram notar.

A moda da escrita italiana, surgida da escrita humanística cursiva, se expandiu na Europa no fim do século XVI. Na França, a Companhia dos Mestres Escritores a favoreceu e interveio em favor da instituição de uma escrita oficial que permitisse uma leitura mais fácil das atas. A decisão do Parlamento tomada a esse efeito em 1633 e a proteção que Colbert concedeu às “belas mãos” tornaram as “boas escritas mais comuns”. No século XVIII, uma efêmera Academia da Escrita, posteriormente um Escritório Acadêmico de Escrita, pretendeu dar à manutenção de uma boa escrita tradicional e a seu aperfeiçoamento “o mesmo apoio que a Academia Francesa dava à conservação e ao desenvolvimento normal da língua nacional”. Distinguiam-se, então, três escritas de uso: a redonda ou francesa, a bastarda ou italiana e a corrida ou de permissão, sendo esta última a mais usual.

Um período de relaxamento recomeçou no fim do século XIX, com a generalização do uso da pena metálica, do estilógrafo e, mais perto de nós, da máquina de escrever.

As penas inglesas de aço tornaram mais fácil a atividade de escrever; mas seus detratores as acusavam de, há mais de cem anos, de “impor a uniformidade do tamanho mecânico à expressão das figuras do alfabeto” e de correr com “uma rapidez

assustadora” sobre o papel. Os estilógrafos, com suas penas de ouro com ponta de irídio, deram às grafias modernas traços de uma densidade quase uniforme e, ao permitir à mão ficar constantemente fixada sobre o papel, ainda facilitaram as ligaduras e a aceleração dos gestos do escrevente. É evidente que essa rapidez de traço, obtida com penas metálicas e os mais recentes instrumentos “esferográficos” e mantida pelo próprio ritmo da vida contemporânea, acabou virando freqüentemente mera agitação e provocando um retrocesso geral nas boas grafias. A máquina de escrever, ao dispensar o esforço de desenvolver um belo traço, acentuou essa tendência ao relaxamento e fez a situação remontar ao estágio do século XVI.

Hoje não se trata mais dos tipos de escrita redonda, bastarda ou inglesa, ainda em uso no século XIX. Ao lado das escritas mecânicas, subsiste apenas uma escrita corrente, de formas irregulares, de ângulo variável, de pequeno ângulo, muito suave, com traços de densidade uniforme, com numerosas ligaduras e muito cursiva. **Mas o que também caracteriza nossa época, depois que a arte de escrever quase se estendeu a todos, pelo menos no mundo ocidental, é que no módulo geral da escrita latina corrente se inscrevem, sem destruir suas formas fundamentais, estilos nacionais, modos de gerações e de milhares de grafismos pessoais ou artificiais.**

Em épocas em que a escrita era praticada apenas por alguns calígrafos, a “mão” mal e mal transparecia nas grafias submetidas a modelos

gerais. **Hoje, o número impõe a diversidade, e cada grupo de nacionalidades, cada geração, cada indivíduo imprime a sua escrita corrente o selo de sua personalidade.** Podem-se facilmente distinguir as grafias anglo-saxônicas e germânicas das grafias francesas e italianas. Poderíamos classificar as escritas das últimas gerações em escritas de penas “sargento-major”, de penas “gaulesas”, da caneta e da esferográfica. Mas a influência de alguns estabelecimentos conseguiu impor modas: a escrita feminina da burguesia francesa do fim do século XIX nasceu na instituição do Sacré-Coeur. Algumas pessoas, enfim, fabricam escritas artificiais, cuja inclinação varia, assim como variam a forma e o arranjo. Assim elas revelam, às vezes buscando dissimulá-los, alguns traços de seu caráter. Aliás, as aspirações íntimas, os sentimentos e o caráter de cada indivíduo se encerram em alguma medida em sua escrita. Mas vai só até aqui o domínio do estudo histórico, deixando lugar à grafologia.

As abreviações contemporâneas e a estenografia

Em seu início, as oficinas tipográficas continuaram fazendo uso do repertório clássico de abreviações medievais, e a escrita gótica corrente se abreviou no século XVI com maior ou menor regularidade. Mas a abreviação logo se tornou inútil

com o sucesso da tipografia e foi, pouco a pouco, eliminada pelo uso da escrita italiana. Os séculos clássicos e contemporâneos usaram bem pouco os sistemas de abreviação.

A renovação de seu uso que se constata hoje encontra suas razões, como outrora, no ganho de tempo e em uma certa economia, não de papel ou de espaço, mas derivada dos hábitos de preguiça mental.

O uso de abreviações na escrita corrente, seja em notas pessoais, seja na correspondência, não corresponde mais a regras gerais. Uma pesquisa mostraria logo que a suspensão e a contração são os dois modos mais freqüentemente utilizados.

Nas artes tipográficas, além dos raros casos clássicos, não se usam mais abreviações no texto. Siglas e abreviações por suspensão são reservadas ao aparato crítico dos trabalhos científicos ou aos repertórios e aos catálogos. Infelizmente, reina a maior anarquia: cada publicação, cada disciplina tem suas chaves, apesar dos esforços de codificação, como o da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

O abuso de siglas para designar Estados, agremiações políticas, associações, sociedades ou organismos de todas as ordens provém, parece, dos costumes orais, práticos ou preguiçosos, e não de razões próprias à escrita. Seria interessante levantar o histórico desse obsedante “renascimento” e de saber em que medida ele poderá ser abalizado por decisões administrativas.

Os hábitos de pontuação, os acentos, o apóstrofo, a cedilha, preconizados pelo gramático impressor francês do século XVI G. Tory, passaram pouco a pouco da tipografia para o uso manuscrito.

A utilização dos números arábicos igualmente não ofereceu mais dificuldades nos tempos modernos, e em nossos dias o uso de números romanos não passa de um arcaísmo voluntário. Mas o desenvolvimento da matemática e das ciências exatas provocou a floração de séries de sinais convencionais muito especializados, que se tornam um verdadeiro cantão de escrita simbólica no interior de nosso sistema alfabético.

Aos sinais das operações (+, -, x, :), de igualdade, de diferença e de comparação (=, ≠, <, >), vieram se acrescentar os sinais de extração de raízes e de integração ($\sqrt{ }$, \int). À invenção medieval do zero, a época contemporânea replicou com o infinito (∞). O uso de letras gregas com um valor numérico (π) ou simbólico já não é suficiente: passa-se a recorrer ao alfabeto hebraico. Enfim, na astronomia e nos diversos ramos da física e da química, os símbolos e os sinais de medida se multiplicam, tanto na forma convencional como na forma abreviada.

O desejo de possuir uma escrita tão rápida quanto a fala retornou, depois da Alta Idade Média, com os homens da Renascença, e desde então a necessidade se justificou amplamente. Assim nasceu a estenografia ou taquigrafia moderna (do grego *stenos*, “estreito”, e *takhys*, “rápido”).

A iniciativa veio da Inglaterra, onde, depois das mais antigas tentativas, John Willis publicou o primeiro tratado desse tipo de escrita abreviada em 1602. Seu sistema, chamado de geométrico, depois aperfeiçoado por S. Taylor (1786), foi aos poucos prevalecendo um pouco por toda parte, até o início do século XIX. Outros sistemas depois o suplantaram: os sistemas fonéticos de Pitmann (1837) na Inglaterra e na América do Norte e dos irmãos Duployé (1860) na França e na Europa Ocidental, o sistema cursivo de Gabelsberger (1834), simplificado por Stolze, na Alemanha e na Europa central e oriental, aos quais veio se acrescentar mais recentemente o sistema geométrico cursivo de Gregg (1888), sobretudo nos países anglo-saxônicos.

As diferenças entre os sistemas provêm tanto do princípio de notação como da forma dos sinais. Os métodos antigos propunham alfabetos estenográficos formados de sinais convencionais geométricos, segmentos, círculos, pontos. Taylor reduziu o número desses sinais e supriu a notação das vogais. Os sistemas fonéticos eram inicialmente silábicos. Depois, pelo estudo das características particulares de cada língua, foi conservada apenas a notação de sons fundamentais, sem levar em conta a ortografia: a maioria guardou uma grafia geométrica, mas os sinais foram ligados entre si para formar grupamentos por palavras (estenografia monogramática). Os sistemas cursivos ou gráficos, por fim, constituíram seu repertório de sinais por derivação da escrita comum.

A estenografia, mais e mais difundida desde o século XIX na vida pública e no mundo dos negócios, é hoje vivamente confrontada pela estenotipia, escrita mecânica abreviada, feita com máquinas de teclas que utilizam também diversos sistemas de notação, e pela gravação direta da fala e sua reprodução por meio de gravadores.

Problemas de pesquisa e de ensino

Ao final dessa sintética história gráfica da escrita, cada qual pode, segundo seu gosto ou seu temperamento, recuar para o passado, ou olhar para o futuro. Recuar ao passado é entrar no domínio da pesquisa paleográfica; olhar para o futuro é se preocupar no imediato com o ensino da escrita.

O imenso passado das escritas, mesmo quando se consideram apenas as últimas etapas da evolução das escritas que ainda estão vivas, ainda não foi de todo explorado. Assim, o estudo paleográfico das escritas árabes, indianas e chinesas está apenas no início. A paleografia hebraica vai se desenvolvendo bem. A paleografia grega apresenta a necessidade de alguma reforma. No domínio do latim, trabalhos recentes passaram a questionar antigas doutrinas, um novo esquema da transformação da escrita romana foi proposto, mas esforço parecido deve ser completado para renovar o estudo gráfico do período pré-carolíngio. Começa-se também a abordar a

“paleografia moderna”, ou seja, o estudo das escritas pós-invenção da imprensa, com o mesmo cuidado da paleografia clássica.

Há quem pretenda, além disso, dotar a paleografia da terminologia precisa que lhe falta para que possa ser considerada ciência exata e proceder por análise do pormenor. Mas a atividade do paleógrafo, que deriva seguramente tanto da arte como da ciência, deveria se fechar em um jargão complicado e hermético ou permanecer aberta ao mundo? Mesmo arriscando-nos a entrar “em pane de expressão”, quisemos adotar apenas o mínimo essencial de vocabulário especializado. Outros buscam estabelecer uma classificação cerrada, onde poderiam entrar todos os tipos conhecidos. Mas esse esforço estático não tem espaço no momento em que a paleografia está em pleno movimento. Preferimos, por essa razão, ater-nos provisoriamente a uma nomenclatura muito livre e a quadros bem amplos.

A necessidade de uma paleografia comparada, derivada de uma *paleografia geral*, aparecerá, enfim, na conclusão deste modesto ensaio.

Filliozat não indica os desenvolvimentos comparados da escrita “gótica” europeia quebrada a partir da escrita carolíngia e da caligrafia nos mosteiros budistas do Nepal e do Tibete? Não haveria aqui um curioso paralelo a fazer entre a evolução da escrita suméria nos milênios IV-III a.C., em parte pela mudança de orientação do “papel”? Dois tipos de evolução geral parecem se destacar: a

evolução lenta sob a influência de fatores psicológicos ou estéticos; de tempos em tempos, reconstituições nas quais fatores técnicos desempenham um grande papel (Rodinson).

O presente e o futuro demandam mais que especulações. O que importa é manter para as novas gerações o uso de uma escrita corrente de boa qualidade e de grande rapidez e fazer aumentar sempre o número de indivíduos que sabem escrever.

Em nossa perspectiva histórica, entre os métodos de ensino atuais, consideraremos apenas a tendência, nos países de escrita latina, de empregar um tipo novo chamado *script*. Trata-se de uma escrita não-ligada, composta em grande parte “de linhas retas, de círculos e de porções de círculos”, praticamente muito próxima dos caracteres tipográficos. Seu aprendizado seria, tanto para as crianças como para os adultos, mais fácil que o da escrita corrente, chamada cursiva pelos pedagogos. Se ela se implantasse, para além do período de alfabetização, isso se daria, dizem seus adversários, em detrimento da rapidez e até mesmo da personalidade das escritas contemporâneas: o homem se tornaria uma máquina de escrever. Mas, observa Dain, ela tem a vantagem de atenuar a diferença entre a escrita impressa que se lê e a escrita que se escreve. De fato, o *script* generalizado logo se tornaria uma escrita ligada e cursiva e a dualidade reapareceria. Em suma, vê-se, por meio do modelo tipográfico, uma renovação da tradição carolíngia, um

esforço de regularização da escrita latina moderna. Mas os tempos mudaram: como nossos netos poderiam ter, mais que nós, a possibilidade de fazer caligrafia como os escribas carolíngios ou os humanistas florentinos?

O progresso do alfabeto latino

Se, da forma material dos caracteres, passamos aos problemas de suas relações com a notação das línguas, o fato mais importante dos tempos modernos é a difusão do alfabeto latino fora da Europa ocidental e dos grupos lingüísticos aos quais ele foi primitivamente dado por Roma e pela Igreja católica. Esses progressos evidentemente seguiram o desenvolvimento da civilização e a expansão européia nos outros continentes, mas também foram favorecidos pela simplicidade de nosso alfabeto e por sua aptidão a se adaptar muito facilmente às línguas mais diversas.

Essa “romanização” foi menos árdua para as línguas não-escritas. Dessa forma, as línguas africanas, que só eram escritas em caracteres árabes, já estavam notadas, desde meados do século XIX, por meio do alfabeto latino, inicialmente com o sistema de Lepsius, pela utilização, para representar os sons, de sinais diacríticos complicados; depois com o sistema do Instituto Internacional de Estudos Africanos, com o uso de letras dobradas ou auxiliares para substituir os sinais diacríticos.

Também foram consideráveis os progressos do alfabeto latino na Europa oriental. A Rússia czarista procurou estender o uso do alfabeto cirílico aos povos não-eslavos de seus domínios. Por sua vez, o governo soviético recorreu ao alfabeto latino para notar os falares ainda não escritos ou para unificar a escrita das línguas de suas diferentes repúblicas.

O russo, língua das três repúblicas russas federadas e língua oficial da ex-União Soviética, conservou então seu alfabeto próprio. A política de unificação não atingiu as línguas, mas apenas sua escrita. O primeiro esforço consistiu em fazer a notação das inumeráveis línguas locais ou em adaptar a elas os caracteres latinos. Depois de um congresso ocorrido em Baku, em 1926, passou-se a buscar um alfabeto “unificado” para todas essas línguas. As populações turco-tártaras, depois do Azerbaijão, também abandonaram a escrita árabe, e os grupos fino-úgricos e asiáticos adotaram um alfabeto latino com sinais complementares. Essa difusão de um alfabeto latino comum desempenhou um papel de destaque na luta contra o analfabetismo. Em consequência disso, com o russo sendo ensinado como segunda língua, algumas línguas passaram da latinização à cirilização. O governo russo não se empenha em generalizar o alfabeto latino. O cirílico nunca deixou de ser utilizado de modo corrente e vem até mesmo ganhando terreno.

Na Turquia, uma lei de 1928 impôs o uso de caracteres latinos em lugar da escrita árabe, aliás

mal-adaptada à língua turca. O novo alfabeto compreende nove vogais e vinte consoantes e utiliza pouquíssimos sinais diacríticos. A reforma alcançou êxito completo e aproximou o país da civilização intelectual ocidental.

Por outro lado, a romanização se chocou com o obstáculo da tradição religiosa nos países muçulmanos do Oriente Médio. Mas os lingüistas utilizaram os caracteres latinos para registrar os dialetos árabes falados e, no Irã, país muçulmano, mas de língua indo-européia, manifestou-se uma corrente favorável a uma reforma. Progressos do alfabeto latino também foram registrados na Malásia, em detrimento da escrita árabe.

Na Índia, a romanização até agora não encontrou muito espaço e no Extremo Oriente sua realização depara com difíceis problemas técnicos. Eles foram praticamente resolvidos no vietnamita pela escrita *quôc ngu*. No Japão, diversos sistemas foram propostos, mas eles não conseguiram erradicar a escrita tradicional.

O *quôc ngu*, criado pelos primeiros missionários chegados à península indochinesa no século XVII, é um sistema de representação fonética da língua vietnamita com o uso de nosso alfabeto, com acréscimo de *d* barrado (đ) e de uma série de acentos especiais para indicar as entonações (tom igual, agudo, ascendente, interrogativo grave ou agudo, pesado).

As primeiras tentativas de romanização do japonês remontam também aos séculos XVI-XVII.

Mas foi sobretudo a partir de 1884, quando foi fundada a *Rômadji-kuai*, sociedade para o uso do alfabeto latino, que a questão passou a ser debatida. Aqui a dificuldade provém da transcrição dos numerosos ideogramas chineses conservados na escrita corrente.

Se o obstáculo da latinização da escrita tradicional chinesa parece insuperável, o mesmo não ocorre com a língua falada. Mas que língua? A criação de uma língua nacional (*kuô-yu*), baseada na pronúncia pequinesa, possibilitou, a partir de 1928, a elaboração de um sistema de transcrição chamado de “romanização nacional”, pela gravação dos tons. Unificação da língua falada, simplificação de caracteres e alfabetização da escrita são a ordem do dia das reformas da nova China. O resultado parece ser a manutenção da escrita tradicional, com grafias simplificadas, e uma romanização acessória e complementar.

A geografia e o futuro da escrita

Uma rápida geografia das escritas traduzirá materialmente, para concluir, os progressos modernos do alfabeto latino e a situação atual de cada grande sistema na superfície do globo.

Essa geografia das escritas suporia, para ser exata e completa, uma informação estatística precisa que não possuímos e pesquisas muito delicadas nos

países onde coexistem diversos sistemas. Esse é um trabalho preliminar que poderia ser realizado pelos organismos culturais internacionais.

O campo de utilização do alfabeto latino, que recobre uma grande variedade de línguas, é certamente o mais vasto. A Europa ocidental é seu centro histórico. Mas ele também se estende às Américas, ao mundo oceânico e a todo o hemisfério austral. Ele disputa a África do Norte com a escrita árabe. Pela Turquia e pelas ex-repúblicas soviéticas, ele adentra a Ásia, onde, aliás, possui grandes pontos de apoio. Os países e as populações que utilizam a escrita latina formam um total que pode ser estimado em cerca de 2 bilhões de indivíduos (sem fazer distinção, em nenhum lugar, entre os que sabem e os que não sabem escrever). O alfabeto grego e seus derivados eslavos agrupavam, em meados do século XX na Europa central e na Europa oriental sobre tudo, mais de 200 milhões de adeptos).

O bloco extremo-oriental de origem chinesa constitui a segunda massa de escrita mundial, por sinal muito hermética: 1 bilhão e 265 milhões de pessoas.

Em meados do século XX, as múltiplas escritas de tipo indiano se elevavam, da Índia ao Laos e à Insulíndia, a cerca de 430 milhões de pessoas, estimativa que se eleva hoje a 1 bilhão de pessoas. Ao mesmo tempo, a escrita árabe, do Paquistão à África do Norte, com algumas extensões mais ao sul, é utilizada por cerca de 280 milhões de fiéis. Nu-

mericamente os pequenos grupos etíopes e hebraicos representam muito pouco nesse conjunto.

A geografia das escritas não é tão complexa quanto a geografia lingüística. O nacionalismo escritural sempre foi muito menos vivo que o nacionalismo lingüístico. Isso permitiu, de um século para cá, a expansão unificadora do alfabeto latino. Mas em que futuro, próximo ou remoto, a unidade da escrita poderá se realizar?

Os sistemas de notação universais elaborados por alguns foneticistas podem ser adequados para a pesquisa científica, mas são muito complicados e distantes da tradição latina para se tornarem um dia o único suporte das línguas do mundo. Indiquemos, entre eles, o *visible speech* de Melville Bell, o pai do inventor do telefone, alfabeto fonético cujos sinais imitam a forma dos órgãos vocais em posição de articular o som correspondente, e a “notação alfabética” de Otto Jespersen, na qual cada som é representado por uma série de letras gregas e latinas, de números arábicos e de outros sinais simbólicos que indicam os órgãos articulatórios e o grau e a forma de sua abertura ou de sua posição, em fórmulas que parecem fórmulas químicas.

A adoção universal dos caracteres latinos parece a solução mais praticável. O alfabeto-tipo estabelecido pela Associação Fonética Internacional e que permite notar os fenômenos de todas as línguas conhecidas com letras latinas, algumas letras artificiais e alguns sinais diacríticos, se oferece para essa

obra de fôlego. Outros propõem o método menos ambicioso de realização de alfabetos nacionais, como o alfabeto turco, nos quais letras latinas sem uso seriam afetadas pela notação de sons próprios à língua considerada.

É claro que muitas razões exerçerão influência ainda por muito tempo na contracorrente: a rotina, a tradição religiosa ou nacional, o temor de fechar o acesso à literatura antiga. Na perspectiva da adoção geral do alfabeto latino, as vantagens educativas, práticas, materiais e culturais deveriam contudo acabar por vencer todas as resistências. Há até quem sonhe com uma escrita universal, ao menos manuscrita, que combinaria a exatidão da notação do sistema fonético internacional com a simplicidade gráfica e a rapidez dos sistemas estenográficos.

A expressão “morte de Gutenberg” até chegou a circular. Na verdade, a velha tipografia teria sobrevivido, substituída por procedimentos de “fotocomposição” ou outros. Mas essa mudança será tão importante quanto a que levou, no século XVI, a passar do manuscrito para a escrita mecânica? Pode-se duvidar disso. A verdadeira revolução não será sobretudo a que ocorrerá no dia em que a linguagem deixar de ser imobilizada graficamente para ser fixada e reproduzida apenas por meios fonográficos? Até lá, pouco importa o meio de reprodução para o futuro das formas gráficas reproduzidas. **A máquina, seja qual for, não pode criar novos sinais, domínio da invenção humana para sempre. Sem dar uma**

de profeta, podemos nos limitar a desejar que no plano lingüístico os problemas da escrita cheguem a uma solução que favoreça “a difusão de uma civilização comum”, conservando no plano gráfico formas fundamentais que não rompam deliberadamente com as formas que as civilizações de Biblos, da França carolíngia e da Renascença inventaram e que foram moldadas e depuradas para nós.

BIBLIOGRAFIA

Catálogo da Exposição *À la découverte des écritures anciennes, textes et transcriptions paléographiques, XIV^o-XVIII^o siècle*, organizada em Versailles, Arch. Départamentales, Grande Ecurie, 1986, Versailles, Arch. Dep., 1986.

CENTRE INTERNATIONAL DE SYNTHÈSE, *L'écriture et la psychologie des peuples*, Paris, 1963.

COHEN, M., *L'écriture*, Paris, 1953.

COHEN, M., *La grande invention de l'écriture et son évolution*, Paris, 2 vols., 1959.

DIRINGER, D., *The Alphabet*, New York, 1948.

FÉVRIER, J., *Histoire de l'écriture*, Paris, 1959.

FÉVRIER, J., L'alphabet, in *Encyclopédie française*, t. I, L'outillage mental, Paris, 1937 (trabalhos aos quais muito devem os dois capítulos sobre as escritas antigas).

FOSSEY, Ch. et alii, *Notices sur les caractères étrangers anciens et modernes*, Paris, 1948.

GASPARRI, F., *Introduction à l'histoire de l'écriture*, Brepols, 1994.

GASPARRI, F., L'écriture usuelle: reflet d'un enseignement et signification historique, in *Médiévales*, 1987, pp. 143-153.

GELB, I.J., *A Study of Writing. The Foundations of Grammatology*, London, 1952.

JENSEN, H., *Die Schrift in Vergangenheit und Gegenwart*, Berlim, 1958.

MILKAU, F.; LEYH, G. (eds.), *Handbuch der Bibliotekswissenschaft*, t. I: *Schrift und Buch*, Wiesbaden, 1952.

PEIGNOT, J., *De l'écriture à la typographie*, Paris, 1967.

SAMOYAUT, T., *Le monde des alphabets*, Paris, 1986.

Indicamos também algumas outras obras essenciais, acerca das origens do alfabeto e de seu encaminhamento até Roma:

- CHADWICK, J., *Le déchiffrement du linéaire B. Aux origines de la langue grecque*, Paris, 1972.
- DEVRESSE, R., *Introduction à l'étude des manuscrits grecs*, Paris, 1954.
- DHORME, E., Déchiffrement des inscriptions pseudo-hiéroglyphiques de Byblos, in *Syria*, XXV, 1946-1948.
- DRIVER, G., *Semitic Writing*, London, 1948.
- DUNAND, M., *Byblia grammata*, Beirute, 1945.
- GRONINGEN, B. A. VAN, *Short Manual of Greek Paleography*, Leyden, 1940.
- MASAI, F., La paléographie gréco-latine, ses tâches, ses méthodes, in *Scriptorium*, X, 1956.
- NORSA, M., *La scrittura letteraria greca del secolo IV a.C. al VIII d.C.*, Firenze, 1939.

Sobre a escrita latina e as diversas questões a ela vinculadas, pode-se recorrer especialmente a:

- BATTELLI, G., *Lezioni di paleografia*, Cidade do Vaticano, 1949.
- BISCHOFF, B., *Paläographie des römischen Altertums und des abendländischen Mittelalters*, 1979 [trad. franc.: *Paléographie de l'Antiquité romaine et du Moyen Âge occidental*, Paris, 1993].
- BROWN, M. P., *A Guide to Western Historical Scripts from Antiquity to 1600*, London, 1990.
- CAPPELLI, A., *Dizionario di abbreviature latine ed italiane*, Milano, 1929, reimpr.: 1949.
- CENCETTI, G., *Lineamenti di storia della scrittura latina*, Bologna, 1954.
- DEKKER, C.; BAETENS, R., MAARSCHALKERWEIRD-DECHAMPS, S., *Album de paléographie des Pays-Bas, de Belgique, du Luxembourg et du nord de la France*, Brepols, 1992.
- FEVRE, L.; MARTIN, H. J., *L'apparition du livre*, Paris, 1957.
- FICHTENAU, H., *Mensch und Schrift*, Wien, 1946.
- HAJNAL, I., *L'enseignement de l'écriture aux universités médiévales*, Budapest, 1959.
- L'écriture. Quels caractères?*, Bordeaux, Museu da Aquitânia, 8 de março a 29 de junho de 1997 (com biblio.).

- MALLON, J., *De l'écriture*, coletânea de estudos, Paris, 1982.
- MALLON, J., *Paléographie romaine*, Madrid, 1952.
- MALLON, MARICHAL, PERRAT, *L'écriture latine, de la capitale à la minuscule*, Paris, 1939.
- MARICHAL, R., De la capitale romaine à la minuscule, in M. Audan, *Somme typographique*, t. I, Paris, 1948.
- MENTZ, A., *Geschichte der Kurzschrift*, Wolfenbuttel, 1949.
- Nomenclature des écritures livresques du IX^o au XVI^o siècle*, Paris, 1954.
- PETRUCCI, A., *La scrittura di Francesco Petrarca*, Cidade do Vaticano, 1967.
- POULLE, E., *Paléographie des écritures cursives en France du XV^o au XVII^o siècle*, Genéve, 1966.
- STIENNON, J., *L'écriture diplomatique dans le diocèse de Liège, du XI^o au milieu du XIII^o siècle*, Paris, 1960.
- STIENNON, J., *Paléographie du Moyen Âge*, Paris, 1964.
- ULLMAN, B. L., *The Origin and Development of Humanistic Script*, Roma, 1960.

Sobre os números, indicamos:

- SMITH, D. E.; KARPINSKI, CH., *The Hindu-Arabic Numerals*, Boston, 1911.
- WRIGHT, G. G. N., *The Writing of Arabic Numerals*, London, 1952.

Há obras mais recentes, que contemplam novos desenvolvimentos ainda não tematizados por Higounet:

- BOWMAN, A. K.; WOOLF, G., *Cultura, escrita e poder no mundo antigo*, São Paulo, Ática, 1998.
- CHARTIER, R., *Cultura escrita, literatura e história*, Porto Alegre, Artmed, 2000.
- CHARTIER, R., *Os desafios da escrita*, São Paulo, Editora da Unesp, 2002.
- DESBORDES, F., *A escrita na Roma antiga*, São Paulo, Ática, 1995.
- HAVELOCK, E. A., *A revolução da escrita na Grécia*, São Paulo, Paz & Terra, s.d.
- MARTINS, W., *A palavra escrita*, São Paulo, Ática, 2001.

LEIA TAMBÉM OS OUTROS LIVROS DA COLEÇÃO



ESTRANGEIRISMOS guerras em torno da língua

CARLOS A. FARACO (ORG.)

PEDRO M. GARCEZ, ANA M^a STAHL ZILLES, MARCOS BAGNO, JOHN ROBERT SCHMITZ, JOSÉ LUIZ FIORIN, SÉRGIO POSSENTI, PAULO C. GUEDES

Uma crítica ao raciocínio simplista, segundo o qual a língua portuguesa está sendo ameaçada pelos chamados estrangeirismos. Os autores, todos pesquisadores em lingüística e/ou professores de língua, consideram dever profissional demonstrar os equívocos e as impropriedades do projeto de lei 1676/1999 - sobre a promoção, proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa, do deputado federal Aldo Rebelo [PcdoB]. Aqui se encontram os principais argumentos contrários ao projeto de lei, a começar pela crítica radical à concepção de língua ali adotada.

cód. 02 • ISBN: 85-88456-02-X • 2^a ed. • 192 páginas

LÍNGUA MATERNA letramento, variação & ensino

MARCOS BAGNO, MICHAEL STUBBS, GILLES GAGNÉ

Este livro propõe uma pedagogia da língua materna que não perde de vista o fato fundamental da heterogeneidade lingüística. Ao ampliarem a noção de alfabetização pela noção de letramento, os autores se posicionam em prol de uma educação lingüística que abandone o estudo da língua como objeto em si mesma e passe a incorporar o conceito de heterogeneidade como aspecto fundamental do ensino da língua nas escolas.



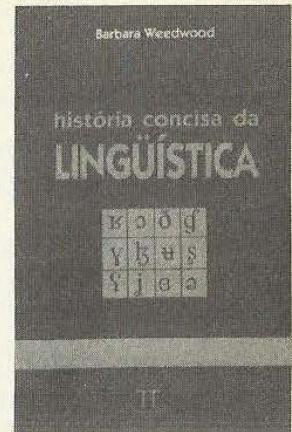
cód. 03 • ISBN 85-88456-04-4 • 248 páginas

HISTÓRIA CONCISA DA LINGÜÍSTICA

BARBARA WEEDWOOD

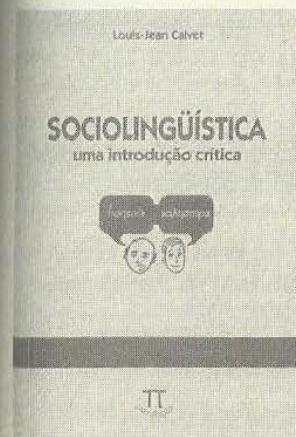
Ao contrário de outros autores, que costumam encerrar seus relatos com o surgimento da Lingüística moderna no final do século XIX, Barbara Weedwood avança até chegar a este início de século XXI, apresentando um amplo painel das escolas lingüísticas modernas e contemporâneas, sem descuidar da influência exercida por estudiosos de outras áreas sobre as investigações da linguagem humana. Numa linguagem extremamente acessível, a autora constrói um painel sucinto, mas bem rigoroso, da história das idéias sobre língua e linguagem na tradição cultural do Ocidente.

cód. 04 • ISBN: 85-88456-03-6 • 2^a ed. • 168 páginas



SOCIOLINGÜÍSTICA uma introdução crítica

LOUIS-JEAN CALVET



A publicação de *Sociolinguística - uma introdução crítica*, primeiríssima obra de introdução à sociolinguística que se imprime no Brasil, vem preencher uma lacuna inexplicada. Esta edição vem se somar à intensa atividade de pesquisa sociolinguística no Brasil, que vem se desenvolvendo há pelo menos três décadas. Este livro leva a sério a afirmação de que a lingüística só pode ser definida como o estudo da comunidade social em seu aspecto lingüístico e ocupa-se de trazer um pouco de ordem à profusão de abordagens que caracteriza o campo.

cód. 05 • ISBN: 85-88456-05-2 • 176 páginas

Se você gostou deste livro e deseja receber informações atualizadas sobre os lançamentos da PARÁBOLA, por gentileza preencha o cadastro abaixo e nos envie por telefone, fax, e-mail ou pelo correio.
FONE: [11] 6914-4932 • FAX: [11] 6215-2636 • E-MAIL: parabolaed@uol.com.br
Rua Clemente Pereira, 327 • Ipiranga • 04216-060 • São Paulo, SP

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ UF:

CEP: - E-MAIL: _____

FONE: _____ FAX: _____

PROFISSÃO: _____

GRAU DE INSTRUÇÃO:

- PRIMEIRO GRAU INCOMPLETO
- SEGUNDO GRAU INCOMPLETO
- SUPERIOR INCOMPLETO
- PÓS-GRADUAÇÃO

- PRIMEIRO GRAU COMPLETO
- SEGUNDO GRAU COMPLETO
- SUPERIOR INCOMPLETO
- OUTROS _____

FAIXA DE RENDA

- 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS
- 6 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS
- ACIMA DE 16 SALÁRIOS MÍNIMOS

- 3 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS
- 11 A 15 SALÁRIOS MÍNIMOS

FAIXA ETÁRIA

- DE 15 A 25 ANOS
- DE 36 A 45 ANOS
- ACIMA DE 55 ANOS

- DE 26 A 35 ANOS
- DE 46 A 55 ANOS

ÁREA DE INTERESSE:

- LINGÜÍSTICA
- LÍNGUA PORTUGUESA
- EDUCAÇÃO
- OUTROS _____

Você poderia dizer de que material nas áreas acima citadas o mercado está carente?

NOSSOS DISTRIBUIDORES

AC | RIO BRANCO

M.M. Pain Representações Ltda

Fone: [68] 224-7528 • Fax: 224-3432/ 3065

AP | MACAPÁ

Trans Amazônica LTDA

Fone: [96] 223-1721 • Fax: [96] 223-9027

AM | MANAUS

Livraria Valer

Fone: [92] 633-6565

e-mail: valer@valer.com.br

BA | SALVADOR

Livraria e Distribuidora Multicampi Ltda

Fone: [71] 329-0326 • Fax: [71] 329-0109

e-mail: multicampi@e-net.com.br

CE | FORTALEZA

Livrarias Livro Técnico

Fone: [85] 433-9494 • Fax: [85] 433-9495

e-mail: livrotecnico@livrotecnico.com.br

DF | BRASÍLIA

J. Quinderé Distrib. de Livros Ltda

Fone: [61] 347-7386 • Fax: [61] 340-0338

ES | VITÓRIA

Repres. Pta. (Livraria Logos)

Fone: [27] 3137-2560

GO | GOIÂNIA

Planalto Distribuidora

Fone: [62] 212-2988 • Fax: [62] 225-6400

e-mail: sebastiaomiranda@bol.com.br

MT | CUIABÁ

Distrib. de Livros Paratti Ltda

Fone: [65] 624-5229 • Fax: 624-1488

e-mail: dlparati@zaz.com.br

MG | BELO HORIZONTE

Asteca Distrib. de Livros Ltda.

Fone: [31] 3423-7979 • Fax: [31] 3424-7667

e-mail: distribuidora@astecabooks.com.br

site: www.astecabooks.com.br

PA | BELÉM

Ponto e Vírgula Comércio Ltda.

Fone: [91] 249-6721 / 269-1159

e-mail: pvirgula@supridados.com.br

PB | JOÃO PESSOA

Vieira Livros

Fone: [83] 241-7778 • Fax: [83] 262-0808

58013-010 • João Pessoa, PB

PR | CURITIBA

Livrarias Curitiba

Fone: [41] 330-5000 • Fax: [41] 333-1695

cadastro@livrariascuritiba.com.br

site: www.livrariascuritiba.com.br

PE | RECIFE

Liv. e Distribuidora Recife Ltda

Fone: [81] 3223-0830 • Fax: [81] 3423-5379

e-mail: livrecif@hotmail.com.br

RJ | RIO DE JANEIRO

Zélio Bicalho Portugal Cia. Ltda

Telefax: [21] 2233-4295 / 2263-4280

zeliobicalho@prolink.com.br

RN | NATAL

Poty Livros Distrib. Ltda.

Fone/Fax: [84] 211-2001 • [84] 231-7170

e-mail: potylivros@dlg.com.br

RS | WILSON WILSON DISTRIB. LTD

Fone: [51] 3224-3655 / Fax: [51] 3221-5931

e-mail: jrwilson2@uol.com.br

RO | PORTO VELHO

Loja do Livro Com. Repres. Ltda

Fone/Fax: [69] 224-7884

e-mail: livros@lojadolivro.com.br

SP | SÃO PAULO

Distribuidora Loyola de Livros Ltda

Atacado

Fone: [11] 3322-0100 • Fax: [11] 3322-0101

e-mail: vendasatacado@livloyola.com.br

site: www.livloyola.com.br

Varejo

Telefax: [11] 3242-0449

Fone: [11] 255-0662 • Fax: [11] 256-8073

Fone: [11] 3105-7198 • Fax: [11] 232-4326

SP | RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO

Tecmedd Distrib. de Livros Ribeirão Preto

Fone: [16] 3993-9000 • 0800-99-2235

Fax: [16] 610-9595

e-mail: tecmedd@tecmedd.com.br

SC | FLORIANÓPOLIS

Livrarias Curitiba

Fone: [48] 248-6766

Fone: [47] 451-8062 | Joinville, SC

TO | PALMAS

Livraria Palmas Cultural

Fones: [63] 215-3123 • Fax: [63] 215-5756

S
e
s
c
a
f
R

TÍTULO:
HISTÓRIA CONCISA DA ESCRITA

AUTOR
CHARLES HIGOUNET

PROJETO GRÁFICO:
TELMA DOS SANTOS CUSTÓDIO E ANDRÉIA CUSTÓDIO

CAPA:
ANDRÉIA CUSTÓDIO

EDITOR
MARCOS MARCIONILO

REVISÃO

MARCOS BAGNO
MAURÍCIO BALTHAZAR LEAL

FORMATO:
12X18CM

MANCHA
8X14CM

TIPOLOGIA
ESPRIT E COOPERPLATE

PAPEL
PÓLEN SOFT 80 GRS.

NÚMERO DE PÁGINAS
192

TIRAGEM
2000

FOTOLITOS
Seven Lines e Bureau Ltda

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Edelbra Indústria Gráfica e Editora Ltda

um autor que conhece o assunto perfeitamente e que sabe escrever com propriedade.

História concisa da escrita aborda toda a história do texto, desde as origens a nossos dias, percurso graficamente enriquecido por uma série de ilustrações que traduzem plasticamente a densidade do assunto tratado.

Pontos de destaque:

- A escrita como expressão gráfica da linguagem
- As escritas não-alfabéticas
- As escritas alfabéticas
- A escrita latina
- A escrita medieval
- Problemas de pesquisa e de ensino

*Charles Higounet
(1911-1988)*

História concisa da escrita registra em poucas páginas toda a aventura da humanidade no estabelecimento da escrita como procedimento de fixação da linguagem articulada. Contudo, a escrita é, mais que instrumento, mais que modo de imobilização da linguagem, uma nova linguagem, que disciplina o pensamento e, ao transcrevê-lo, o organiza.

A escrita dá acesso direto ao mundo das idéias e permite apreender o pensamento e fazê-lo atravessar o espaço e o tempo; é o fato social que está na base de nossa civilização.

Ao final dessa sintética história gráfica da escrita, cada qual pode, segundo seu gosto ou seu temperamento, recuar para o passado, ou olhar para o futuro. Recuar ao passado é entrar no domínio da pesquisa paleográfica; olhar para o futuro é se preocupar no imediato com o ensino da escrita.

O presente e o futuro demandam mais que especulações. O que importa é manter para as novas gerações o uso de uma escrita corrente de boa qualidade e de grande rapidez e fazer aumentar sempre o número de indivíduos que sabem escrever.

ISBN: 85-88456-10-9



9 788588 456105

cód. 0010